

**MERCOSUL E ARBITRAGEM INTERNACIONAL COMERCIAL**  
*Aspectos gerais e algumas possibilidades*

*Ricardo Soares Stersi dos Santos*

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA NO CURSO DE  
PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
COMO REQUISITO À OBTENÇÃO DO TÍTULO DE  
MESTRE EM CIÊNCIAS HUMANAS - ESPECIALIDADE DIREITO**

*Orientadora: Profa. Dra. Vera T. A. Grillo*

*Florianópolis*  
*1996*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

A dissertação **MERCOSUL E ARBITRAGEM INTERNACIONAL COMERCIAL - Aspectos gerais e algumas possibilidades**

elaborada por RICARDO SOARES STERSI DOS SANTOS

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi julgada adequada para a obtenção do título de **MESTRE EM DIREITO**.

Florianópolis, 1 de outubro de 1996.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Vera Terezinha de Araujo Grillo - Presidente

Prof. Dr. Ubaldo César Balthazar - Membro

Profa. Dra. Odete Maria de Oliveira - Membro

Professora Orientadora:

Profa. Dra. Vera Terezinha de Araujo Grillo -

Coordenador do Curso:

Prof. Dr. José Alcebiádes de Oliveira Junior -

## **RESUMO**

O presente trabalho destina-se à pesquisa de aspectos gerais do atual estágio de desenvolvimento do Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), bem como do instituto da Arbitragem, restrito as suas formas qualificadoras: internacional e comercial.

No primeiro capítulo, apresentamos alguns elementos que compõem a evolução histórica da integração dos países latino-americanos, adotando-se por termo inicial as idéias integracionistas formuladas por Simon Bolívar.

Posteriormente descrevemos certos aspectos essenciais do MERCOSUL, a partir da pactuação do Tratado de Assunção de 1991, com destaque para as questões de organização institucional, harmonização legislativa e solução de litígios.

Por último indicamos alguns aspectos gerais e importantes da Arbitragem Internacional Comercial para, ao final, esboçarmos algumas possibilidades concretas de aplicação da matéria ao processo de Integração Econômica, desenvolvido pelos países do Cone Sul.

As possibilidades por nós apresentadas ficam restritas, basicamente, às resoluções de conflitos de natureza mercantil, pactuadas entre particulares, dentro do âmbito do MERCOSUL.

## **SOMMARIO**

Questo lavoro intende presentare i lineamenti dello stato attuale di evoluzione del cosiddetto "Mercado Comum do Cone Sul" (MERCOSUL), siccome dello istituto dell'arbitraggio in quello che riguarda le sue forme qualificatrici: internazionale e commerciale.

Nel primo capitolo, abbiamo descritto alcuni aspetti delle evoluzioni storiche delle integrazioni dei paesi latino americani, prendendo come marco iniziale il pensiero di Simon Bolivar.

Nel secondo capitolo, abbiamo affrontato il problema della descrizione dell'evoluzione istituzionale del MERCOSUL, la quale ha avuto come punto di partenza il "Tratado de Assunção" del 1991, soffermandoci sulla questione della armonizzazione legislativa e della soluzione dei conflitti.

Nell'ultimo capitolo, abbiamo cercato di presentare i lineamenti dello istituto dell'arbitraggio internazionale commerciale, con l'obiettivo di elencare possibilità concrete e plausibili di applicazione al processo di Integrazione Economica, così come si è sviluppato nei paesi del "Cone Sul".

Abbiamo scelto di restringere queste possibilità di soluzione arbitrale dei conflitti a quelli di natura mercantile, firmati dai privati, nell'ambito del MERCOSUL.

## **INDICE**

<b>Introdução .....</b>	<b>07</b>
<b>Carta da Jamaica .....</b>	<b>11</b>
<b>1º CAPÍTULO - ANTECEDENTES HISTÓRICOS</b>	

1.1 O pensamento de Simon Bolívar .....	13
1.2 O Congresso do Panamá .....	16
1.3 Os Congressos posteriores .....	19
1.4 O Pan-americanismo .....	22
1.5 Rumo à integração econômica .....	25
1.6 A Associação Latino-Americana de Livre Comércio - ALALC ...	28
1.6.1 Introdução .....	28
1.6.2 Os mecanismos para a liberação do comércio na ALALC .....	29
1.6.3 Estrutura institucional da ALALC .....	30
1.6.4 Instrumentos jurídicos da Integração .....	37
1.6.5 Princípios norteadores da Integração .....	39
1.6.6 Os resultados da ALALC .....	41
1.7 A Associação Latino-Americana de Integração - ALADI .....	48
1.7.1 Introdução .....	48
1.7.2 Princípios norteadores da ALADI .....	49
1.7.3 Órgãos institucionais da Integração .....	51
1.7.4 Mecanismos para a consecução dos objetivos .....	53
Notas Bibliográficas do Capítulo .....	56

## **2º CAPÍTULO - O MERCOSUL**

2.1 O eixo Brasil-Argentina .....	64
2.2 A conjuntura continental e mundial .....	65
2.2.1 Aspectos gerais .....	65
2.2.2 A regionalização e a globalização da economia .....	67
2.3 O Tratado de Assunção e seus objetivos .....	70
2.4 Princípios que regem o Tratado de Assunção .....	73
2.5 Estrutura institucional do Mercosul .....	76
2.5.1 Conselho mercado comum .....	76
2.5.2 Grupo mercado comum .....	79
2.5.3 Secretaria administrativa .....	81
2.5.4 Comissão de comércio .....	82
2.5.5 Comissão parlamentar conjunta .....	83
2.5.6 Foro consultivo econômico e social .....	85
2.6 O Protocolo de Brasília .....	85
2.6.1 Aspectos gerais .....	85
2.6.2 Tribunal arbitral " ad hoc " .....	87
2.6.3 Os particulares no Protocolo de Brasília .....	90
2.7 Harmonização legislativa e Direito de Integração .....	92
2.7.1 Meios de harmonização legislativa .....	92
2.7.2 Harmonização das interpretações .....	95
2.7.3 Direito de Integração .....	96
2.8 Aspectos econômicos do Mercosul .....	98
2.9 Considerações sobre o Mercosul .....	103
2.9.1 Introdução .....	103
2.9.2 Comentários sobre a questão da soberania .....	104
2.9.3 Comentários sobre a questão da supranacionalidade .....	106

2.9.4	Orgãos inter-governamentais e comunitários .....	107
2.9.5	Reflexões sobre o Protocolo de Brasília.....	109
	Notas Bibliográficas do Capítulo .....	114

### **3º CAPÍTULO - ARBITRAGEM INTERNACIONAL COMERCIAL**

3.1	Introdução .....	120
3.2	Algumas formas de soluções extrajudiciárias dos litígios .....	121
2.2.1	Autocomposição .....	121
2.2.2	Mediação .....	122
3.3	Arbitragem .....	124
3.3.1	Conceito .....	124
3.3.2	Aspectos históricos .....	125
3.4	Arbitragem internacional comercial .....	129
3.4.1	Arbitragem nacional .....	129
3.4.2	Arbitragem internacional comercial .....	130
3.4.3	Fatores de escolha da arbitragem no comércio internacional .....	132
3.4.4	Natureza contratual e/ou jurisdicional da Arbitragem.....	134
3.5	Cláusula compromissória nos contratos internacionais comerciais .....	136
3.5.1	Introdução .....	136
3.5.2	Características e requisitos de validade .....	139
3.5.3	O entendimento do judiciário brasileiro .....	140
3.6	Compromisso nos contratos internacionais comerciais .....	142
3.6.1	Definição .....	143
3.6.2	Características e requisitos de validade .....	144
3.6.3	- Algumas normas internacionais referentes à cláusula compromissória e compromisso .....	146
3.7	Os árbitros e as instituições de Arbitragem.....	148
3.7.1	Introdução .....	148
3.7.2	Arbitragem " ad hoc " .....	149
3.7.3	Órgãos públicos internacionais de arbitragem privada.....	150
3.7.4	órgão privados de arbitragem internacional privada .....	152
3.7.5	A autonomia de vontade das partes e a escolha dos árbitros .....	155
3.7.6	A competência dos árbitros .....	156
3.7.7	Designação, aceitação e poderes dos árbitros .....	158
3.7.8	- Custas e honorários, e extinção da função de árbitro.....	159
3.8	O procedimento arbitral e o direito material aplicável .....	160
3.8.1	O procedimento arbitral .....	161
3.8.2	O direito material aplicável .....	163
3.9	O laudo arbitral .....	165
3.9.1	Introdução .....	165
3.9.2	Homologação e execução .....	167
3.9.3	Execução dos laudos arbitrais estrangeiros no Brasil .....	169
3.10	Arbitragem Internacional Comercial e o contexto mundial .....	172
3.11	O Mercosul e a Arbitragem Internacional Comercial - algumas possibilidades .....	174
3.11.1	Introdução .....	174
3.11.2	Algumas possibilidades de harmonização do procedimento arbitral no Mercosul .....	176
	Notas Bibliográficas do Capítulo .....	184

<i>Considerações Finais</i> .....	192
<i>Bibliografia</i> .....	195

## **INTRODUÇÃO**

No presente trabalho procuraremos apresentar elementos gerais sobre o desenvolvimento do processo de integração econômica regional, bem como do instituto da arbitragem internacional comercial, demonstrando a pertinência da criação de um órgão de Arbitragem, voltado para a solução de litígios privados, oriundos de relações comerciais internacionais pactuadas dentro da esfera de abrangência do Mercosul.

Utilizando-nos do método indutivo e a técnica de pesquisa bibliográfica, efetuaremos, num primeiro momento, uma reconstrução da semântica de integração na América Latina até o advento do Tratado de Assunção de 1991.

Após, informaremos sobre aspectos relevantes na estruturação geral do Mercosul.

Encerraremos a pesquisa com a descrição de alguns pontos vitais concernentes a uma teoria da arbitragem internacional comercial apresentando, ao final, uma proposta genérica de criação de um órgão de Arbitragem, dirigido às pendências comerciais privadas surgidas com o incremento da integração econômica dos países do Cone Sul.

As complexidades para uma coerente estruturação dos capítulos deveram-se à abrangência dos principais temas tratados: Mercosul e Arbitragem Internacional Comercial.

Na impossibilidade de esgotarmos todos os elementos referentes a qualquer dos temas indicados, nosso objetivo passa a ser o de descrever, o mais amplamente possível, os referidos assuntos de forma a permitir, ao leitor, uma visão o mais abrangente possível do conteúdo desenvolvido.



Mesmo em se tratando de tópicos atuais, encontramos dificuldades na obtenção de bibliografia suficiente para o desenvolvimento da pesquisa. Notamos, entretanto, que na bibliografia consultada, as questões tidas como controversas, no que tange aos aspectos principais do Mercosul e da Arbitragem Internacional Comercial, são por vezes trabalhadas de maneira repetitiva, uniformizando o tratamento dado às principais questões polêmicas de cada tema.

No Primeiro Capítulo, sobre os aspectos históricos da Integração na América do Sul, abordaremos, de forma sucinta, parte do pensamento integracionista de Simon Bolívar, principalmente a partir da independência dos países sul-americanos. Neste mesmo capítulo enfocaremos os principais movimentos de aproximação entre os Estados Latino-Americanos, bem como seus resultados, desde o Congresso do Panamá de 1826 até a constituição do Tratado de Montevideu de 1980, que criou a Associação Latino-Americana de Desenvolvimento - ALADI. Optaremos, entretanto, por apresentar um quadro mais completo sobre a organização da Associação Latino-Americana de Livre Comércio - ALALC e da Associação Latino-Americana de Desenvolvimento - ALADI, propiciando ao leitor elementos comparativos entre estas propostas integracionistas anteriores e o Mercosul.

No segundo capítulo abordaremos a criação do Mercosul, a partir do eixo de integração entre Brasil e Argentina, até a adesão de Uruguai e Paraguai, culminando na pactuação do Tratado de Assunção de 1991.

Apresentaremos, de maneira geral, a constituição do aludido Tratado; seus objetivos; a estruturação institucional do Mercosul; as questões da harmonização legislativa e do Direito de Integração; os aspectos relacionados aos resultados econômicos; o problema relativo à solução de controvérsias, bem como algumas questões polêmicas estudadas e debatidas no seio da Integração.

Por se tratar de um capítulo cujo objeto é extremamente amplo, efetuiremos, em razão disso, uma apresentação geral do Mercosul sem a preocupação de polemizar, totalmente, todos os

aspectos dessa Integração. Abordaremos, no entanto, certas questões que são consideradas vitais ao desenvolvimento da Integração dos países do Cone Sul.

No terceiro e último capítulo estudaremos os aspectos principais relativos à Arbitragem Internacional Comercial. Para tanto apresentaremos conceituação do que seja Arbitragem, assim como as vantagens e operacionalidade do instituto como uma das formas mais comuns para a resolução extrajudicial dos litígios de natureza mercantil internacional. Informaremos o procedimento adotado até a obtenção do laudo arbitral internacional e os caminhos para a sua exequibilidade, bem como o tratamento dado ao instituto pela legislação brasileira. Ao final apresentaremos considerações sobre a matéria, indicando a sua aplicabilidade para o Mercosul, principalmente no que tange às relações comerciais internacionais entre particulares.

Procuraremos demonstrar que a arbitragem é uma alternativa viável para a solução de todo e qualquer conflito advindo das relações contratuais comerciais, pactuadas em virtude da Integração dos países do Cone Sul.

Uma das grandes dificuldades com que nos deparamos, ao optar por estabelecer características gerais sobre a Arbitragem Internacional Comercial, foi a enorme disparidade de tratamento do instituto nos diversos sistemas jurídicos, impedindo-nos, muitas vezes, de apresentar um contorno mais nítido das questões tratadas. Daí a opção de introduzir, eventualmente, o posicionamento do Judiciário brasileiro no tratamento de algumas matérias referentes ao referido instituto, sempre buscando um clareamento maior das idéias apresentadas.

As possibilidades de harmonização legislativa e criação de um órgão específico de Arbitragem, aberto às resoluções dos conflitos oriundos dos contratos comerciais internacionais pactuados dentro do contexto da integração dos países do Cone Sul, serão o conteúdo dominante das considerações finais por nós apresentadas, visando contribuir para o aperfeiçoamento do caminho integracionista trilhado pelo Mercosul. Não se trata de idéias que pretendam esgotar o

assunto, mas de um embrião a ser desenvolvido e pronto a incorporar os aperfeiçoamentos e modificações que possam enriquecer o conteúdo aqui lançado.

Voltamos a frisar que, na elaboração da presente pesquisa, principalmente no segundo e terceiro Capítulos, procuraremos apresentar, também, os principais pontos controvertidos sobre alguns aspectos descritos, seguindo a diretriz mestra de uma descrição o mais ampla possível dos assuntos abordados, visando permitir ao leitor conhecer, ainda que superficialmente, os elementos gerais sobre cada tema.

## *CARTA DA JAMAICA*

" Eu desejo, mais do que qualquer outro , ver formar-se na América a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riqueza do que pela sua liberdade e glória. Ainda que aspire à perfeição do governo de minha pátria, não posso persuadir-me de que o Novo Mundo seja, no momento, regido por uma grande república; como é impossível, não me atrevo a desejá-lo e menos ainda uma monarquia universal da América, porque este projeto, sem ser útil, é também impossível. Os abusos que atualmente existem não se reformariam e nossa regeneração seria infrutífera. Os Estados americanos têm necessidade dos cuidados de governos paternais que curem as chagas e feridas do despotismo e da guerra..."

" De todo o exposto, podemos deduzir estas consequências: as províncias americanas lutam por emancipar-se; ao final obterão o sucesso; algumas se constituirão de forma regular em repúblicas federais e centralizadas; fundar-se-ão monarquias quase inevitavelmente nas grandes secções e algumas serão tão infelizes que devorarão seus elementos seja na atual, seja em futuras revoluções; uma grande monarquia não será fácil consolidar; uma grande república, impossível.

É uma idéia grandiosa pretender formar de todo o Novo Mundo uma única nação com um único vínculo que ligue as partes entre si e com o todo. Já que tem uma só origem, uma só língua, mesmos costumes e uma só religião, deveria, por conseguinte, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que haverão de se formar; mas tal não é possível, porque climas remotos, situações diversas, interesses opostos e caracteres dessemelhantes dividem a América. Que belo seria que o istmo do Panamá fosse para nós o que o de Corinto é para os gregos! Oxalá que algum dia tenhamos a felicidade de instalar ali um augusto congresso dos representantes das repúblicas, reinos e impérios, para tratar e discutir sobre os altos interesses da paz e da guerra com as nações das outras três partes do mundo..."

" Eu direi a V. Sa. o que pode nos colocar em condições de expulsar os espanhóis e de fundar um governo livre: é a união, certamente; e esta união não nos virá por milagres divinos mas por efeitos concretos e esforços bem dirigidos. A América defronta-se consigo mesma, porque foi abandonada por todas as nações, isolada no meio do universo, sem relações diplomáticas nem auxílios militares, e combatida pela Espanha, que possui mais elementos para a guerra do que quanto nós possamos furtivamente adquirir.

Quando as vitórias não estão garantidas, quando o Estado é fraco e quando os empreendimentos são remotos, todos os homens vacilam, as opiniões dividem-se, as paixões se agitam e os inimigos se incentivam para triunfar por este fácil meio. Tão logo sejamos fortes, sob os auspícios de uma nação liberal que nos empreste sua proteção, se nos verão concordes em cultivar as virtudes e os talentos que conduzem à glória; então seguiremos a marcha majestosa em direção às grandes prosperidades para as quais a América meridional está destinada..."

Simon Bolívar(1)

## **1º CAPÍTULO - ANTECEDENTES HISTÓRICOS**

### **1.1 - O PENSAMENTO DE SIMON BOLIVAR**

A Carta de Jamaica ou Carta Profética, escrita em 6 de setembro de 1815, é um dos primeiros manuscritos a delimitar o pensamento político do Libertador em relação aos caminhos políticos da América Hispânica.

Neste documento impressionante que retrata uma realidade vivida, Simon Bolívar demonstra que, apesar de comungar do pensamento liberal, considera-o de difícil aplicação, em sua integralidade, quando da independência dos países Hispano-americanos.

Não crê ainda, segundo a interpretação de Massimo Panebianco, em obra organizada por José Francisco Paes Landim (2), " no federalismo como modelo superior ao do Estado nacional centralizado, mas crê no federalismo compensador de um poder nacional forte e enérgico; não crê na soberania federal concorrente com a nacional, mas é paladino da integração dos Estados nacionais em mais vastas unidades".

Vislumbra um Estado democrático republicano constituído pela Nova Granada e Venezuela, com um governo composto por um poder executivo eleito, vitalício e não hereditário; uma Câmara ou Senado legislativo hereditário, com similitude à Câmara dos Lordes na Inglaterra; e um corpo legislativo eleito com as mesmas atribuições da Câmara dos Comuns.

Entre a torrente de idéias que emana deste documento encontramos uma das linhas diretrizes que deveriam nortear, em 1826, o Congresso do Panamá: a união das facções, partidos e povos ibero-americanos para constituírem governos livres e Estados independentes, bem como para lutarem contra os inimigos comuns. A união ocorreria somente como produto de ações concretas e

esforços dirigidos (fatores internos) assim como pelo fato da América encontrar-se orfã e abandonada pelas outras nações (fatores exteriores) restando-lhe, tão somente, o caminho da convergência.

A Carta de Jamaica não prega a unidade político-institucional da América Ibérica, mas indica a agregação de diversas unidades administrativas desta como caminho único para obter e sustentar a liberdade a ser alcançada junto a metrópole.

A forma como se daria esta agregação, entre alguns Estados Ibero-americanos, foi apresentada por Bolívar na Carta enviada aos governos das Repúblicas da Colômbia (3), México, Rio da Prata (4), Chile e Guatemala (5), em 7 de dezembro de 1824, convocatória ao Congresso do Panamá (6); na Carta enviada ao Vice-Presidente da Colômbia General Santander, em 6 de janeiro de 1825 (7); em Carta enviada ao mesmo General Santander, em 28 de junho de 1825 (8) e no apontamento denominado " Um pensamento sobre o Congresso do Panamá ", escrito em 1826 (9).

A estruturação institucional desta imaginada e pretendida "Integração", segundo Indalecio Aguirre (10), encontrava-se assentada sobre um modelo muito próximo do sistema confederativo. Seria composta por uma Assembléia dos representantes das Repúblicas (Dieta), com sede no istmo do Panamá, cujos poderes gerais seriam:

- órgão de consulta entre os Estados-membros para definição de uma política externa comum;
- órgão com poderes de interpretação dos Tratados pactuados entre os Estados-membros, quando da existência de lides;
- Juízo Conciliador e Arbitral para a solução de litígios existentes entre os Estados Partes;
- órgão mantenedor, administrador e controlador de uma força armada confederada;

Além de alguns Estados Hispano-americanos, Bolívar desejava a Inglaterra, conforme as informações de Tulio Halperín Donghi (11), como membro ou associado desta comunhão de países.

Para atraí-la, acenava com a instituição de uma zona de livre comércio entre os Estados-membros, cujo principal beneficiário seria a Inglaterra, em troca da segurança internacional que tal adesão representaria para a independência e soberania dos nascentes Estados, em contraposição à Santa Aliança (12) e à Doutrina Monroe (13).

O Libertador idealizava essa Comunidade de Estados assentada sobre normas comuns e universais, devidamente codificadas, garantidoras dos princípios da liberdade e autodeterminação dos povos, da igualdade e equilíbrio dos Estados e do poder de inserção desta Comunidade nas decisões a serem adotadas pela Sociedade Internacional.

Ao mesmo tempo que idealizava a aproximação dos Estados Hispano-Americanos numa Confederação, Bolívar reconhecia as dificuldades desta integração política de Estados.

Entre os obstáculos à constituição desta confederação de países estava a existência da estrutura federativa em alguns Estados, fator este que reforçava o caudilhismo regional em detrimento dos poderes constituídos, além do perigo da recolonização, representado pela Santa Aliança. Tais aspectos levaram o Libertador a admitir que a Confederação preconizada por ele seria vitoriosa se conseguisse conservar-se por pelo menos "dez ou doze anos da nossa primeira infância", de acordo com a pesquisa de Manuel Perez Vila (14).

Entre as propostas estabelecidas por Bolívar como meios de garantir a independência dos jovens Estados Hispano-americanos, encontramos as de fusão de Estados e a do estabelecimento de um protetorado disfarçado, a ser exercido pela Inglaterra.



Quando da convocação para a realização de um Congresso no Panamá, imaginou uma estrutura institucional que integrasse algumas das antigas colônias espanholas, agora independentes, sob a tutela garantidora inglesa.

Não desejava a participação do Brasil (15), dos Estados Unidos (16), bem como o Rio da Prata (17) nesta Comunidade a ser criada. Ocorre que o Brasil e os Estados Unidos acabaram sendo convidados a enviar representantes, por Santander que, como chefe de governo da Colômbia, era o responsável pelas gestões diplomáticas necessárias ao estabelecimento do Congresso. O Rio da Prata fora convidado a enviar representante pelo próprio Bolívar.

Santander, diferentemente de Bolívar, era contrário a qualquer organização capaz de antagonizar as forças regionais empenhadas em acelerar o processo de multiplicação das nacionalidades na América. Sem meios de opor-se abertamente à reunião do Congresso do Panamá optou por converter este numa reunião de todos os países do hemisfério, independente das suas inclinações políticas e seus interesses comerciais.

Entendia que a multiplicidade de tendências que estariam reunidas evitaria a formação de uma confederação política com poderes suficientes para englobar as nascentes nacionalidades americanas, destacando a importância dos fatores regionalistas no Novo Mundo.

## 1.2 - O CONGRESSO DO PANAMA

Em 13 de junho de 1825, quase 1 ano antes da abertura do Congresso, chegaram ao Panamá os representantes da primeira delegação: a do Peru. A 18 de março de 1826 chegaram os guatemaltecos, seguidos dos mexicanos em 4 de junho, complementados pelos representantes do país organizador: a Grã-Colômbia.

O Rio da Prata declinou do convite, temendo que a Grã-Colômbia predominasse nas decisões a serem tomadas em contraposição aos demais Estados.

Os Estados Unidos condicionaram o envio de representante à aprovação, pelo Congresso norte-americano, das verbas necessárias às despesas de seus delegados. Paralelamente o governo norte-americano declarava não ser favorável à formação de uma Liga com poderes de decidir, em última instância, as controvérsias entre os Estados americanos ou regular, de um modo qualquer, a conduta destes. Por fim os Estados Unidos acabaram credeciando seu representante diplomático em Bogotá como delegado junto ao Congresso do Panamá. Ocorre que o Sr. Anderson faleceu antes da abertura do Congresso, fator que levou os Estados Unidos a não estarem presentes no Istmo.

O Império do Brasil aceitou o convite para participar do Congresso, porém seu representante não chegou a tempo para as discussões e deliberações.

A Inglaterra e os Países Baixos (18) enviaram observadores.

O Chile não mandou representante, dado o caráter de verdadeira guerra civil que assumia o confronto entre liberais e conservadores dentro de seu próprio território.

A instalação solene do Congresso do Panamá ocorreu em 22 de junho de 1826, precedida de negociações prévias que demonstraram a resistência de algumas delegações em estabelecer a liberdade de comércio entre os Estados Partes e a ferrenha oposição da delegação peruana em consagrar, no Tratado de Aliança, os princípios democráticos e republicanos que constituiriam a natural contraposição aos princípios monárquicos e absolutistas da Santa Aliança.

Entre as principais conquistas do Congresso do Panamá, conforme previsto no Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua pactuado entre os participantes, encontramos: a doutrina do caráter permanente da Assembléia da Liga; sua autonomia de decisão nas matérias que lhe eram próprias; sua jurisdição soberana sobre o território que lhe serviria de sede permanente e a divisão

dos encargos de constituição de um exército e marinha confederados de acordo com a população de cada Estado Membro.

O Tratado pactuado entre os Estados Partes constituía um verdadeiro esboço de integração, cuja predominância provinha dos aspectos políticos.

Para sede da Liga foi escolhida a cidade de Tacubaya no México.

O artigo primeiro do Tratado estabelecia a criação de um exército composto por 60.000 homens cabendo à Colômbia recrutar 15.250, à Guatemala 6.750, o Peru 5.250 e o México 32.750. Já os artigos décimo quinto e décimo sexto estabeleciam a criação de uma marinha composta de 22 vasos de guerra e a divisão e responsabilidade pelo aparelhamento das naus entre os países pactuantes.

Ocorre que tal aparato militar, longe de ser mantido e administrado pela Confederação, como era o ideal de Bolívar, deveria ser constituído e administrado pelos Estados Membros, caracterizando-se, neste aspecto, como um mero Tratado de defesa e assistência recíproca.

Para as delegações presentes no Panamá a existência de um corpo militar próprio e dependente da Liga daria margem a que, no futuro, ocorresse a formação de uma estrutura política continental superior a dos Estados Contratantes.

O Pacto também estabelecia a finalidade da Confederação na defesa dos princípios democráticos e republicanos salvaguardando, em seu artigo vigésimo nono, a possibilidade de não exclusão de qualquer membro que variasse e diferisse a sua forma de governo, da defendida pela Liga, através do voto unânime de todas as partes constitutivas.

No que tange à adoção de uma política externa comum e a criação de um conjunto de normas jurídicas aplicáveis aos países americanos, em substituição às normas clássicas do direito

internacional cristão-europeu, as negociações resultaram infrutíferas, deixando o acordo de conter quaisquer disposições a este respeito.

Os Estados Contratantes, contudo, concordaram no estabelecimento de cláusula que lhes determinava a transigência amigável de suas diferenças e submissão ao juízo da Assembléia da Liga, bem como a arbitragem desta nos casos de conflito entre os membros.

O Tratado de União não contemplava todas as idéias do Libertador, mas continha os elementos vitais de um núcleo de integração de nações que, progressivamente, poderia atingir uma forma superior de integração.

O Congresso do Panamá encerrou-se em 15 de julho de 1826.

Quando Bolívar tomou conhecimento do teor do Tratado, manifestou seu desagrado aos poucos poderes outorgados à Confederação, afirmando que os poderes desta seriam tão somente uma sombra e os seus decretos simples conselhos.

O Libertador entendia que o Pacto firmado no Panamá não disporia de eficácia necessária a impedir as tendências separatistas das regiões americanas sendo, portanto, uma vitória dos interesses regionais e nacionais sobre o interesse comunitário, tão importante naquele momento histórico de sedimentação das independências recém conquistadas.

O Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua foi ratificado somente pelo governo colombiano, não tendo entrado em vigor.

### ***1.3 - OS CONGRESSOS POSTERIORES***

Como a sede da Confederação estabelecida no Congresso do Panamá foi Tabucaya, para lá se dirigiram alguns delegados visando à continuidade e ao caráter permanente da Liga, fato este que não se materializou.

Em 1831, 1838, 1839 e 1840 o México dirige convocação aos demais membros e nações Ibero-americanas para participarem de novas conferências que não se realizaram.

No período de 11 de dezembro de 1847 a 1º de março de 1848 reúnem-se, em Lima, os representantes de Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru, visando dar seguimento aos ideais lançados pelo Libertador. Neste Primeiro Congresso de Lima são assinados tratados referentes a: 1) convenção consular; 2) convenção de correios; 3) novo tratado de União e Confederação; 4) tratado de comércio e navegação.

Nenhum dos acordos pactuados foi ratificado por qualquer dos participantes.

A realização e o resultado do Primeiro Congresso de Lima demonstram, claramente, que 21 anos após o Congresso do Panamá, as idéias de Bolívar ainda guiavam as experiências integracionistas. Outra constatação era que a Confederação de países hispano-americanos não se materializaria tão somente com a criação de órgãos políticos confederados mas, principalmente, através de uma aproximação em diversas áreas distintas.

Sob a égide dessa constatação realizou-se, em 1856, no Chile, com a participação do Estado sede mais a do Equador e Peru, novo Congresso que culminou, em 15 de setembro de 1856, com a assinatura do Tratado Continental de Aliança e Assistência Recíproca, de índole semelhante à do Primeiro Congresso de Lima.

No mesmo ano, em 09 de novembro, foi assinado em Washington, por oito países americanos, o Tratado de Aliança e Confederação, análogo ao do Congresso de Santiago. Novamente, nenhum dos tratados aludidos foram ratificados pelos Estados representados.

Entre 15 de dezembro de 1864 e 12 de março de 1865 reuniram-se, em Lima, os representantes de Peru, Bolívia, Chile, Equador, Venezuela, Colômbia, Salvador e Argentina para a realização de novo Congresso visando uma aproximação entre os Estados Latino-americanos. No referido Congresso foram acordados tratados relativos a: a) convenção de correios; b) convenção de comércio e navegação; c) tratado para a conservação da paz; d) tratado de união e aliança defensiva.

Diferentemente dos Congressos anteriores, o Segundo Congresso de Lima reuniu-se em virtude da crescente intervenção norte-americana e européia nas questões internas e externas dos Estados hispano-americanos.

Suas decisões abandonam a linha confederativa adotada por Bolívar para centrar-se num estreitamento de laços de caráter inter-governamental, buscando cooperação internacional e posicionamentos comuns para problemas definidos.

Para Massimo Panebianco, em estudo organizado por Paes Landim (19), o Segundo Congresso de Lima está impregnado das idéias do argentino J.B. Alberdi ao privilegiar a regulamentação, através de legislação internacional uniforme, de um conjunto amplo de problemas comuns como o comércio, transportes, comunicações, defesa, asilo político, etc.

Independentemente das aludidas mudanças de rumos, nenhum dos Tratados foi ratificado.

Apesar do caráter sub-regional, menção deve ser feita, neste trabalho, ao processo de aproximação desenvolvido em 1867 entre Bolívia, Peru, Chile e Equador, efetuada pelo chanceler do Peru Dom José Antonio Barrenechea, por sugestão do chanceler do Chile Dom Marcial Martinez, que previa a criação de uma cidadania comum voluntária, uma diplomacia comum, a simetria das moedas, o estabelecimento de listas comuns para a livre importação de artigos, a reunião anual de uma Assembléia de plenipotenciários, uniformização de legislações, estabelecimento de estradas, correios e telégrafos comuns e política comum de imigração.

Firmaram-se alguns instrumentos como o Tratado Tripartite entre Bolívia, Peru e Chile sobre princípios de direito internacional e o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Chile e Peru.

Este projeto de Integração foi sepultado quando Chile, Bolívia e Peru, após um estremecimento de suas relações diplomáticas, entraram em guerra (20). Curiosamente fora uma guerra (21) que provocara a aproximação anterior destes países.

#### ***1.4 - O PAN-AMERICANISMO***

Cessada a possibilidade de recolonização dos Estados Americanos e diminuído o perigo de intervenção por parte das potências européias, declina a idéia do "Confederalismo Bolivariano", substituído por uma ação mais pragmática em busca dos interesses nacionais de cada país.

As relações entre os países americanos não mais serão assentadas sob um idealismo confederacionista de Estados político-culturalmente unidos, e sim sob a égide do interesse individual de cada unidade estatal.

O projeto de união política cede lugar à sedimentação das relações inter-governamentais, sem vinculação à questão de perda de soberania provocada pela adesão a um ente confederativo.

Manifestação cristalina deste novo rumo é a Primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington entre os dias 2 de outubro de 1889 e 19 de abril de 1890.

Segundo o Instituto Interamericano de Estudos Jurídicos Internacionais (22):

***"En esta reunión, a la cual concurrieron delegaciones de todas las repúblicas entonces existentes en América, con excepción de la República Dominicana, nace el Sistema Interamericano y con él la primera expresión de la moderna organización internacional regional."***

Durante a realização da Conferência foi discutida a proposta de estabelecimento de uma União Aduaneira entre os Estados Americanos. A proposta foi descartada dadas as dificuldades decorrentes das questões relativas a soberania, bem como de adequação da ordem jurídico-institucional das Constituições. As dificuldades foram classificadas como insuperáveis para a organização de semelhante estruturação do comércio regional.

No mesmo sentido foram rechaçadas as propostas de tratados estabelecendo um mesmo território aduaneiro entre várias nações, sob o manto de reciprocidade.

Os Estados participantes optaram por uma recomendação para a celebração de tratados bilaterais e plurilaterais, de reciprocidades parciais, de acordo com a conveniência e interesse de cada Estado, dentro dos seus objetivos nacionais.

Foi criado o Escritório Comercial das Repúblicas Americanas em Washington, como pólo aglutinador do estreitamento dos laços políticos, econômicos e culturais dos países americanos.

Entre as matérias que foram objeto de proposta e recomendações encontramos:

- adoção de uma nomenclatura aduaneira uniforme, bem como de processos aduaneiros comuns e direitos portuários homogêneos;
- exploração e construção de uma estrada de ferro inter-americana;
- estabelecimento de uma União Monetária Internacional Americana;



-livre navegação dos rios internacionais para as nações ribeirinhas.

Foi pactuado um Tratado determinando a obrigação dos Estados Americanos de solucionar seus litígios comuns por meios pacíficos, especialmente através da Arbitragem. O aludido Tratado não entrou em vigor por falta de ratificações necessárias.

As Conferências que se seguiram à Primeira Conferência procuraram aperfeiçoar as modalidades de cooperação inter-governamentais dos Estados participantes, assim como estabelecer mecanismos econômicos que facilitassem o intercâmbio comercial. Foram elas:

- Conferência do México, em 1901;
- Conferência do Rio de Janeiro, em 1903;
- Conferência de Buenos Aires, em 1910;
- Conferência de Santiago, em 1923
- Conferência de Havana, em 1928;
- Conferência de Montevideo, em 1933;
- Conferência de Lima, em 1938;
- Conferência de Bogotá, em 1948;
- Conferência de Caracas, em 1954.

Na Conferência de Bogotá, em 1948, foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA), organização internacional regional fundamentada na solidariedade dos Estados do Continente Americano.

As conferências pan-americanas se caracterizaram como um esforço diplomático dos Estados Americanos de estabelecerem mecanismos de aproximação entre si.

Como desde a realização da primeira Conferência, verificaram-se inúmeras dificuldades, naquele momento, para o estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio ou União Aduaneira no Continente, a opção foi pelo estabelecimento de conferências periódicas, que permitissem a pactuação de Tratados bilaterais ou multilaterais entre os Estados Americanos, visando uma maior aproximação e convergência.

As propostas iam desde a criação de um Banco Pan-americano até a criação de uma legislação aduaneira comum; estradas de ferro e sistemas de comunicação inter-americanos, etc.

Durante este período os países americanos não se dispunham a uma Integração de qualquer ordem (política, econômica, cultural, militar, etc).

Encaravam a aproximação aos demais países da região como uma opção de suas políticas externas, sujeitas as variações políticas resultantes dos grupos que detivessem o poder em cada Estado.

### ***1.5 - RUMO À INTEGRAÇÃO ECONÔMICA***

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial e do início da Guerra Fria, as Conferências passaram a demonstrar, acentuadamente, o caráter predominantemente político dos encontros como meio de manter os Estados da região alinhados ideologicamente aos Estados Unidos da América.

Os temas políticos acabaram tornando-se o conteúdo da maior parte das resoluções adotadas, porém as resoluções no campo econômico ressaltavam a necessidade de intensificação e desenvolvimento do comércio intra-regional, bem como de uma formulação de planos nacionais de desenvolvimento econômico.

A guerra da Coreia, finda em 1953, determinou a queda brusca dos produtos primários exportados pelos países americanos. As balanças comerciais da maior parte destes países tornaram-se deficitárias expondo a fragilidade em que se assentava a base econômica dos Estados Latino-americanos.

Em 1954 se reúne em Petrópolis, após o término da Décima Conferência, o Conselho Interamericano Econômico e Social - CIES, que recomenda, pela primeira vez, a necessidade do sistema inter-americano apresentar colaboração ao estabelecimento de um plano de integração e cooperação econômica a todos os países que desejassem esta integração. Em outras palavras, constatou-se que o desenvolvimento econômico isolado (estatal) não poderia contar com um financiamento do tipo Plano Marshall (23), para a transformação de uma economia fundamentalmente exportadora de produtos primários em uma economia produtora e exportadora de produtos manufaturados. Este processo de transformação deveria ser realizado através de planos de desenvolvimento integrados, a serem financiados pelo capital externo, principalmente Norte-americano, e de uma abertura e estreitamento das relações econômicas entre os Estados Americanos, visando um maior incremento das relações comerciais.

Neste sentido realizou-se, em 1957, a Conferência Econômica da OEA, na cidade de Buenos Aires que, fundamentada nos estudos efetuados pela Comissão Econômica das Nações

Unidas para a América Latina - CEPAL, e pela Secretaria Geral da OEA, fortalecia a idéia de que a transformação econômica passava por uma integração, voltada para a constituição de um mercado comum latino-americano.

O Pan-americanismo, fundamentado num modelo de cooperação econômica tênue, que privilegiava a atividade estatal isolada em relação ao todo, cede lugar aos primeiros moldes de integração econômica.

Os estudos desenvolvidos pela CEPAL concluíram que o atraso relativo da América Latina devia-se ao fato de que esta região não criava ou absorvia o progresso técnico oriundo dos países desenvolvidos, e que o eixo dinâmico para o crescimento econômico era justamente o progresso tecnológico, não difundido, logicamente, pelas relações de mercado e sim obtido através de uma política estatal voltada para este aspecto.

Verificou-se que os países latino-americanos, ainda que geograficamente próximos, mantinham a quase totalidade de seu comércio com os países desenvolvidos e que a natureza destas relações comerciais era uma das características do atraso.

O desenvolvimento dependia de condições que permitissem, aos países latino-americanos, diversificarem sua pauta de exportações, incorporando a esta produtos com maior grau de elaboração (acesso ou criação de tecnologia). Como tais produtos, em princípio, não teriam condições de concorrer, de igual para igual, com os produtos produzidos pelos países industrializados, a solução seria estimular sua absorção não somente pelo mercado interno mas, também, e principalmente, por um mercado regional. Para tanto, mister se faria a criação de um ente integracionista que, acoplado a um projeto de industrialização, asseguraria uma inserção mais razoável da América Latina no comércio mundial.

## ***1.6 - A ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO - ALALC***

### ***1.6.1 - Introdução***

Em fevereiro de 1960, fundamentada em grande parte nos estudos desenvolvidos pela Cepal, criou-se, através do Tratado de Montevideu, a Associação Latino Americana de Livre Comércio - ALALC.

O Tratado foi subscrito por Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, México, Paraguai e Peru e, posteriormente, por Colômbia, Equador e Venezuela.

Seu objetivo básico era a ampliação do mercado regional, favorecendo o alargamento dos mercados nacionais através da implementação de uma política de eliminação gradual de barreiras ao comércio regional, num prazo de 12 anos. Buscava, em outras palavras, a constituição de uma Zona de Livre Comércio, ainda que vislumbresse e idealizasse, futuramente, o estabelecimento de uma União Aduaneira e, posteriormente, um Mercado Comum.

Além dos propósitos referidos podemos afirmar que a ALALC também trazia a esperança de se constituir no ente coordenador de certas políticas vinculadas a um processo de Integração Econômica, tais como as políticas cambiais, fiscais, monetárias, de investimentos, acesso à tecnologia, complementação industrial e produtiva, bem como o pólo aglutinador para o estabelecimento de uma política comercial comum, em relação ao resto do mundo, visando uma melhor inserção no mercado mundial.

Preconizava a liberalização das barreiras do comércio intra-regional através de mecanismos determinados, como as listas nacionais, listas comuns e acordos de complementação.

### ***1.6.2 - Os mecanismos para a liberação do comércio na ALALC***

As listas nacionais de concessões eram oferecidas em rodadas anuais, por cada País Contratante, contendo um rol de mercadorias e respectivo programa de redução de tarifas de tal forma a efetuar, a cada ano, uma diminuição média de 8%, para os demais membros da Associação, em relação às tarifas praticadas perante terceiros Estados, até sua eliminação perante os membros da Associação. As concessões eram objeto de negociações, visando à obtenção de redução tarifária em determinadas mercadorias que fossem de interesse dos demais.

Uma vez finalizada as listas, estas eram estendidas a todos os Estados Membros da Associação podendo, entretanto, serem futuramente revogadas.

Já as listas comuns eram negociadas trienalmente sendo que, uma vez consolidadas, não poderiam ser revogadas pela Partes Contratantes de tal forma que, ao final da transição (12 anos) os produtos que constituíssem o essencial do comércio recíproco estariam livres de gravames e restrições. Em cada rodada de negociações deveriam se incluir um mínimo de produtos equivalentes 25% do valor global do comércio recíproco, visando a se chegar, no quarto triênio, à totalidade dos produtos essenciais.

Os acordos de complementação estavam previstos no artigo décimo sexto do Tratado. Buscavam intensificar a Integração e complementação das economias estatais através de acordos de complementação, por setores industriais específicos, com cláusulas de liberação especiais por matérias primas, partes componentes, etc.

Ainda que as negociações fossem bilaterais, uma vez acordadas deveriam, obrigatoriamente, ser incluídas nas listas nacionais, estendendo-se aos demais Estados Partes.

Posteriormente a Resolução Nonagésima Nona da Conferência estabeleceu, entretanto, que um Estado Contratante que não participasse de um acordo de complementação somente se beneficiaria do mesmo mediante outorga de adequadas compensações aos Estados negociadores. A exceção à aludida regra dizia respeito aos Estados de menor desenvolvimento econômico relativo, assim reconhecidos pelos órgãos da Integração, que não necessitavam oferecer qualquer compensação. Tal resolução extinguiu a obrigação de inclusão dos acordos de complementação nas listas nacionais.

### ***1.6.3 - Estrutura institucional da ALALC***

O Tratado de Montevideu em seu artigo trigésimo terceiro, a Resolução Décima Nona da Reunião de Ministros, a Resolução Centésima Décima Oitava da Conferência, a Resolução Primeira da Reunião de Ministros e a Resolução Centésima Décima Sétima da Conferência, criaram a estruturação institucional da ALALC, composta dos seguintes órgãos:

**1) Conferência:** era o órgão máximo da Associação até a transformação da Reunião de Ministros em órgão da mesma. Deveria tomar todas as decisões sobre os assuntos que exigissem a deliberação conjunta dos Estados Partes.

Era composta por delegados devidamente credenciados, com plenos poderes, pelos Estados Membros.

Celebrava sessões ordinárias (uma vez ao ano) e sessões extraordinárias (convocadas pelo Comitê Executivo).

Entre suas atribuições estavam a de adotar as providências necessárias à execução do Tratado e examinar os resultados da aplicação do mesmo, efetuar a realização das negociações pertinentes às listas nacionais e das listas comuns, aprovar o orçamento anual do Comitê Executivo assim como fixar as contribuições referentes a cada Estado Parte, aprovar o Regulamento do Comitê, estabelecer o seu próprio Regulamento, eleger um presidente e dois vice-presidentes para cada sessão, designar o Secretário Executivo do Comitê, etc.

Cada delegação dos Estados Membros tinha direito a um voto.

Poderiam participar da Conferência, na qualidade de assessores, os representantes da CEPAL e do CIES, e como observadores os representantes dos países e organismos internacionais especializados, desde que devidamente convidados pelo Comitê Executivo.

O quórum mínimo para votação era a presença de pelo menos dois terços dos Estados membros e o quórum de deliberação era o voto afirmativo de pelo menos dois terços das Partes Contratantes, sem que houvesse qualquer voto negativo.

As decisões eram tomadas por unanimidade e as abstenções e ausências não eram consideradas votos negativos.

A Conferência era assessorada pelas Comissões de Coordenação, Credenciais e de Negociações. Outras comissões poderiam ser criadas conforme as necessidades.

Nenhum projeto era apreciado pela Conferência sem estar devidamente informado pela Comissão correspondente, salvo se por deliberação expressa daquela.

As sessões culminavam em uma Ata final contendo a Ata das negociações, convênios, acordos, protocolos, resoluções e demais decisões aprovadas. Era redigida em português e espanhol e enviada uma cópia aos Estados contratantes, ficando o Comitê Executivo como o depositário dos instrumentos originais.



Ainda que possuísse atribuições relativamente amplas, a Conferência estava estruturada como um órgão com características inter-governamentais. O interesse comunitário surgia, supostamente, do embate dos posicionamentos adotados pelos Estados Membros. As delegações representavam os interesses nacionais e as decisões provenientes deste choque de interesses, nos órgãos da ALALC, constituíam uma das fontes do Direito de Integração.

**2) Comitê:** compreendendo o Comitê propriamente dito e a Secretaria (24), era o órgão permanente da ALALC, tendo por sede a cidade de Montevideu.

As atribuições principais do Comitê eram: a) convocar as sessões ordinárias e extraordinárias da Conferência bem como do Conselho de Ministros; b) elaborar projeto de orçamento anual e de trabalhos a serem desenvolvidos e submetê-los à aprovação da Conferência; c) informar a Conferência, em suas sessões ordinárias, sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê e os resultados referentes a aplicação do Tratado; d) sugerir à Conferência recomendações para adoção de providências necessárias ao melhor desenvolvimento do Tratado; e) funcionar como órgão coordenador entre os órgãos da ALALC e os Estados Partes no que tange ao Tratado e demais instrumentos jurídicos da Integração; f) solicitar assessoramento técnico e colaboração de pessoas e/ou organismos nacionais e internacionais, assim como autorizar a participação de observadores de governos latino-americanos não membros as sessões da Conferência; g) executar as tarefas indicadas pela Conferência; h) tomar decisões referentes a assuntos delegados pela Conferência; i) representar a ALALC perante organismos internacionais, terceiros Estados, bem como na pactuação de contratos e demais atos de direito público ou privado.

O Comitê possuía, entretanto, vital participação nas negociações do programa de liberação de intercâmbio, na elaboração de acordos de complementação em qualificação e controle da origem das mercadorias, na repressão ao "dumping" e na coordenação de políticas. Era

constituído por um representante permanente (25) de cada Estado Contratante, devidamente credenciado perante o Presidente do Comitê, sendo que cada representante possuía um suplente (26) que o substituíria plenamente nos casos de ausência ou impedimento.

O comitê elegia um Presidente e dois Vice-Presidentes, por um período de um ano, de forma rotativa e por ordem alfabética dos Estados Membros. O Presidente não poderia representar seu Estado nas sessões do órgão. Já o Secretário Executivo participava das mesmas com direito à palavra, mas sem direito a voto.

O quórum de votação, tal qual na Conferência, era a presença de dois terços dos representantes dos Estados Partes, sendo que cada Estado possuía direito a um voto.

As deliberações eram tomadas por maioria afirmativa de dois terços dos representantes, exceto nas matérias delegadas pela Conferência, onde não poderia haver voto negativo (veto).

A estruturação do Comitê e o seu sistema de votação o delineavam, assim como a Conferência, como um ente com características inter-governamentais, onde as vontades estatais em conflito determinavam os rumos da Integração.

O artigo quadragésimo primeiro do Tratado de Montevideu criava uma Secretaria vinculada ao Comitê e dirigida por um Secretário Executivo.

Segundo pesquisa desenvolvida pelo Instituto Interamericano de Estudos Jurídicos Internacionais (27), o Secretário Executivo se tornava o Secretário Geral da Conferência e do Comitê, cabendo-lhe: a) organizar os trabalhos da Conferência e do Comitê; b) contratar pessoal técnico-administrativo; c) elaborar projeto anual de despesas do Comitê; etc.. Era eleito pela Conferência, por um período de 03 anos, admitida a reeleição. A eleição ocorria com o voto de dois terços dos representantes dos Estados Contratantes, sem que fosse possível a incidência veto (28).

O Secretário Executivo participava das conferências e reuniões inter-governamentais convocadas pela Associação e dos Conselhos, Comissões consultivas e assessorias, grupos de trabalho, ou em qualquer outra reunião convocada pela ALALC e somente poderia ser demitido pela Conferência, ainda que pudesse ser suspenso pelo Comitê. O processo de demissão deveria ser aprovado por dois terços dos delegados dos Estados Membros na Conferência, sem a possibilidade de veto.

O Regulamento da Secretaria previa a escolha, pelo Secretário Executivo, com anuência do Comitê, de 03 Secretários Adjuntos, de nacionalidade diferente do Secretário Executivo, e escolhidos nos três grupos de países que constituíam a ALALC (países de maior desenvolvimento, de mercado insuficiente, de menor desenvolvimento econômico). A função dos mesmos seria substituir o Secretário Executivo nos casos de impedimento temporal, vacância e ausência.

Uma das características mais marcantes da Secretaria era o fato de que, tanto o Secretário Executivo como os funcionários, no desempenho de suas funções, por força de dispositivos contidos no Tratado de Montevideu, não estavam obrigados a solicitar ou receber instruções de nenhum governo ou entidade nacional e internacional.

Ao mesmo tempo que o Tratado contemplava a Secretaria com dispositivos que asseguravam a independência e privilégio de seus membros ante os Estados Contratantes, atrelavam-na, institucionalmente, a um órgão com características inter-governamentais.

**3) Comissão Técnica:** Era responsável pela realização de estudos, apresentação de projetos visando à aceleração do processo de integração econômica e social e formulação de propostas ao Comitê que, na impossibilidade de aprová-las ou de pronunciar-se sobre elas, perderia sua competência para o Conselho de Ministros.

A maior discussão travada, no seio da Integração, quando da criação da Comissão Técnica, foi se esta seria dotada de poderes supranacionais (posição defendida pela delegação chilena), emitindo decisões obrigatórias aos Estados Partes, dentro da esfera de competência que lhe fosse atribuída.

Alguns autores vislumbravam na Comissão Técnica o ente comunitário da ALALC e entendiam que a eficácia deste órgão dependeria não só de sua composição (29) mas também de suas relações com o Conselho de Ministros (30).

**4) Conselho de Ministros:** Coube ao Comitê Executivo a preparação do protocolo que institucionalizou um novo órgão, hierarquicamente superior aos demais já criados, na Associação.

O Conselho de Ministros, entretanto, somente se tornou, definitivamente, órgão da ALALC em 1975 após a última ratificação (31), pelas Partes Contratantes, do Protocolo que o criou.

Para que não houvesse choque de atribuições com os outros entes da Associação, principalmente com a Conferência, designou-se ao Conselho de Ministros a competência de proceder à condução da política superior da ALALC, podendo delegar à Conferência e ao Comitê, as atribuições que entendesse compatíveis ao melhor cumprimento dos objetivos de sua competência.

Era composto pelo Ministro das Relações Exteriores (ou equivalente) de cada Parte Contratante. Este poderia ser substituído por outro Ministro ou Secretário de Estado desde que o Estado Membro correspondente tivesse, por legislação interna, atribuído a competência a funcionário diverso do Ministro das Relações Exteriores.

Reunia-se em sessões ordinárias, uma vez por ano, ou em sessões extraordinárias convocadas pelo Comitê. Nas reuniões eram estabelecidas a sede da próxima sessão assim como o pauta de deliberações.

O quórum de votação era a presença de dois terços dos representantes dos Estados Partes e o quórum de deliberação era o voto afirmativo de dois terços das Partes Contratantes, desde que não houvesse veto. As ausências e as abstenções não eram consideradas veto.

Para cada sessão eram eleitos um Presidente e dois Vice-Presidentes. A eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes, o estabelecimento da sede da próxima sessão ordinária e a definição da pauta de deliberações da próxima sessão ordinária não estavam sujeitas ao veto das partes.

O Conselho de Ministros tinha a faculdade de proceder à modificação de seu sistema de votação e da Conferência, fato este que jamais ocorreu.

**5) Parlamento Latino-Americano:** Ainda que não fizesse parte integrante da estrutura institucional oficial da ALALC, este órgão surgiu como o ente capaz de efetuar a vinculação e aproximação da política integracionista com a Sociedade Civil e a opinião pública.

Tratava-se de um organização internacional não governamental, não vinculada à ALALC, conforme a opinião de Araminta Mercadante de Azevedo (32).

Todo o seu trabalho buscava uma aproximação da população ao esforço da integração econômica pretendida.

Além dos órgãos mencionados, a ALALC tentou criar um mecanismo provisório de solução de controvérsias entre os Estado Membros, através da Resolução Centésima Sexuagésima Quinta da Conferência.

Ocorre que o aludido mecanismo só poderia ser colocado em prática através da pactuação de Protocolo próprio para a questão, com ratificação e recepção posterior pelo sistema jurídico interno de cada Estado Membro, fato este que nunca ocorreu.

Os mecanismos para a solução de controvérsias na verdade nunca constituíram preocupação específica das Partes Contratantes. Estas tinham dificuldades em estabelecer um sistema de sanções para os casos de não cumprimento, voluntário, das decisões oriundas de um órgão, responsável por julgar os litígios entre os Estados Membros, no âmbito da Integração.

O assunto relacionava-se, também, com a questão do estabelecimento de um ente autônomo, capaz de efetuar a interpretação dos instrumentos jurídicos da Integração, diferentemente da estrutura vigente até então, onde esta atribuição se encontrava a cargo dos órgãos políticos.

Se as Partes Contratantes da ALALC não demonstravam interesse no estabelecimento de um órgão, com poderes para solucionar judicialmente ou extrajudicialmente os conflitos entre os Estados Membros, o mesmo ocorria quando a matéria era a solução de litígios oriundos de negócios mercantis internacionais pactuados entre particulares, ainda que motivados pela Integração. Jamais houve uma preocupação específica visando harmonizar e facilitar a resolução deste tipo de conflito, como a criação de regras próprias, destinadas a estes atores da Integração.

#### ***1.6.4 - Instrumentos jurídicos da Integração***

O Ordenamento jurídico da ALALC era composto por:

a) Tratado de Montevideu de 1960 - Era o instrumento no qual estavam contidas as normas constitutivas, básicas e fundamentais a serem aplicadas progressivamente, mas passíveis de complementação, aperfeiçoamento e adaptação à realidade da integração econômica pretendida. A competência para propor as alterações e complementação do Tratado pertencia aos órgãos institucionais da Associação.

b) Protocolos - Juntamente com o Tratado de Montevideu foram firmados e ratificados pelas Partes Contratantes Protocolos referentes a: criação de normas e procedimentos para as negociações das listas comuns e nacionais; estabelecimento do Comitê Provisório; regulamentação da colaboração da CEPAL e do CIES; compromissos de compra e venda de petróleo e seus derivados; instituição de um tratamento especial em favor do Paraguai e Bolívia; e posteriormente, o que institucionalizou o Conselho de Ministros.

c) Atas - registravam os resultados das negociações das listas nacionais e das listas comuns. Eram firmadas com um compromisso de respeito às concessões estabelecidas, gerando um caráter obrigacional que, supostamente, seria passível de exigência através dos órgãos administrativos e dos Judiciários de cada Estado Membro.

d) Resoluções dos órgãos da ALALC - qualquer Resolução proveniente dos órgãos da Associação, desde que tomados dentro de seu âmbito de competência e pelo devido procedimento estabelecido, incorporar-se-iam ao ordenamento jurídico da Integração.

Para Araminta Azevedo (33), a interpretação jurídica da época contemplava o axioma de que o Tratado de Montevideu, após ter sido devidamente assinado e ratificado, incorporaria sua estrutura funcional e jurídica, de maneira igual e equivalente, aos ordenamentos jurídicos nacionais dos Estados Membros, tornando sua aplicação obrigatória em cada um destes. Logo, todas as normas jurídicas emanadas com fundamento no Tratado teriam força obrigatória em cada unidade estatal participante podendo qualquer particular, através de processo administrativo ou da via judicial, pleitear a aplicabilidade deste direito advindo da Integração Econômica.

Em verdade, as normas produzidas pelos dispositivos acima indicados incorporavam-se, ao ordenamento jurídico dos Estados Contratantes, somente através dos mecanismos tradicionais de recepção do Direito Internacional e transformação em legislação interna. A partir deste momento, após transformada em norma jurídica interna, é que o Direito de Integração, se tornava obrigatório.

#### ***1.6.5 - Princípios norteadores da Integração***

A ALALC foi estruturada fundamentando-se em princípios que buscassem garantir a equidade, proporcionalidade e justiça na marcha do processo.

Os princípios previstos no Tratado eram:



a) princípio da reciprocidade: pretende estabelecer uma harmonia entre os benefícios outorgados e os recebidos por cada Parte Contratante para que inexistam desvantagens acentuadas e persistentes que redundem em crédito para alguns em detrimento de prejuízos para outros. O autor Juan Vacchino (34) caracteriza a reciprocidade prevista na ALALC como uma obrigação que cada membro detinha de fazer concessões comerciais equivalentes às recebidas, fundamentadas na possibilidade de gerar uma corrente crescente de comércio intra-regional.

b) cláusulas de salvaguarda: são as cláusulas especiais de que qualquer dos membros poderiam lançar mão, após prévia autorização pelos órgãos competentes da Associação, por um prazo determinado, de restrições à importação de produtos que tivessem sido objeto de concessões.

A salvaguarda deveria ser solicitada e concedida quando a importação de determinado produto pudesse causar ameaça ou prejuízos graves à economia de determinada unidade estatal contratante.

c) princípio de nação mais favorecida: estabelecia que qualquer vantagem, imunidade ou privilégio que uma parte contratante aplicasse a produtos oriundos de outra parte contratante ou de terceiro seria estendida, automaticamente, aos demais membros do Tratado.

O próprio Tratado previa limitação ao princípio de nação mais favorecida ao contemplar, em seu artigo trigésimo segundo, a possibilidade das partes concederem a outra, de menor desenvolvimento relativo, de forma transitória, vantagens não extensivas aos demais membros, com o fim de estimular determinada atividade produtiva.

Também o artigo décimo nono estabelecia que os convênios pactuados entre os contratantes e entre estes e terceiros, com a finalidade de facilitar o intercâmbio fronteiriço, não estariam enquadrados no princípio de nação mais favorecida.

Por interpretação extensiva entendeu-se, também, que os acordos de complementação industrial e os acordos sub-regionais não se encontrariam abrangidos pela cláusula de nação mais favorecida.

d) princípio do diferente grau de desenvolvimento econômico relativo: adotava, em favor dos países de menor desenvolvimento econômico relativo, membros da ALALC, um tratamento favorável a lhes propiciar meios para fazer frente aos compromissos oriundos do Programa de Liberação sem que ocorressem danos estruturais as suas economias, facilitando-lhes as possibilidades para o incremento de seu desenvolvimento.

#### ***1.6.6 - Os resultados da ALALC***

Nos primeiros anos após a assinatura do Tratado de Montevideu ocorreu um incremento substancial nas concessões tarifárias, especialmente as outorgadas pelas listas nacionais. Esse incremento, todavia, registrou-se mais aparente do que real ao contemplar produtos que, anteriormente ao Tratado, já eram largamente comercializados sob a égide de acordos bilaterais.

Após 1966, tornaram-se árduas as negociações das listas nacionais e, principalmente, das listas comuns.

Segundo Flávio Rabelo Versiani (35), de um total de 11.173 concessões acumuladas até o ano de 1977, na negociação das listas nacionais, cerca de dois terços correspondiam ao período de 1962-1964, e mais de 80% ao período de 1962-1966.

Depois de 1969 as negociações estancaram, passando a inexpressivos os resultados obtidos.

O mesmo ocorreu com a negociação referente às listas comuns. A primeira delas foi adotada em dezembro de 1964 e, entre os 175 produtos incluídos, a maior parte era de produtos que compunham o comércio tradicional da região e que, portanto, já constavam das listas nacionais negociadas, tendo sido objeto de uma liberalização efetiva, dados estes fornecidos por Juan Vacchino (36).

A partir das negociações referentes à segunda lista comum não se obteve qualquer consenso, impedindo o estabelecimento da mesma.

Com o Protocolo de Caracas, em 1969, estenderam-se as negociações das três listas comuns restantes até 31 de dezembro de 1980, quando se deveria atingir a liberalização total pretendida.

Diferentemente das listas nacionais e listas comuns, os acordos de complementação constituíram-se na mola propulsora da Integração, mormente após 1964, quando foram suprimidas as exigências para a ampliação de seus benefícios às demais Partes Contratantes, deixando de compor as listas nacionais e as listas comuns.

A rigor tal fato representava a revogação de um aspecto básico do Tratado de Montevideu, que era a multilateralização, ou princípio de nação mais favorecida.

Conforme ensina Flávio Versiani (37), os acordos de complementação acabaram se concentrando nos países da ALALC com economia mais desenvolvida, e em setores usualmente

dominados por um número pequeno de empresas (geralmente multinacionais), tais como os setores da indústria eletro-eletrônica, química, máquinas de escrever, aparelhos de refrigeração, etc.

O Protocolo de Caracas, subscrito durante o transcurso do nono período de sessões ordinárias da Conferência, procurava encontrar soluções para o impasse advindo do fracasso das negociações da segunda rodada das listas comuns.

Adiou-se, até 31 de dezembro de 1974, a edição de novas regras que determinassem os mecanismos de negociação das listas comuns. Tacitamente congelou-se a obrigatoriedade de negociação das listas comuns até 31 de dezembro de 1980 (nova data final do período transitório de liberalização). Esta nova data final fez com que, também, fosse diminuído o percentual inicial de 8% estabelecido para o desgravame anual das listas nacionais. Este percentual foi revisto para 2,9%.

Para Flávio Rabelo Versiani (38), o Protocolo de Caracas representou o reconhecimento do insucesso do programa de liberalização previsto no Tratado de Montevideu, " diluindo de tal forma as obrigações dos países membros a ponto de reduzir o Tratado a uma mera declaração de boa vontade das partes em relação à Integração. "

O comércio inter-regional indubitavelmente havia sofrido um incremento ímpar no período referente, principalmente nos primeiros 10 anos de vigência do Tratado. Mas isso se explica pelos mecanismos preferenciais, oriundos do programa de liberalização, assim como pela conjuntura mundial, que permitiu um crescimento mais estável das exportações regionais, inclusive entre os Estados Membros.

Apenas a título de exemplo, podemos citar que a relação entre as exportações para a região e as exportações totais do conjunto de Estados Contratantes passou de 8,4%, em 1960, para 13,8%, em 1980 (39).

O comércio da região passou por um crescimento acelerado, seguindo a tendência do comércio mundial no período.

Se é verdade que os mecanismos estabelecidos pela Integração foram importantes para o desenvolvimento do comércio regional, não se pode afirmar que tenham sido determinantes. Um fato, porém, há que se ressaltar: o perfil das exportações regionais para a própria região ou para o resto do mundo era, até 1960, profundamente semelhantes. Tal fato se alterou a partir do Tratado de Montevideu. Os alimentos, matérias-primas agrícolas e combustíveis declinaram, na troca regional, sendo substituídos pelos produtos manufaturados. Esta situação particular repetiu-se também no comércio em relação ao resto do mundo em países da região, como Brasil, Colômbia, Argentina, Peru e Uruguai.

Não é possível, porém, estabelecermos em que medida a política de reduções tarifárias do mercado regional tenha contribuído para esta diversificação da pauta de exportações de determinados Estados, principalmente porque todos os Estados da região passaram, neste período, por uma política interna de fomento à industrialização e exportação, oriunda das condições favoráveis do mercado mundial.

A ALALC tornou-se, indubitavelmente, uma das propostas transformadoras da realidade econômica da região, mas não conseguiu se tornar a Integração preconizada pelas idéias da CEPAL ou contidas nas normas do Tratado.

Para José Angelo Faria (40), a " ALALC foi cedo vítima do desinteresse político dos Estados-membros, originário de diversos fatores, e especialmente agravado a partir da década de 1970. "

Já Flávio Rabelo Versiani (41) aponta o abandono do princípio da reciprocidade como uma das causas do insucesso da ALALC, ainda que reconheça as dificuldades iminentes da operacionalidade de tal princípio para países com grau de heterogeneidade tão marcante quanto os

países da região. Indica, ainda, as dificuldades criadas pela cláusula da nação mais favorecida, que obrigava uma generalização compulsória, aos demais Membros, da política de desgravame oriunda, muitas vezes, de um mero interesse bilateral. Ressalta as dificuldades, para determinados países da região, em efetuar, em razão da Integração, uma redução no nível de atividade de certos setores produtivos, visando atender o interesse regional. Generaliza que a somatória de todos estes fatores está associada à balança de ganhos e perdas que cada País vislumbrava obter, em razão da Integração, e que, provavelmente, acabou frustrado, levando os Estados Contratantes a buscarem alternativas diferentes.

Acrescente-se a estas reconhecidas opiniões as dificuldades nascidas da sistemática adotada para a obtenção da liberalização pretendida (sistema de listas nacionais e listas comuns) que, em muitos casos, esbarravam nas realidades vividas pelos países de menor desenvolvimento, com pouco poder de barganha para obter uma melhor relação de troca, ainda que supostamente protegidos pelos mecanismos de proteção previstos no Tratado.

Outro fator visível para o insucesso da ALALC, foi a inadequada estrutura institucional, com predomínio exclusivo dos critérios inter-governamentais na constituição dos órgãos institucionais, visto que os Estados Partes participavam da Associação voltados para os seus próprios interesses internos, sem jamais se voltarem para uma efetiva perspectiva comunitária.

Quando da caracterização da ineficácia da estrutura institucional adotada, da inexistência de um sistema geral de sanções que pudesse coagir as Partes Contratantes a respeitarem as normas e objetivos da Integração e das dificuldades criadas pelo próprio Tratado e seus objetivos, inúmeras foram as propostas apresentadas por " experts ", convocados pelo INTAL (42), em 1979, visando a uma reestruturação da ALALC. Entre as sugestões apresentadas podemos destacar:

- a) adoção de normas que assegurassem uma adequada reciprocidade dos benefícios entre os países participantes, de modo a evitar o desnível do sistema de troca regional, caracterizando, de forma mais nítida, os países com superávit e os com déficit, persistente, no comércio regional;
- b) política regional de investimentos com uma adequada coordenação das políticas internas no que tange ao desenvolvimento tecnológico, transferência de tecnologia e tratamento adequado ao capital estrangeiro;
- c) política de desenvolvimento industrial, com a indicação de locais específicos para indução a industrialização visando, também, uma expansão industrial aos países de menor desenvolvimento;
- d) aprofundar a integração financeira, incluindo a solução dos problemas de balanças de pagamento que surjam do processo e o financiamento adequado do comércio regional;
- e) estabelecimento de um sistema institucional que contemple o funcionamento de um órgão comunitário com competência de proposições e gestão, buscando, paulatinamente, o cumprimento dos objetivos e expectativas da Integração;
- f) estabelecimento de condições de integração no setor agropecuário, especialmente no setor de abastecimento alimentar;

g) estabelecimento de uma margem de preferência alfandegária regional, discriminando diferenciações segundo os níveis absolutos dos tributos de cada Estado e seu grau de desenvolvimento econômico relativo;

h) não incorrer no erro de considerar a formação de um mercado amplo como objetivo único ou principal da Integração, e sim como um dos diversos elementos constitutivos do Processo.

i) advertir a respeito dos perigos do uso generalizado de ações parciais, dentro de um sistema multilateral, recordando que a multilateralidade é da essência do Tratado. Reconhecia-se, entretanto, que se devesse dar maior flexibilização aos mecanismos operativos, ressaltando que essa pluralidade de ações devesse convergir para o objetivo do estabelecimento de um mercado comum latino-americano.

A Integração preconizada pela ALALC esbarrava, ainda, nas dificuldades oriundas dos diversos graus de desenvolvimento dos Estados Membros, assim como os diferentes graus, em relação à vontade política de vinculação ao sistema.

Ainda que os caminhos fossem muitos, pouco se poderia realizar no sentido de reabilitação dos objetivos da Integração sem que os próprios Estados Contratantes, principais atores do processo, manifestassem o desejo e vontade política de reavivá-la.

Naquele estágio de crise do processo, ante os fatores externos vigentes e o choque de vontade política das Partes Contratantes, vislumbrou-se a adequação da Integração à realidade



existente, seguindo uma linha de flexibilização do sistema. Criava-se a Associação Latino-Americana de Integração - ALADI.

## ***1.7 - ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO - ALADI***

### ***1.7.1 - Introdução***

Em 12 de agosto de 1980, na cidade de Montevideu, o Conselho de Ministros das Relações Exteriores dos Países Membros da ALALC subscreveram um novo Tratado, criando a Associação Latino-Americana de Integração - ALADI, em substituição à ALALC.

A nova Associação entrou em funcionamento em 18 de março de 1981, quando foram depositados em sua sede, em Montevideu, as três primeiras ratificações (43) de países membros ao Tratado.

A ALADI, como a ALALC, busca a realização de um projeto de integração econômica regional, a ser alcançado a longo prazo.

Do ponto de vista do Direito Internacional, tal como o Tratado anterior, o Tratado de Montevideu de 1980 caracteriza-se como um Tratado Marco (44), de natureza multilateral, permanente, institucional e de alcance regional relativo à integração econômica.

O objetivo da nova Associação é, renunciando ao estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio preconizada pela ALALC, segundo José Angelo Faria (45) "...a despeito do objetivo formal (declarado no Preâmbulo) de se criar um mercado comum, ao estabelecimento de uma zona de preferências tarifárias regionais."

Diferencia-se do Tratado anterior pela limitação de seu objetivo e por um suposto realismo e flexibilidade para a consecução do mesmo. Tem o propósito de compatibilizar a tendência anterior de acordos bilaterais ou sub-regionais com a estrutura, parcialmente modificada, da experiência integracionista anterior.

A flexibilização de mecanismos que permitam a celebração de acordos bilaterais ou sub-regionais, dentro da ALADI, constitui não só uma vantagem mas, também, um grande risco para a Integração por não contemplar mecanismos que obriguem os Estados Membros a direcionar tais acordos para uma posterior multilateralidade.

O único compromisso multilateral previsto no Tratado são as margens de preferências, que se constituem em descontos oferecidos por cada Parte Contratante para as tarifas sobre as importações da região.

Em outras palavras, a ALADI prevê uma Integração Econômica oriunda da convergência dos acordos bilaterais e sub-regionais, através de negociação, visando o estendimento dessas conquistas aos demais Estados Membros. O sistema será completado com a convergência dos sub-sistemas.

### ***1.7.2 - Princípios norteadores da ALADI***

Os princípios que norteiam a ALADI, segundo o Tratado de Montevideo de 1980, são:

a) pluralismo: é o desejo político dos países membros de buscar a Integração regional acima das diversidades regionais existentes;

b) convergência: se traduz na multilateralização progressiva dos acordos parciais, através de negociações periódicas entre os Estados Partes, buscando o objetivo formal da Integração;

c) flexibilidade: é a capacidade de permitir a realização de acordos de alcance parcial, desde que acordados de forma compatível com a extensão progressiva de seus resultados aos objetivos da Integração;

d) multiplicidade: trata-se da admissão das distintas formas de consecução, pelos Estados Membros, dos meios necessários, desde que em harmonia com os objetivos da Integração, a dinamizar e ampliar os mercados de nível regional;

e) tratamento diferencial: expressa a necessidade de conferir-se diferentes tratamentos, em virtude dos diferentes graus de desenvolvimento econômico existente entre os Contratantes;

f) nação mais favorecida: como no Tratado anterior, a cláusula de nação mais favorecida determina a obrigatoriedade da ampliação das vantagens acordadas em pactos celebrados entre os Países Membros e entre estes e terceiros, aos demais países da região. Diferentemente do Tratado anterior, entretanto, o novo Tratado de Montevideu estabeleceu diversas possibilidades de inaplicabilidade deste princípio, tornando-o pouco operante na atual sistemática.

### ***1.7.3 - Órgãos institucionais da Integração***

A estrutura institucional da ALADI pouco se diferenciou da ALALC, prevendo o Tratado a constituição dos seguintes órgãos:

**a) Conselho de Ministros:** constitui-se no ente supremo da Integração sendo responsável pela condução política da mesma.

Entre suas funções destacamos a adoção de medidas corretivas de alcance multilateral recomendadas pela Conferência, a aceitação da adesão de novos países, a revisão e atualização das normas que regulam os acordos de convergência e cooperação com outros países em vias de desenvolvimento e suas respectivas áreas de integração e a designação do Secretário Geral.

As reuniões, diferentemente da anualidade prevista no Tratado anterior, não possuem prazos fixados.

**b) Conferência:** constituída de forma semelhante ao Tratado anterior, possui as atribuições de fazer recomendações, ao Conselho de Ministros, sobre o funcionamento do processo de integração em todos os seus aspectos, sobre a convergência dos acordos de alcance parcial e sua multilateralização, revisar e avaliar a aplicação dos mecanismo de tratamento diferenciais e do sistema de apoio aos países de menor desenvolvimento, propiciar a negociação de acordos regionais, a fixação e ampliação das preferências alfandegárias regionais, etc.

Reúne-se a cada três anos em sessões ordinárias e, a qualquer tempo, em sessões extraordinárias convocadas pelo Comitê.

**c) Comitê:** Em nada se diferencia do órgão previsto no Tratado de 1960, inclusive quanto a suas atribuições.

**d) Secretaria Geral:** Ao contrário do ente estabelecido pelo Pacto anterior, a Secretaria Geral da ALADI constitui-se como órgão técnico, possuindo diversas atribuições de elaborar proposições, gestões e controle dos objetivos integracionistas.

**e) órgãos auxiliares:** trata-se de entes técnicos encarregados do assessoramento dos demais órgãos, assim como de efetuar a realização dos estudos necessários para se atingir os objetivos da Integração.

A tomada de decisões no Conselho de Ministros, Conferência e Comitê é efetuada de maneira idêntica à estabelecida no Tratado de 1960, ou seja, através do voto afirmativo de dois terços dos representantes dos Estados Membros para determinados assuntos e possibilidade de veto em casos excepcionais.

Entre as exceções, encontramos as emendas e adições ao Tratado; adoção de decisões referentes à condução política superior do processo; a fixação e ampliação da preferências alfandegárias regionais; conversão dos acordos parciais em acordos regionais (multilateralização progressiva); aceitação e adesão de novos Países Membros; adoção de medidas corretivas que surjam da avaliação sobre a marcha do processo de integração.

Repetindo as dificuldades da experiência anterior, o Tratado de 1980 não contempla previsão para o estabelecimento de órgão dotado de mecanismos e procedimentos necessários à solução judiciária ou extrajudiciária de conflitos, criados pela aplicação das normas da Integração, assim como para a interpretação uniforme do sistema normativo criado. O mesmo ocorre para os conflitos mercantis originados dos negócios jurídicos comerciais pactuados entre particulares, dentro da esfera integracionista pretendida.

#### ***1.7.4 - Mecanismos para a consecução dos objetivos***

Os instrumentos para se atingir os objetivos do Tratado são as negociações das preferências alfandegárias regionais, ações de alcance regional e ações de alcance parcial.

a) As preferências alfandegárias regionais caracterizam-se pela generalidade e progressividade. Devem procurar abarcar a totalidade ou quase totalidade do universo alfandegário, sem prejuízo das listas de exceções estabelecidas por cada Estado Parte. Procura-se, desta maneira, conciliar o interesse latino-americano e integracionista com os interesses individuais de cada Estado, com seus respectivos grupos de pressão.

A progressividade implica no marchar passo a passo até a ampliação da margem de preferências e intensificação dos intercâmbios, através das negociações periódicas.

b) As ações de alcance regional são aquelas em que participam todos os Estados Contratantes. Podem adotar a forma de acordos comerciais, complementação econômica, agropecuária, etc.

Quanto maior o número e alcance destes acordos, maior será o número de itens abrangidos pelo objetivo real do Tratado.

c) As ações de alcance parcial são as obtidas em acordos bilaterais, sub-regionais e multilaterais referentes a itens específicos, setoriais, intersetoriais e genéricos. Estes devem conter cláusula de convergência progressiva obrigatória, sempre que pactuado entre partes pertencentes ao rol de Estados-membros. Quando pactuado com terceiros Estados latino-americanos, a cláusula não estipula uma multilateralização progressiva mas, tão somente, um instrumento facultativo que, eventualmente, possa permitir a incorporação do terceiro Estado à Associação.

O Tratado que instituiu a ALADI trouxe pouquíssimas inovações em relação ao Tratado anterior, estabelecendo uma estrutura institucional com características inter-governamentais, tal como anteriormente previsto na ALALC.

Se por um lado o Tratado instituidor da ALADI apresenta características mais flexíveis que o Tratado de 1960, no que tange ao estabelecimento de uma Integração através de uma zona de preferências alfandegárias, permitindo e incentivando os acordos bilaterais e os processos de integração sub-regionais (Mercosul, Pacto Andino, Mercado Comum Centroamericano, etc), por outro lado padece das mesmas dificuldades institucionais, procedimentais e de um sistema de sanções capaz de obrigar a pretendida multilateralização das relações econômicas entre os Estados Membros. Além do mais, a ALADI foi estabelecida num período de extrema retração do comércio internacional, sofrendo impacto direto das circunstâncias externas neste pretendido processo de integração regional.

Conforme escreve José Angêlo Faria (46):

**" O aparente empenho político dos governos dos países signatários não produziu, em mais de uma década de existência da ALADI, resultados que se aproximassem dos objetivos declarados, o que, num certo sentido seria previsível.**

**Diversos problemas dificultaram que se obtivesse a plena liberalização do comércio regional, particularmente os reflexos negativos que a conjuntura recessiva dos anos 1980 tiveram no continente, agravados pelo agudo problema da dívida externa dos três países de maior desenvolvimento: Argentina, Brasil e México.**

**Contudo, se o objetivo maior não foi plenamente alcançado, a permissão feita para a criação de sistemas subregionais e o estímulo à celebração de acordos bilaterais, representaram importantes passos para a aproximação econômica dos países envolvidos, circunstâncias de que se valeram os integrantes do Pacto Andino para aprofundar sua integração."**

No período atual em que, aparentemente, a crise no comércio mundial dá sinais de arrefecimento, pudemos verificar que os níveis do comércio regional retomaram, após um período de contínua diminuição, os mesmos números do período de 1980 (47).

De qualquer maneira a ALADI representa um manifesto claro da intenção, dos Estados Membros, de caminharem para uma Integração regional como resposta às dificuldades atinentes a toda região.



## ***NOTAS BIBLIOGRAFICAS DO 1o. CAPÍTULO***

1. **BELLOTTO**, Manoel Lelo et al. **Simon Bolivar**. São Paulo: Atica, 1983. p.74-90.
2. **PAES LANDIM**, José Francisco. **Direito e integração**. Brasília: Unb, 1981. p.59.
3. A Colômbia era constituída pela Nova Granada (atualmente Colômbia), Venezuela, Equador e Panamá.
4. As Províncias Unidas do Rio da Prata eram constituídas pela Argentina e Uruguai. O Uruguai era, entretanto, disputado como parte do Império do Brasil (Província Cisplatina), tendo conquistado sua independência em 1828.
5. A Guatemala era constituída pela Guatemala, Honduras, Nicarágua, El Salvador e Costa Rica.
6. **VILA**, Manuel Perez. **Doctrina del libertador**. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 1976. p. 177-180.

7. **Idem.** p. 181-6.

8. **Idem.** p. 194-8.

9. **Idem.** p. 216-8.

10. **AGUIRRE**, Indalecio Liévano. **Bolívar**. Madrid: Ediciones Cultura Hispanica, 1983. p. 339.

11. **DONGHI**, Tulio Halperín. **História de América Latina**, 3. Madrid: Alianza Editorial, 1985. p. 218.

12. A Santa Aliança, composta pela Rússia, Áustria, Prússia e posteriormente pela França, fundamentava-se no Protocolo de Troppau, pactuado pela Rússia e Áustria, em 1820, que visava à manutenção do "status quo" europeu. A Santa Aliança interviria para suprimir as revoluções liberais em qualquer parte do território europeu. Entendia as colônias americanas como mera extensão do território da metrópole.

13. A Doutrina Monroe está contida na mensagem do Presidente James Monroe ao Congresso Norte-americano em 2 de dezembro de 1823. Estabelece que o continente americano não pode ser objeto de uma colonização futura devido à independência dos Estados e adverte que qualquer

intervenção das potências europeias na América para aqui instalarem seu sistema político seria considerado uma ameaça à segurança dos Estados Unidos.

14. **VILA**, Manuel Perez. **Doctrina**. Op. cit. p.182.

15. Bolívar não queria a participação do Brasil por dois motivos principais: idealizava uma Confederação que reunisse tão somente as antigas colônias espanholas na América; vislumbrava no Império brasileiro o representante dos interesses da Santa Aliança na América.

16. O Libertador não queria a participação dos Estado Unidos pelo primeiro dos motivos expostos na nota anterior, bem como por desconfiar que a Doutrina Monroe também se configurava uma ameaça de intervenção.

17. A presença das Províncias Unidas do Rio da Prata, no Congresso do Panamá, tornou-se indesejável para Bolívar, devido ao alto grau de anarquia produzido pelas disputas internas naquele País, bem como no Chile, e por estar o governo do Rio da Prata contrário à realização de uma Confederação composta pelas antigas colônias espanholas na América.

18. O Reino dos Países Baixos era composto pela Holanda e pela Bélgica.

19. **PAES LANDIM**, José Francisco. **Direito**. Op. cit. p.62.

20. Tratava-se da Guerra do Pacífico, ocorrida entre 1879 e 1883, em que Bolívia e Peru eram aliados contra o Chile. O Chile foi vitorioso na guerra anexando, ao seu território, o único território boliviano com saída para o mar (Antofagasta), mais a província de Tarapacá e parte da província de Arica no Peru.

21. Tratava-se da guerra contra a Espanha entre 1865 e 1868, onde Chile, Peru, Bolívia e Equador confrontaram uma esquadra enviada pela Espanha. A esquadra espanhola chegou a bombardear o porto de Valparaíso (Chile) e bloquear o porto de Callao (Peru), retirando-se, posteriormente, de volta para a Espanha.

## **22. INSTITUTO INTERAMERICANO DE ESTUDIOS JURIDICOS INTERNACIONALES.**

**Derecho de la integración latinoamericana.** Buenos Aires:De Palma, 1969. p.433.

23. O Plano Marshall foi concebido pelo Secretário de Estado Norte-americano de mesmo nome e se consubstanciava na ajuda econômica maciça de capital norte-americano a alguns países da Europa Ocidental e ao Japão, cujas economias haviam sido duramente atingidas pelo esforço de guerra. Tal ajuda era vinculada a um aspecto ideológico que pretendia estabelecer uma certa tranquilidade econômica a determinados países, evitando um crescimento de tendências ideológicas contrárias à economia de mercado.

24. A Secretaria não estava prevista no Tratado como órgão autônomo e sim como ente do Comitê (conforme o artigo quadragésimo primeiro do Tratado). Compreendia: a) o escritório do Secretário Executivo; b) os departamentos técnicos: política comercial, assuntos econômicos, assuntos industriais, assuntos agropecuários e outros que fossem criados pelo Comitê; c) o departamento administrativo; d) os serviços especiais: estatística, conferências e reuniões, biblioteca, documentação, promoção, difusão e aqueles estabelecidos pelo Secretário Executivo.

25. O representante de cada Estado Membro, no Comitê, deveria ter a categoria de Embaixador, possuindo as prerrogativas do corpo diplomático.

26. O suplente era apresentado pelo titular e também apresentava suas credenciais junto ao Presidente do Comitê.

## **27. INSTITUTO INTERAMERICANO DE ESTUDIOS JURÍDICOS INTERNACIONALES.**

**Derecho.** Op. cit. p.732-3

28. Trata-se de interpretação do artigo 38 do Tratado, que não prevê a possibilidade de veto, por parte dos Estados Contratantes, na escolha do Secretário Executivo.

29. Era composto por quatro nacionais de cada Estado Parte, designados pela Conferência e pelo Secretário Executivo, cabendo a este a coordenação do órgão. Atuaria sem responsabilidades governamentais mas, tão somente, em razão de sua capacidade técnica.

30. **INSTITUTO INTERAMERICANO DE ESTUDIOS JURÍDICOS INTERNACIONALES.**

**Derecho.** Op. cit. p.754

31. O último país a ratificar o protocolo foi o Chile.

32. **AZEVEDO**, Araminta Mercadante de. Os aspectos institucionais da Integração Latino-Americana. **Revista de informação legislativa.** v. 30, abr./jun. 1973. p. 89.

33. **Idem.** p. 91.

34. **VACCHINO**, Juan Mario. **Integración latinoamericana.** Buenos Aires: De Palma, 1983. p. 59.

35. **VERSIANI**, Flávio Rabelo, **LERDA**, Juan Carlos. op. cit. p. 31.

36. **VACCHINO**, Juan Mario. **Integración.** op. cit. p. 6.

37. **VERSIANI**, Flávio Rabelo, **LERDA**, Juan Carlos. op. cit. p. 31.

38. **Idem.** p. 31-2.

39. Para verificação dos dados completos: **CENTRO INTERUNIVERSITARIO DE DESARROLLO e INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS DE AMERICA LATINA DE LA UNIVERSIDAD SIMON BOLIVAR.** *Manual de integración latinoamericana.* Caracas: IAEAL, 1987. p. 57-71.

40. **FARIA, José Angelo Estrela.** *O Mercosul: princípio, finalidade e alcance do Tratado de Assunção.* Brasília: Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 1993. p. XV.

41. **VERSIANI, Flávio Rabelo, LERDA, Juan Carlos.** op. cit. p. 33-4.

42. **INTAL** é o Instituto para la Integración de América Latina, com sede em Buenos Aires.

43. As três primeiras ratificações ao Tratado foram do Uruguai, Argentina e Paraguai.

44." Tratado Marco ou Tratado Constituição é aquele que se caracterizaria por não se limitar a criação de normas gerais de validade de direito internacional, mas também institucionalizaria um processo internacional com órgãos e poderes próprios, e acima de tudo, com uma vontade própria

diferente daquela dos Estados que contribuíram para sua formação." (in **MELLO**, Celso Delmanto Albuquerque. **Direito internacional público**. Rio de Janeiro : Freitas Bastos, v. 1, 1982. p. 140, citando **Francisco Orrego Vicuña**.

45. **FARIA**, José Angelo Estrela. **Mercosul**. op.cit. p. XV.

46. **Idem**. p. XVI.

47. Para verificação dos dados completos consultar: **BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO E INSTITUTO PARA LA INTEGRACIÓN DE AMÉRICA LATINA**. **El proceso de integración en América Latina en 1991**. Buenos Aires: BID e INTAL, 1992. p. 32-42.



## ***2º CAPÍTULO - O MERCOSUL***

### ***2.1 - O EIXO BRASIL-ARGENTINA***

Diversos problemas impediram que os mecanismos previstos pela ALADI levassem a uma liberalização acentuada do comércio regional. Entre eles, podemos destacar o aspecto recessivo da economia mundial e, principalmente, da América Latina, nos finais da década de 1970 e começo dos anos 80; o aumento substancial da dívida externa de Brasil, Argentina e México; a estrutura institucional deficiente da ALADI, que repetiu a forma estrutural da ALALC; a falta de vontade política de alguns governos; a extrema complexidade e disparidade das economias dos Estados Membros.

Verificadas as dificuldades acima, passaram os Estados Partes a pensar a Integração não mais pelo seu todo, mas dentro de uma visão mais pragmática, que restringisse o universo a ser integrado, através dos sistemas sub-regionais.

A partir de 1979, Brasil e Argentina iniciam um processo de aproximação que, após a redemocratização de ambos, culmina, em novembro de 1985, com a Ata de Iguaçu, criando uma comissão mista para estudar a possibilidade de Integração entre os dois países (1).

Fundamentada nos estudos desenvolvidos por uma comissão mista, os Presidentes de Brasil e Argentina assinam, em 29 de julho de 1986, a Ata para Integração Brasileiro-Argentina, instituidora do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE).

O PICE compunha-se, inicialmente, de doze Protocolos(2) aumentados, posteriormente, para vinte e quatro(3).

A segunda fase de instrumentalização da integração entre os dois países ocorre em 29 de novembro de 1988, com a pactuação do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento que, no entender de Francisco Thompson Flores Neto (4), previa:

**"... a integração do território do Brasil e da Argentina em um espaço econômico comum por meio de remoção gradual, no prazo máximo de dez anos, de todos os obstáculos tarifários e não tarifários ao comércio bilateral de bens e serviços, bem como a harmonização gradual das políticas macro-econômicas necessárias para a concretização do mercado comum entre ambos os Estados "**

Em 06 de julho de 1990, Brasil e Argentina estabelecem, com a assinatura da Ata de Buenos Aires, a antecipação, para 31 de dezembro de 1994, da conformação definitiva do mercado comum entre os dois países.

A aceleração do processo de integração entre Brasil e Argentina levou os governos do Uruguai e Paraguai a procurar a inserção destes países no novo contexto sub-regional, preocupados com um possível isolamento, bem como estimulados pelas possibilidades econômicas oriundas da formação de um mercado comum.

## ***2.2 - A CONJUNTURA CONTINENTAL E MUNDIAL***

### ***2.2.1 - Aspectos Gerais***

Os esforços integracionistas dos países do cone sul estão inseridos dentro de um contexto de transformação do cenário mundial, principalmente a partir da década de setenta.

Trata-se de uma tentativa de adequação a uma realidade vigente, em termos de política e economia internacional, caracterizada, principalmente, por uma nova perspectiva de visão da organização dos Estados Nacionais.

Celso Amorim (5), referindo-se aos elementos motivadores da integração latino-americana, afirma:

**" A inserção dos países latino-americanos no cenário internacional sempre foi uma inserção perversa. Por uma razão ou outra à América Latina sempre coube um papel de reduzido dinamismo no Sistema Internacional. Mas se é certo que essas dificuldades que se antepunham ao crescimento auto-sustentado da região vêm de longe, é certo também que sua natureza variou ao longo do tempo por força das transformações do cenário mundial, que trouxeram novos desafios para os países latino-americanos. Esses desafios tem assumido uma nova feição, sobretudo a partir dos anos oitenta com a crise da dívida. Nesse período, configura-se mais claramente um cenário internacional modificado, em que os países em desenvolvimento têm seu poder de barganha diante do mundo desenvolvido cada vez mais reduzido "**

Complementando a opinião de Celso Amorim, constatamos que a participação da América Latina, no comércio internacional, reduziu-se de doze por cento para aproximadamente quatro por cento, num período de, aproximadamente, quarenta anos (6). Some-se a isso a crise da dívida externa dos principais países latino-americanos (Argentina, México e Brasil) e a estagnação econômica, motivada pela crise econômica mundial dos primeiros anos da década de oitenta.

Dentro da nova realidade internacional, podemos apontar o deslocamento do eixo econômico para o Oriente, onde o Japão e os Tigres Asiáticos (7) aumentam, substancialmente, o seu quinhão no comércio internacional, em contrapartida à diminuição norte-americana e latino-americana.

### ***2.2.2 - A Regionalização e a Globalização da Economia***

A luta pela produção e obtenção de tecnologia de ponta passou a definir, em termos de mercado internacional, a possibilidade de incremento de cada país no comércio mundial. Ocorre que a produção e obtenção de tecnologia implica em investimentos maços para este fim, recursos estes nem sempre disponíveis para os países em desenvolvimento. Nessa perspectiva não basta apenas a industrialização desordenada das economias em desenvolvimento, é preciso produzir com qualidade e baixo custo, criando ou adquirindo tecnologia necessária para a competição. É desta idéia que deriva um dos motivos para justificar a necessidade de associação, dos países em desenvolvimento, em processos de integração econômicos regionais. Tal associação é apontada como caminho viável para o desenvolvimento econômico comum, e a obtenção da tecnologia necessária ao incremento da participação no comércio mundial. Os recursos comuns seriam investidos na obtenção de tecnologia que possibilite uma participação competitiva, dos produtos regionais, no mercado internacional.

Este aspecto da regionalização da economia poderia gerar a criação de megabloco, compostos de países voltados à compartimentalização das economias, tornando-as estanques e gerando um decréscimo da atividade comercial no contexto mundial. Teríamos, então, uma prática isolacionista em que, uma vez constituído um espaço econômico comum, ocorreria uma tendência dos Estados envolvidos de se voltar unicamente para este mercado comum, em detrimento do mercado internacional.

Outro aspecto vislumbrado seria a possibilidade de um determinado megabloco tornar-se detentor da produção de determinado item tecnológico, passando a usá-lo como fator de barganha em busca de uma posição de destaque no contexto econômico e político mundial.

Tais variações poderiam criar a impressão de que não existe outro caminho aos Estados senão sua inserção dentro de um megabloco, sob pena de ficarem alijados do "novo contexto mundial".

Ao tratar desta questão, Celso Amorim (8) afirma, categoricamente, que:

**“Essa visão encerra alguma dose de falácia. A rigor, somente a CEE se enquadraria na definição de megabloco, entendido como um fenômeno novo. Mesmo no caso europeu, a tendência ao fortalecimento da base regional não se dá em detrimento de sua inserção num contexto mais amplo. Em que pese às fortes correntes protecionistas na Europa, sobretudo no que toca à agricultura, a CEE continua a ser um dinâmico ator das relações multilaterais (é o nosso principal parceiro comercial) e seu relacionamento com os Estados Unidos e o Japão segue sendo rico e intenso. Não há razão para crer busque a CEE um encasulamento de sua economia por meio da integração”.**

A criação de megabloços não tende a uma compartimentalização do comércio nas regiões integradas. O fortalecimento regional visa preparar, os países integrantes de um processo de integração econômico, para disputar, em melhores condições, o próprio mercado mundial.

É que, paradoxalmente ao aspecto de regionalização, encontramos um aspecto de globalização que se caracteriza por uma busca incessante por mercados extra-regionais, buscando a comercialização dos produtos produzidos para a obtenção de capital, necessário ao contínuo investimento na aquisição de tecnologia.

O desenvolvimento econômico obtido com o incremento do comércio regional serviria de trampolim para a expansão da participação dos Estados, atores da integração, no mercado internacional.

Também somos levados a refletir se, neste novo cenário internacional, as fronteiras do Estado Nacional (9), tal qual o concebemos, são limites suficientes para o atual estágio de desenvolvimento das forças econômicas e, possivelmente, políticas.

O aspecto da regionalização funciona como um esforço de adequação à nova realidade econômica internacional, fortalecendo e desenvolvendo a economia e o sistema político regional, visando uma melhor inclusão no cenário mundial. Tende ela a criar sub-blocos, de caráter regional e internacional, procurando um fortalecimento interno que permita o acesso dos Estados em desenvolvimento à própria luta pela hegemonia no sistema político-econômico regional e/ou mundial.

É dentro deste contexto internacional que os países do Cone Sul estabeleceram a sua opção de Integração.

### ***2.3 - O TRATADO DE ASSUNÇÃO E SEUS OBJETIVOS***

Em 26 de março de 1991, os governos do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina pactuaram, na cidade de Assunção, o Tratado instituidor do Mercosul.

Para José Angelo Faria (10), o Tratado de Assunção tem como fonte inspiradora certas normas instituidoras do GATT, do Tratado de Roma e do Tratado de Montevideu de 1980, criador da ALADI.

A Carta de Assunção, quando da sua assinatura, era constituída do próprio Tratado e de cinco anexos (11), com finalidades distintas.

O artigo vigésimo do Tratado prevê a possibilidade de candidaturas de adesão dos Países Membros da ALADI, após 05 anos de vigência do mesmo.

As candidaturas serão apreciadas pelos Estados Membros do Mercosul e a decisão deve ser tomada por unanimidade.

Qualquer País Membro da ALADI que, entretanto, não pertença a qualquer outro processo de integração sub-regional poderá, a qualquer tempo, pleitear sua candidatura de ingresso, cuja aceitação estará sujeita aos mesmos critérios acima indicados.

Os temas do Tratado de Assunção seguem, em linhas gerais, os dispositivos previstos no Tratado de Cooperação, Integração e Desenvolvimento, pactuado em 1988, entre Brasil e Argentina. As modificações ficavam por conta, por exemplo, do prazo previsto para que Paraguai e Uruguai atingissem o estágio necessário ao estabelecimento da Zona de Livre Comércio; a estrutura institucional; o estabelecimento de mecanismos para a solução de controvérsias; o reconhecimento

expresso das diferenças de Uruguai e Paraguai, em relação a Brasil e Argentina, para efeitos da marcha adotada no processo de integração.

No Tratado de Assunção estão previstos os objetivos a serem alcançados pela Integração. Esses objetivos podem ser resumidos em:

- inserção mais competitiva das economias dos países membros, num cenário internacional marcado pelos grandes espaços econômicos e em que o progresso tecnológico constitui a chave para o desenvolvimento;
- incrementar a produtividade, nos Estados Membros, através do estabelecimento de economias de escala;
- equilibrar as ações dos setores privados e da sociedade como um todo, reconhecendo, nestes, os propulsores da Integração;
- promover a abertura nas economias dos Países Membros, visando a uma integração gradual da América Latina, dentro dos princípios instituídos pela ALADI;
- fundado no princípio da globalização, estimular o incremento do comércio com o resto do mundo, buscando atrair investimentos externos para a região.

Para a consecução destes objetivos, o Tratado de Assunção prevê o cumprimento das seguintes etapas:

- livre circulação de bens e serviços e de fatores produtivos entre os Países Partes;



- a criação de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação aos terceiros Estados ou agrupamento de Estados e a coordenação de posições em foros econômicos-comerciais regionais e internacionais;
- a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes nas áreas de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, alfandegária, transporte, comunicação, etc.

É inegável que a ênfase precípua da Carta de Assunção está voltada para os aspectos econômicos, já que se trata de uma integração econômica.

Os elementos acima indicados implicarão também, necessariamente, numa coordenação política entre os Estados Membros, visando à criação e transformação, em legislação interna de cada país membro, das decisões tomadas no âmbito da Integração.

A busca dos objetivos acima indicados denota a preocupação, dos Estados Contratantes, por uma melhor participação da região no contexto internacional de tomada de decisões, acreditando no aumento do peso político através da coordenação de posicionamentos externos comuns, a serem adotados em detrimento da fraqueza dos posicionamentos isolados.

Sabemos, entretanto, que a instituição da Integração não implica, por si só, num aumento de poder para os Estados Partes, ainda que devidamente coordenados em alguns posicionamentos externos, fato este que só será obtido com o desenvolvimento e credibilidade do Mercosul no cenário internacional. É de se estranhar, portanto, que somente recentemente tenha-se atribuído personalidade jurídica internacional ao Mercosul (12).

O Tratado de Assunção, porém, não prevê a adoção de política externa comum entre os Estados Contratantes.

## ***2.4 - PRINCÍPIOS QUE REGEM O TRATADO DE ASSUNÇÃO***

A Carta de Assunção prevê, como princípios norteadores para a conquista dos objetivos previstos, a flexibilidade, gradualidade, equilíbrio e reciprocidade.

A gradualidade reflete o desejo, dos Estados Partes, de que a Integração ocorra em etapas definidas, visando a permitir, aos setores produtivos de cada país, que façam as adequações necessárias para sua adaptação ao esquema de abertura parcial e seletiva dos mercados.

Em termos cronológicos uma etapa só se inicia após o findar de um determinado prazo, estabelecido para a obtenção dos resultados programados, previstos em etapa anterior.

O princípio da flexibilidade, nas palavras de José Angelo Faria (13), tem duas funções básicas:

**“ a) considerando que a execução do Tratado está a cargo dos seus órgãos e dos Governos dos quatro países, a flexibilidade funciona como uma diretiva de procedimento para a tomada das deliberações necessárias.**

**b) enquanto parte do contexto do Tratado, a noção de flexibilidade constitui um dos elementos primários para sua interpretação, subordinado, contudo, à exegese teleológica, que tem precedência no Direito Internacional moderno. ”**

A flexibilidade também pode ser entendida como a possibilidade de ajustamento de elementos como: o alcance das decisões tomadas pelos órgãos da Integração; a velocidade com que a integração irá se desenvolver; os objetivos prioritários em cada etapa do processo; etc.

Na visão de José Angelo Faria (14), a perspectiva de flexibilidade da Integração já se inicia com a opção pela pactuação de um Tratado Constituição com características genéricas, deixando aos Protocolos o tratamento das questões específicas. O referido autor, contudo, expõe que o Tratado de Assunção contém certas normas determinantes e eficazes, que não podem ser objeto de flexibilização, visto que só poderiam ser alteradas mediante alteração do próprio Tratado.

O equilíbrio deve ser analisado em seu aspecto negativo, como forma de diretiva nas decisões a serem tomadas pelas autoridades da Integração, buscando impedir o desequilíbrio das ações integrativas. Visa a determinar que a Integração não poderá ser alcançada com o sacrifício de um determinado Estado, em proveito dos demais, sem um devido programa de compensação para a região.

Inexoravelmente, um processo de Integração leva determinadas regiões à especialização de certos produtos, diminuindo a possibilidade de outras regiões concorrer no mercado comum, pelo menos no que diz respeito àqueles produtos específicos.

Para preservar o equilíbrio estava prevista, na Carta de Assunção, a possibilidade de adoção das cláusulas de salvaguarda para tais situações específicas, bem como a aplicação do princípio de equilíbrio no que tange às tomadas de decisão dos órgãos da Integração.

As cláusulas de salvaguarda estavam previstas no anexo IV, do Tratado de Assunção, e só poderiam ser aplicadas até 31 de dezembro de 1994. Tratava-se da possibilidade de imposição de

restrições, à livre circulação de mercadorias, sempre que setores da economia nacional de cada Estado Parte se sentissem prejudicados pela importação de produtos concorrentes de outro Estado Contratante.

Para o seu acionamento, autorizado apenas em casos excepcionais, mister se faria que a importação de determinados produtos causasse danos ou ameaça de dano grave ao mercado nacional de um dos Estados Membros, como consequência de um aumento substancial, em um curto período, das importações dos referidos produtos, provenientes de um outro Estado Membro. Para tais casos, após a realização de negociações diretas e consultas, não tendo sido contornado o problema, o país prejudicado estaria autorizado a estabelecer quotas de importação do produto.

Independentemente das cláusulas de salvaguarda, não mais aplicáveis no Mercosul, o princípio do equilíbrio deve predominar nas tomadas de decisão dos entes da Integração, visando a estabelecer mecanismos de compensação para os segmentos duramente atingidos pela marcha da Integração.

Já o princípio da reciprocidade, previsto no artigo segundo da Carta, rege as relações entre os Estados Membros, no âmbito do próprio Tratado.

É constituído de um sistema de mútuo controle, da execução e aplicação do Tratado, em que cada parte assume direitos e obrigações equitativas, dentro das diferenciações reconhecidas pelo próprio Pacto.

Na opinião de José Angelo Faria (15), o princípio da reciprocidade, previsto no Tratado de Assunção, deveria ser entendido dentro de um critério mais amplo:

**" O propósito que une os Estados Partes do Tratado de Assunção lança às bases de uma comunidade futura, a partir da simples comunhão de**

**interesses, e essa circunstância desde já exclui ações unilaterais. Curiosamente, isso é uma outra face do princípio da reciprocidade: as obrigações resultantes do Tratado foram aceitas por todos e nenhum pode delas desviar-se, sem por em risco, pôr esta via, a própria consecução dos fins comuns."**

O princípio da reciprocidade está normalmente associado ao princípio da igualdade de tratamento. Ocorre que num processo de integração com sistemas econômicos extremamente diferenciados, como o Mercosul, o princípio da igualdade deve ser analisado ante a possibilidade de se tratar desigualmente os desiguais, no que tange à formulação das normas e na tomada de decisão pelos órgãos superiores, levando-se em conta as disparidades existentes entre os Países Membros.

Todos os princípios descritos funcionam como elementos norteadores do próprio desenvolvimento do Mercosul. Dentro da estrutura organizacional da Integração, estabelecem os parâmetros que cada membro deve levar em conta ao propor normas e decisões que regerão a Comunidade.

A Integração não pretende beneficiar alguns Estados em detrimento de outros. Visa propiciar a todos os membros possibilidades equitativas de acesso a um mercado comum, assim como ao próprio mercado internacional.

## ***2.5 - ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO MERCOSUL***

### ***2.5.1 - Conselho Mercado Comum***

Previsto no artigo décimo, do Tratado de Assunção:

**"... é o órgão superior do Mercado Comum, correspondendo-lhe a condução política do mesmo e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos para a constituição definitiva do Mercado Comum." (sic)**

É composto pelos Ministros das Relações Exteriores e Economia dos Estados Partes e, pelo menos uma vez por semestre, se reúne com a participação dos Presidentes das Repúblicas, onde são anunciadas as decisões mais importantes do processo de Integração.

A Presidência do Conselho é exercida, de maneira rotativa, por um período de 6 meses, de acordo com a ordem alfabética dos Estados Partes.

As reuniões ordinárias e extraordinárias são designadas pelos Ministérios das Relações Exteriores, sendo sua agenda estabelecida pelo Grupo Mercado Comum, e as decisões são tomadas por consenso, com a presença de todos os representantes dos Estados Membros.

Dentro do âmbito de suas atribuições, pode o Conselho delegar certos poderes ao Grupo Mercado Comum, assim como efetuar convite para a participação de outros Ministros de Governo às sessões. Os convidados, entretanto, não possuem direito de voto.

A forma de consenso, prevista no artigo décimo sexto do Tratado, para a tomada de decisões, tanto no Conselho quanto no Grupo Mercado Comum, deve ser interpretada como voto afirmativo dos representantes de cada Estado Parte.

Pelo menos uma vez por semestre, participam das reuniões do Conselho, os Presidentes das Repúblicas participantes do Tratado. Nessas reuniões são anunciadas as principais decisões, dos órgãos da Integração, iniciando-se o processo de implementação das mesmas, nos Estados Membros, através dos mecanismos próprios de recepção, pelos ordenamentos jurídicos estatais. Equivale dizer que as decisões, provenientes do Conselho, ingressam no direito interno, dos Estados Partes através dos mecanismos de ratificação de Tratados e Acordos internacionais, através de atos administrativos baixados por autoridades competentes, dentro da competência estabelecida pela legislação interna e através do procedimento legiferante nacional, estabelecido em cada sistema jurídico.

Coma já afirmamos, as decisões tomadas pelo Conselho não se incorporam, automaticamente, ao ordenamento jurídico dos Estados Membros. Somente após a transformação em legislação estatal é que poderá, qualquer interessado, exigir a aplicação do direito oriundo do ente superior da Integração.

As decisões, emanadas do Conselho, no entanto, são muito mais do que simples recomendações aos Estados Partes, uma vez que representam as diretivas da própria Integração. A sua não transformação, em norma de direito interno, por um dos Estados Partes, implica na violação dos princípios que regem o Tratado. Faz com que a marcha da integração se encontre num impasse, abrindo a possibilidade de aplicação dos procedimentos de solução de controvérsias.

As funções e atribuições do Conselho estão hoje previstas no artigo oitavo, do Protocolo de Ouro Preto, e são: zelar pelo cumprimento do Tratado de Assunção, seus Protocolos e Acordos; formular as políticas e promover as ações necessárias visando estabelecer o mercado comum; exercer a titularidade da personalidade jurídica internacional do Mercosul; negociar e firmar acordos, em nome do Mercosul, com terceiros países e organismos internacionais. Todas estas funções podem ser expressamente delegadas, após procedimento próprio, ao Grupo Mercado Comum

Além das funções anteriores, o Conselho pronuncia-se sobre as propostas apresentadas pelo Grupo Mercado Comum; estabelece reuniões de Ministros das Partes Contratantes e manifesta-se sobre os acordos firmados, nestas reuniões; cria os órgãos que entenda necessários e, posteriormente, modifica-os ou suprime-os; manifesta-se, quando entenda necessário, sobre o conteúdo e alcance de suas decisões; designa o Diretor da Secretaria Administrativa; decide sobre matéria financeira; homologa o Regulamento Interno do Grupo Mercado Comum e, como ente superior do Mercosul, pratica qualquer outro ato necessário ao cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos para a constituição definitiva da Integração.

#### ***2.5.2 - Grupo Mercado Comum***

Como previsto no artigo décimo terceiro da Carta de Assunção é "**...o órgão executivo do Mercado Comum e será coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores.**" (sic)

É composto por quatro membros titulares e quatro membros alternos, por Parte Contratante, indicados pelo Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Economia (ou seu equivalente) e Banco Central. Os membros titulares e suplentes de cada país constituem a Seção Nacional do Grupo Mercado Comum e os coordenadores do Grupo Mercado Comum (16) reúnem-se mensalmente.

As sessões são ordinárias e extraordinárias. As ordinárias realizam-se, pelo menos, a cada três meses.

A tomada de decisão segue os mesmos requisitos do Conselho Mercado Comum, ou seja, através do voto afirmativo, em consenso, dos representantes dos Estados Partes.



São atribuições do Grupo Mercado Comum, conforme estabelecido no Tratado e no Protocolo de Ouro Preto: velar pelo cumprimento do Tratado de Assunção, seus Protocolos e Acordos; tomar as providências necessárias para o cumprimento das decisões tomadas pelo Conselho; fixar programas de trabalho que assegurem avanços no estabelecimento do Mercado Comum; propor projetos de decisão ao Conselho; criar, modificar e suprimir órgãos, que julgue necessário, para o cumprimento de seus objetivos; manifestar-se sobre as propostas ou recomendações que lhe forem submetidas pelos demais órgãos do Mercosul, respeitando o âmbito de sua competência; negociar, com a participação de representante de todos os Estados Membros, após prévia delegação expressa de poderes concedida pelo Conselho, dentro dos limites estabelecidos no mandato, acordos em nome do Mercosul, a serem pactuados com terceiros países, grupos de países ou organismos internacionais. Poderá também, desde que expressamente autorizado pelo Conselho, delegar a mencionada atribuição à Comissão de Comércio do Mercosul; aprovar o orçamento e a prestação de contas anual da Secretaria Administrativa; estabelecer resoluções em matéria financeira e orçamentária, fundamentadas nas orientações provenientes do Conselho; submeter, ao Conselho, seu Regulamento Interno; organizar as reuniões do Conselho, preparando os informes e estudos que lhe forem solicitados; eleger o Diretor da Secretaria Administrativa e supervisionar as atividades desta; homologar o Regulamento Interno da Comissão de Comércio e do Foro Consultivo Econômico-Social; mediar os conflitos entre Estados Membros, dentro do procedimento estabelecido pelo Protocolo de Brasília.

Dentro das atribuições indicadas, o Grupo Mercado Comum:

- formula recomendações concernente às modalidades que considere mais adequadas para implementar e executar o Tratado de Assunção;

- mantém-se informado de todas as medidas legislativas, administrativas ou regulamentares adotadas, pelos Estados Partes, que tenham reflexo sobre a Integração, emitindo avaliações e propostas sobre tais medidas;
- cria, coordena e orienta os subgrupos de trabalho, considerando as propostas por estes formuladas, dentro do âmbito das atribuições estabelecidas pelo Tratado;
- participa e coordena as reuniões dos Ministros de Economia e Presidentes dos Bancos Centrais, zelando pela implementação das medidas adotadas ou levando, quando necessário, à aprovação do Conselho;
- participa das reuniões de Ministros de Estados dos Países Membros, ou funcionários com hierarquia equivalente, sempre que vinculadas à Carta de Assunção, levando à apreciação do Conselho os acordos nela estabelecidos;
- elabora as proposta necessárias à consecução de suas atribuições.

Também, como o Conselho, o Grupo possui uma característica de órgão inter-governamental, refletindo suas propostas e resoluções como, em verdade, um consenso das diretivas políticas governamentais de cada Estado Parte.

### **2.5.3 - *Secretaria Administrativa***

Prevista no artigo décimo quinto do Tratado de Assunção e artigo trigésimo primeiro do Protocolo de Ouro Preto, tem sua sede fixada em Montevideú, no Uruguai, desempenhando, principalmente, as seguintes atividades:

- serve de arquivo, da documentação do Mercosul;
- permite uma maior publicidade dos referidos documentos;
- funciona como pólo aglutinador de informações, para intercâmbio, produzidas nos sub-grupos de trabalho;
- verifica o cumprimento dos prazos e compromissos assumidos pelos sub-grupos de trabalho;
- facilita o contato direto entre os Representantes dos Estados Membros;
- organiza os aspectos logísticos das reuniões do Conselho, Grupo Mercado Comum e Comissão de Comércio, quando sediadas em Montevidéu;
- comunica aos funcionários de contato, dos Estados Partes, o recebimento dos projetos de agenda para as reuniões do Grupo Mercado Comum, Sub-grupos de Trabalho e Reuniões Especializadas;
- desempenha outras tarefas que lhe sejam solicitadas, pelo Conselho, Grupo Mercado Comum e Comissão de Comércio.

Cada Estado Parte possui um funcionário diplomático e um alterno cumprindo as funções de contato com a Secretaria. Esta é coordenada por um Diretor, eleito por um período de dois anos, sem possibilidade de reeleição, entre os nacionais de um dos Estados Membros.

#### ***2.5.4 - Comissão de Comércio***

Criada pelo Protocolo de Ouro Preto de 1994, a Comissão de Comércio é o órgão do Mercosul responsável pelo acompanhamento da aplicação dos instrumentos de política comercial comum, pactuados pelos Estados Membros, para atingir o estágio de União Aduaneira, assim como efetuar o controle e revisão dos temas e matérias relacionados com a política comercial comum, dentro do Mercosul ou com terceiros países.

As Seções Nacionais da Comissão são compostas por quatro membros titulares e quatro suplentes, escolhidos por cada Parte Contratante, coordenados pelo respectivo Ministro das Relações Exteriores.

Como os principais órgãos do Mercosul, a característica de constituição da Comissão é inter-governamental, com tomada de decisão válida somente mediante a presença dos representantes de todos os Estados Partes e voto afirmativo dos mesmos, ainda que o seu Regulamento Interno lhe permita instalar as sessões com a presença de representantes de três Estados Membros.

A Comissão deve se reunir quantas vezes entender necessário, mas pelo menos uma vez por mês e tem competência para elaborar o próprio Regulamento Interno, que deve ser aprovado pelo Grupo. Suas reuniões também podem ser solicitadas pelo Grupo Mercado Comum e Conselho.

As decisões da Comissão denominam-se Diretivas, quando obrigatórias a todos os Estados Membros, e Propostas, que são os projetos e iniciativas levados à consideração do Grupo, dentro dos poderes estabelecidos no artigo décimo nono do Protocolo de Ouro Preto.

A Comissão tem poderes para criar, modificar e extinguir Comitês Técnicos, criados com a finalidade de colaborar na consecução das atribuições da Comissão. Os Comitês não têm poderes decisórios e funcionam dentro das atribuições estabelecidas pela Comissão. São compostos de membros designados pelos Estados Partes, cujas listas são encaminhadas pelas Seções Nacionais da Comissão.

### ***2.5.5 - Comissão Parlamentar Conjunta***

É composta por parlamentares dos Estados Membros, tendo caráter consultivo dos órgãos institucionais da Integração e formulando recomendações e propostas ao Conselho, através do Grupo Mercado Comum. São sessenta e quatro parlamentares, indicados numa proporção de no máximo dezesseis por Estado Parte, escolhidos pelos Parlamentos Nacionais.

Reúne-se, em sessões ordinárias, pelo menos duas vezes ao ano e, extraordinariamente, mediante convocação de seus Presidentes.

A mesa diretora funciona com quatro Presidentes (um de cada Estado Membro) cabendo, a cada um, a chefia da Comissão por um prazo de seis meses.

Cada Presidente possui um Vice-Presidente com a mesma nacionalidade.

Também são escolhidos quatro secretários (um de cada Parte Contratante), cabendo-lhes a chefia da Secretaria Geral por um prazo de seis meses.

O Secretário Geral e o Presidente da Comissão pertencerão ao mesmo Parlamento Nacional.

Dentre suas atribuições destacamos: o acompanhamento da marcha da Integração, informando os respectivos Parlamentos; desenvolvimento das ações necessárias, facilitando uma futura instalação do Parlamento do Mercosul; solicitar as informações que entender necessárias aos órgãos da Integração; criar sub-comitês para a análise do processo de integração; proferir recomendações, a respeito da condução do processo de Integração, aos demais órgãos; realizar os estudos necessários, visando a harmonização legislativa, bem como encaminhá-los aos entes da

Integração e aos Parlamentos Nacionais; estabelecer acordos de cooperação com entidades privadas e públicas, nacionais e internacionais, organismos internacionais, Parlamentos de terceiros países, etc., dentro da competência estabelecida pelo Tratado de Assunção.

#### ***2.5.6 - Foro Consultivo Econômico e Social***

É o órgão de representação do setor privado. Durante a fase de transição, da Tarifa Externa Comum (TEC), deverá funcionar com sub-grupos de trabalho.

Possui funções consultivas e se manifesta através de recomendações, dirigidas ao Grupo Mercado Comum.

Deve ser integrado por um número ainda não definido de representantes, mas igualitários, provenientes dos Estados Membros.

Seu Regulamento Interno deve ser aprovado pelo Grupo Mercado Comum.

### ***2.6 - O PROTOCOLO DE BRASÍLIA***

#### ***2.6.1 - Aspectos Gerais***

Uma das mais contundentes críticas dirigidas aos Tratados de Montevidéo de 1960 e 1980, era sobre a inexistência de mecanismos de solução de controvérsias entre os Estados

Membros, cujo litígio tivesse origem na aplicação do Tratado instituidor da Integração ou nas decisões vinculativas provenientes dos órgãos institucionais.

A Carta de Assunção, em seu anexo III, previu adoção de um sistema temporário de solução de controvérsias, até 31 de dezembro de 1994, data em que seria adotado um sistema permanente. Este foi criado pelo Decreto nº 1, do Conselho Mercado Comum, em 17 de dezembro de 1991, entrando em vigor após as ratificações, pelos Países Membros, e seu respectivo depósito na Secretaria Administrativa.

O aludido sistema temporário tende, entretanto, a tornar-se definitivo, visto que confirmado pelo Protocolo de Ouro Preto de 1994.

As regras para a solução das controvérsias advindas da aplicação do Tratado de Assunção e das decisões provenientes dos órgãos da Integração, estão estabelecidas no Protocolo de Brasília em seu artigo primeiro, que estabelece:

**" As controvérsias que surgirem entre os Estados Partes sobre a interpretação, a aplicação ou o não cumprimento das disposições contidas no Tratado de Assunção, nos acordo celebrados no âmbito do mesmo, bem como das decisões do Conselho do Mercado Comum e das resoluções do Grupo Mercado Comum, serão submetidas aos procedimentos de solução estabelecidos no presente Protocolo. "**

O aludido artigo foi completado pelo artigo quadragésimo terceiro, do Protocolo de Ouro Preto, que acrescentou as diretivas emanadas da Comissão de Comércio do Mercosul em complemento às decisões do Conselho e às resoluções do Grupo.

As formas de solução das controvérsias, previstas no Protocolo de Brasília, são: Negociação Direta, Mediação e Arbitragem " ad hoc ".

Os procedimentos de Negociação Direta (Autocomposição) e Mediação são relativamente simples.

Na negociação direta, os Estados Membros buscam a obtenção de acordo que solucione a controvérsia. O prazo previsto é de quinze dias, prorrogável por acordo entre as partes.

Não existindo acordo quanto ao litígio, ou sendo este apenas parcial, inicia-se a fase de Mediação pelo Grupo Mercado Comum. Nesta fase, os Estados envolvidos apresentam suas alegações bem como, se assim desejarem, requerem produção de parecer técnico a ser elaborado por um grupo de especialistas, indicados pelo Grupo Mercado Comum, ou sorteados de uma lista de 24 nomes.

Ao término da instrução da Reclamação, o Grupo Mercado Comum formula recomendação aos Estados envolvidos, recomendação esta que não vincula qualquer dos Estados.

Persistindo a disputa, qualquer das partes pode iniciar o procedimento arbitral.

#### ***2.6.2 - Tribunal Arbitral " ad hoc "***

Não sendo solucionada a controvérsia mediante a negociação direta e não havendo o acatamento da mediação efetuada pelo Grupo Mercado Comum, poderá qualquer dos Estados envolvidos comunicar, à Secretaria Administrativa, sua intenção de recorrer ao Tribunal Arbitral, cuja jurisdição já está anteriormente aceita por todos os Estados Membros. O procedimento arbitral inicia-se com a referida comunicação.



A Secretaria Administrativa comunica aos demais Estados envolvidos, bem como a todos os Estados Partes e ao Grupo Mercado Comum, responsável pela tramitação da controvérsia.

O Tribunal Arbitral é composto por pelo menos 03 árbitros, pertencentes a uma lista de 10 árbitros, previamente apresentada por cada Estado membro e registrada na Secretaria Administrativa. Cada Estado envolvido indica um árbitro, dentre os constantes de sua lista nacional.

O Presidente do Tribunal Arbitral será designado de comum acordo pelas partes envolvidas ou, na ausência de acordo, através de sorteio de uma lista prévia de 16 árbitros, elaborada pelo Grupo Mercado Comum e registrada na Secretaria Administrativa.

O Presidente não poderá possuir qualquer das nacionalidades dos Estados envolvidos, mas deverá compor a lista nacional de um dos Estados Partes, ou do Grupo Mercado Comum.

Decorre da interpretação dos dispositivos contidos no Protocolo de Brasília, que os Estados Membros poderão indicar árbitros que não possuam a sua nacionalidade, para comporem as listas nacionais de árbitros.

O artigo décimo terceiro, do Protocolo, estabelece a exigência de que os árbitros que componham as listas nacionais, ou a lista do Grupo Mercado Comum, sejam juristas de reconhecida competência nas matérias que possam ser objeto de controvérsia. Não estabelece, entretanto, qual o órgão do Tratado ou de cada Estado Parte que fará a verificação da "reconhecida competência" e se o Grupo Mercado Comum ou qualquer outro órgão, detém competência para vetar ou requerer a substituição, de qualquer dos indicados nas listas nacionais.

Cada Estado envolvido indica também, "ab initio", um árbitro suplente que possa substituir o árbitro titular, em qualquer fase do procedimento.

Nomeados os árbitros, o Tribunal Arbitral escolhe sua sede dentro do território nacional de qualquer dos Estado Membros, indicando as regras de procedimento que lhe aprouver, desde que respeitados os princípios de ampla defesa e dilação probatória, bem como da celeridade processual.

Após esta fase, os Estados envolvidos indicam seus representantes perante o Tribunal.

O Tribunal Arbitral tem poderes para, nos casos de " periculum in mora ", ditar medidas provisórias que julgue apropriadas, até o laudo final.

Os Estados envolvidos comprometem-se a acatar as medidas provisórias determinadas pelo Tribunal, assim como o laudo arbitral.

As fontes de direito do Tribunal Arbitral serão o Tratado de Assunção; Acordos celebrados no âmbito do Tratado; Decisões do Conselho Mercado Comum; Resoluções do Grupo Mercado Comum; Diretivas da Comissão de Comércio; princípios e disposições de direito internacional; equidade, desde que expressamente autorizado pelas partes, no início do procedimento.

Para Jorge Perez Otermin (17), as aludidas fontes de Direito não são taxativas:

**" Nos inclinamos por sostener que la enumeración realizada por el art. 19 de Protocolo de Brasilia no tiene un carácter taxativo, y por tanto no impiede que el intérprete del derecho, en este caso un juez árbitro, recurra a otras fuentes..."**

Os laudos arbitrais são obtidos por maioria, fundamentado e firmado pelo Presidente e demais árbitros, sendo vedada a fundamentação de voto dissidente.

Os laudos arbitrais proferidos pelo Tribunal são inapeláveis, tornando sua decisão obrigatória no prazo de quinze dias (ou em outro prazo fixado), a partir do recebimento, pela parte vencida, da notificação do laudo.

Cabe recurso para esclarecimento ou interpretação quanto à forma de cumprimento do laudo arbitral, tendo o Tribunal poderes para suspender a execução do laudo, até que possa emitir o esclarecimento ou interpretação solicitados.

O não cumprimento voluntário do laudo proferido abre a possibilidade, da parte vencedora, em estabelecer medidas compensatórias temporárias. A temporariedade destas medidas estaria atrelada, tomando-se por base uma interpretação sistemática do Protocolo, ao efetivo cumprimento do laudo pela parte vencida. A partir do cumprimento das disposições contidas no laudo arbitral cessariam, imediatamente, as aludidas medidas sob pena de resultar em nova controvérsia.

As medidas compensatórias, dentro do espírito dos princípios que regem o Tratado, deverão guardar um certo equilíbrio com o dano que vem sendo ocasionado com o não cumprimento do laudo. Não guardado o devido equilíbrio também poderão, as medidas compensatórias, tornarem-se objeto de nova controvérsia.

### ***2.6.3 - Os particulares no Protocolo de Brasília***

O artigo vigésimo quinto do Protocolo abre a possibilidade para que o particular (18) apresente reclamação que possa a vir instaurar o procedimento arbitral. A reclamação deve ser subsidiada por normas legais ou administrativas de efeito restritivo, discriminatórias ou de concorrência desleal, baixadas por qualquer Estado Membro em violação ao Tratado, aos Acordos

fundamentados no Tratado, nas decisões do Conselho Mercado Comum, nas resoluções do Grupo Mercado Comum e nas diretivas da Comissão de Comércio.

A reclamação é dirigida à Seção Nacional, do Grupo Mercado Comum, do Estado Membro no qual o particular tenha residência ou sede de seu negócio, acompanhada de elementos que comprovem a violação e a existência ou ameaça de prejuízo.

Não sendo a reclamação ainda objeto de controvérsia entre os Estados membros através de procedimento próprio, deverá a Seção Nacional do Grupo entabular negociação direta com a Seção Nacional do Grupo do Estado infrator. Caso não seja alcançado qualquer resultado, através da negociação direta, poderá a Seção Nacional, que recebeu a reclamação do particular, apresentar petição diretamente ao Grupo Mercado Comum que, inicialmente, apreciará a existência de fundamentos para sua admissão.

Sendo admitida a reclamação, é convocado um grupo de especialistas (19) que, após ouvir as razões do particular e do Estado infrator, emite um parecer técnico, dirigido ao Grupo Mercado Comum. Se o parecer indicar a procedência da reclamação, qualquer Estado Membro poderá requerer, diretamente ao Estado infrator, que adote medidas corretivas ou anule as medidas questionadas.

Não sendo obtido resultado favorável nesse novo período de negociação direta, poderá o Estado Parte reclamante iniciar o procedimento arbitral, com as características anteriormente informadas.

Uma das curiosidades marcantes do procedimento arbitral iniciado pelo particular é que este só acompanha as fases iniciais do procedimento (negociação direta e mediação) e, ainda assim, na qualidade de interessado, sem qualquer dos poderes previstos às partes (exclusivamente os Estados Membros).

Ao particular só é permitida a iniciativa e impulso de maneira estritamente limitada, visto que o procedimento arbitral instituído pelo Protocolo de Brasília contempla, tão somente, a arbitragem entre Estados soberanos.

Por outro lado, a criação de um órgão que, ao proferir o laudo arbitral, também esteja procedendo à interpretação das normas jurídicas da Integração, lança a esperança de uma futura adequação deste Tribunal, buscando transformá-lo em sede única de interpretação do Direito da Integração no Mercosul, evitando-se que tal tarefa seja executada, como ocorre atualmente, também por órgãos legiferantes e pelos Judiciários dos Países Membros. Tal situação impediria que os Estados Membros e respectivos Judiciários tivessem competência para interpretar o Direito de Integração, fato esse que cria a possibilidade de disparidade nas interpretações e gera insegurança aos demais atores do processo.

## ***2.7 - HARMONIZAÇÃO LEGISLATIVA E DIREITO DE INTEGRAÇÃO***

### ***2.7.1 - Meios de harmonização legislativa***

A harmonização legislativa, prevista no artigo primeiro da Carta de Assunção, segundo Werter R. Faria, em estudo organizado por Maristela Basso (20):

**" ...tem por objeto suprimir o atenuar as disparidades entre as disposições de direito interno, na medida em que o exija o**

**funcionamento do mercado comum. Desse modo, a harmonização importa a alteração dos respectivos conteúdos."**

A harmonização legislativa pode ser realizada através de Acordos Internacionais entre os Estados Partes, ou através dos atos decisórios proferidos pelos entes superiores da Integração.

As normas de integração (21), após a decisão que as cria, devem ser incorporadas ao direito interno de todos os Estados Partes, através dos procedimentos internos previstos em cada ordenamento jurídico, de forma a permitir o seu exercício, pelos titulares.

A harmonização, em princípio, está vinculada a todas as decisões dos órgãos da Integração que determinem, aos Estados Membros, a adoção de medidas relativas as seguintes matérias: livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, através da eliminação dos direitos alfandegários, restrições não tarifárias à circulação de mercadorias, de qualquer outra medida de efeito equivalente; o estabelecimento de uma tarifa externa comum; a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamento de Estados; a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transporte e comunicações, e outras que se acordem, a fim de assegurar a concorrência entre as Partes Contratantes.

A finalidade da harmonização legislativa é estabelecer, nos Estados Membros, um conjunto de regras harmônicas, fundamentadas no Direito de Integração.

Não são apenas as leis que devem ser objeto de harmonização, mas também as Portarias e demais decisões administrativas, emanadas das autoridades dos Estados Partes.

Os instrumentos sujeitos a harmonização legislativa são:

a) Os Tratados, Protocolos e Acordos pactuados, pelos Estados Membros, no âmbito da Integração.

Nesse caso o texto a ser incorporado, ao direito interno dos Estados, já está previamente estabelecido pelas partes. Os mecanismos de transformação em direito interno seguem procedimentos próprios de ratificação, publicação e vigência.

Não ocorrerão diferenças quanto ao conteúdo do texto a ser transformado em direito interno. O mesmo não podemos afirmar sobre a interpretação das normas.

b) Os atos decisórios (22) proferidos pelos órgãos institucionais da Integração, dentro de suas competências.

Na maior parte das vezes os atos decisórios estabelecem unicamente parâmetros que deverão ser adotados, pelos Estados Partes, na confecção ou alteração da legislação interna. A exceção seria a adoção, pelos entes da Integração, de lei uniforme ou de convenção integrada. No primeiro caso, está em anexo a decisão. No segundo caso, figura na própria decisão.

Os atos decisórios poderão ser imediatamente incorporados, ao direito interno dos Estados, quando exista permissivo legal atribuindo, para uma autoridade estatal, a competência para o estabelecimento de ato administrativo sobre a matéria. O conteúdo formal do ato administrativo, nesse caso, é muito próximo do próprio teor do ato decisório recepcionado.

Não sendo possível o estabelecimento de simples ato administrativo, mister se faz o acionamento do processo legislativo estatal para, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo órgão da Integração, transformar, os atos decisórios deste em legislação interna dos Estados Membros

quando, então, passará a gerar direitos às partes interessadas. Nesse caso, a transformação das decisões provenientes dos entes da Integração está sujeita a todas as dificuldades inerentes ao próprio processo legislativo de cada Estado Parte.

### ***2.7.2 - Harmonização das interpretações***

Outra das dificuldades inerentes à harmonização legislativa diz respeito ao equacionamento da interpretação das normas de Integração.

O Tratado de Assunção, associado ao Protocolo de Brasília e ao Protocolo de Ouro Preto, estabelece, de maneira dispersiva, a possibilidade de interpretação das normas comunitárias aos seguintes agentes: Conselho; Grupo; Comissão de Comércio; Estados Membros, quando em controvérsia; Tribunal Arbitral "ad hoc" e, finalmente, aos Judiciários de cada Estado Parte.

O Conselho tem o poder de interpretação do direito de Integração por ser o órgão encarregado da condução política do Mercosul, bem como de tomada de decisões que visem a assegurar o cumprimento dos objetivos do Tratado. As decisões do Conselho são tomadas com base na interpretação, que este órgão faz, dos poderes que lhe são conferidos pelo Tratado.

O mesmo ocorre em relação às resoluções do Grupo e às Diretivas da Comissão de Comércio. São os aludidos entes que interpretam a extensão de seus poderes decisórios.

A interpretação efetuada pelos Estados Partes, quando em controvérsia, está prevista na fase de negociação direta prévia, estabelecida pelo Protocolo de Brasília. Ao chegar a um acordo, diretamente, sobre um determinado litígio, nada mais estarão fazendo, os Estados envolvidos, que interpretando as normas da Integração.



Os laudos proferidos pelo Tribunal Arbitral "ad hoc", previsto no Protocolo de Brasília, constituem outro elemento interpretador do sistema normativo do Mercosul, visto que as fontes de direito primárias da decisão arbitral são o Tratado de Assunção, Protocolos e Acordos pactuados no âmbito da Integração.

Por fim os Judiciários de cada Estado Membro mantêm o poder de proferir interpretação das normas da Integração toda vez que, uma das partes envolvida num litígio, a pretexto de interpretar a legislação interna criada em razão do Direito de Integração, requerer a interpretação da norma interna em consonância com a comunitária de onde obteve sua motivação.

Este conjunto de interpretadores que, supostamente, deveriam produzir um resultado harmônico, é possível em razão do provável temor que os Estados Membros do Mercosul possuem de criar um órgão para a resolução judicial ou extrajudicial de controvérsias, com poderes decisórios e vinculantes, responsável único pela interpretação do Direito de Integração e sua correlação com as normas de direito interno.

A criação de um órgão único para proceder a interpretação do Direito de Integração, bem como efetuar o controle da legalidade dos atos praticados pelos demais entes da Integração, não é uma proposta nova (23), constando de propostas elaboradas para o aperfeiçoamento da estrutura institucional da ALALC.

### ***2.7.3 - Direito de Integração***

O Direito de Integração pode ser definido como o conjunto de instrumentos jurídicos que regula as relações transnacionais incluídas nos processos de integração regionais.

A existência de um processo de Integração, entre Estados soberanos, já requer, por si só, uma norma jurídica que o crie.

Citando Uribe Restrepo, o Professor Jorge Perez Otermin<sup>(24)</sup> afirma:

**"...para que exista un mercado común es necesario un conjunto de normas que lo creen, que lo regulen, que lo controlen y lo orienten."**

No Mercosul a formulação do Direito de Integração é efetuada, diretamente, pelos Estados Membros ou através dos órgãos previstos no Tratado de Assunção.

O nosso Direito de Integração se compõe:

- a) do Tratado de Assunção e suas posteriores alterações;
- b) dos Protocolos firmados, dentro do âmbito do Tratado;
- c) das Atas, também firmadas, dentro do âmbito do Tratado;
- d) dos atos decisórios adotados pelos órgãos da Integração, dentro de suas competências.

As dificuldades do exercício do Direito de Integração, como já previamente visto, decorrem, principalmente, do fato deste, em regra, não possuir aplicabilidade imediata nos Estados Membros. Primeiro deverão ser transformados em direito interno, respeitando-se o procedimento estatal para transformação de normas internacionais.

Dependem fundamentalmente do acatamento voluntário de cada Estado Parte estando, portanto, associado, numa última análise, à própria vontade política destes atores em relação ao processo de Integração.

Se o mecanismo de solução de controvérsias, adotado pelo Protocolo de Brasília, pode ser usado como elemento de coerção, aos Estados Membros, para o cumprimento das normas de Integração, também é certo que o mesmo não se encontra hoje suficientemente estruturado para coibir todas as violações ao Direito de Integração, visto que suas decisões não se incorporam ao ordenamento jurídico do Estado infrator, independentemente de sua vontade.

Uma das possibilidades para o enfrentamento do problema é o estabelecimento de um ente (com característica inter-governamental ou comunitária) com poderes para efetuar controle de legalidade dos atos provenientes dos órgãos do Tratado; interpretar, exclusivamente, em caráter consultivo, incidental ou litigioso, as normas da Integração; decidir as controvérsias oriundas da implementação das diversas fases da Integração, decisão esta com características supranacionais, ou seja, acima das legislações nacionais, em decorrência de competência previamente atribuída, pelos Estados Membros, ao referido órgão.

## ***2.8 - ASPECTOS ECONÔMICOS DO MERCOSUL***

O artigo primeiro da Carta de Assunção prevê a implantação de um Mercado Comum entre os Países Membros. O Mercado Comum do Cone Sul, no entanto, deverá ser precedido por uma Zona de Livre Comércio e, posteriormente, por uma União Aduaneira.

Araminta Mercadante de Azevedo (25) define Zona de Livre Comércio como:

**"...um acordo entre dois ou mais Estados, os quais se comprometem a eliminar, em todo ou em parte, os gravames e restrições de toda ordem que incidam sobre a importação de produtos originários de qualquer das Partes Contratantes, mantendo, porém, cada país, sua própria política comercial e tarifas aduaneiras frente a terceiros países. "**

A etapa instituidora de uma Zona de Livre Comércio no Mercosul deveria estar concluída em 31 de dezembro de 1994 para o Brasil e a Argentina, e 31 de dezembro de 1995 para o Paraguai e o Uruguai, com exceção dos produtos componentes das listas de exceção.

Dentro do princípio de gradualidade, a Zona de Livre Comércio seria alcançada mediante uma sistemática de reduções tarifárias periódicas das mercadorias, até atingir a alíquota zero, bem como a eliminação das restrições e medidas de efeito equivalente (26).

Já o estágio seguinte, a União Aduaneira, assim nos é conceituada por José Angelo Faria (27):

**"...os Estados membros acordam não apenas instituir o livre comércio entre si, mas além disso, passam a aplicar uma pauta aduaneira e uma política comercial comum, o que simplifica o comércio intrarregional, na medida em que deixa de ser necessária a verificação constante da origem dos produtos. A união aduaneira representa um grau mais intenso de integração econômica do que a zona de livre comércio porque os Estados participantes não apenas se obrigam a não impor**

**barreiras à entrada de mercadorias provenientes dos demais membros da união, mas também perdem a faculdade de condução unilateral de sua política comercial para com terceiros países, enquanto permanecerem na união. "**

Recentemente foi criada, pelo Protocolo de Ouro Preto, a Tarifa Externa Comum (TEC), um dos primeiros passos rumo à união aduaneira. Esta foi fixada numa alíquota que varia de 0% a 20% e que é válida, de imediato, para 10.000 (dez mil) itens, correspondentes a 85% dos produtos.

A TEC deverá atingir a totalidade dos produtos, importados pela região, dentro das alíquotas fixadas, até o ano de 2006.

As listas de exceções, apresentadas pelos Estados Membros, deverão ser progressivamente alinhadas nas alíquotas previamente determinadas, até as datas estipuladas.

A criação de uma Tarifa Externa Comum por si só não determina o estabelecimento da união aduaneira. É preciso o estabelecimento de mecanismos e órgãos encarregados do gerenciamento de uma política comercial comum, frente a terceiros Estados e outros Blocos Econômicos.

A título de exemplo, verificamos que os outros países do Tratado, quando da criação do Mercosul, eram responsáveis por 4,2% das exportações brasileiras. Em 1994, os parceiros do Mercosul foram responsáveis por 13,6% das exportações, constituindo-se no nosso terceiro parceiro comercial (28).

O comércio regional, quando da assinatura do Tratado de Assunção, girava em torno de 3,4 bilhões de dólares. Em 1994, o comércio regional já chegava próximo dos 10 bilhões de dólares

(29), crescendo em patamares de 34% ao ano. Mais de 300 empresas brasileiras hoje investem na Argentina e um número maior exporta e importa produtos dos demais países do Mercosul.

A meta final, estabelecida no Tratado, é o estabelecimento de um Mercado Comum regional.

Nas palavras de José Angelo Faria (30):

**" Um mercado comum constitui a forma mais avançada e complexa de integração econômica, essencialmente porque não visa apenas à liberalização dos fluxos comerciais, mas sim à plena liberdade de circulação de bens, pessoas, serviços e capitais. Ao mesmo tempo, pela mobilidade conferida aos fatores produtivos, a qual imprime uma dinâmica singular ao processo, tornam-se necessárias diversas medidas comuns, seja para harmonizar condições desiguais, seja para melhor conduzir políticas econômicas. Eis por que um mercado comum é um agrupamento mais ativo do que as zonas de livre comércio ou uniões aduaneiras: não basta a remoção das barreiras, sendo indispensável uma administração permanente. "**

A instituição de um mercado comum implicará na abolição das restrições ao exercício do trabalho dentro do território regional. Não está, contudo, previsto, na Carta de Assunção, o estabelecimento de uma cidadania do Cone Sul que assegure o direito irrestrito de ir e vir entre os Estados Partes.

Paralelamente ao exercício da atividade laboral, o mercado comum implicará na liberdade de estabelecimento de empresas, gerando um novo enquadramento dos conceitos de empresa nacional e empresa estrangeira. As formas como ocorrerão as adequações, das questões acima mencionadas, bem como a harmonização das legislações nacionais, para contemplar tais princípios, ainda não são objeto de apreciação e deliberação pelos órgãos institucionais da Integração.

Atualmente o Mercosul se encontra numa região nebulosa entre uma Zona de Livre Comércio, ainda não totalmente implementada, e os primeiros passos para o estabelecimento de uma União Aduaneira.

O Mercosul ainda não completou o estágio de Zona de Livre Comércio em razão de ainda existirem as listas de exceção estabelecidas pelos Estados Partes quando da pactuação do Tratado. As listas de exceção deverão ser paulatinamente abolidas de acordo com cronograma previamente estabelecido.

Em contrapartida, os Estado Membros do Mercosul já estabeleceram uma Tarifa Externa Comum, que abrange uma parte significativa do universo de itens componentes da pauta de importação da região. Trata-se de uma medida prevista para o estágio de União Aduaneira.

Os indicadores econômicos apontam para um incremento cada vez maior do comércio regional, e um crescimento gradativo do comércio exterior.

Os países da região têm obtido taxas positivas de crescimento econômico impulsionados, principalmente, pelo aumento substancial das relações comerciais entre os demais parceiros regionais.

Cada vez mais a iniciativa privada acredita no mercado regional, buscando elementos de competitividade, para um melhor desempenho, na busca de consumidores.

A Integração ganha características de um grande mercado regional, com tendências de irreversibilidade.

## ***2.9 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O MERCOSUL***

### ***2.9.1 - Introdução***

As faces de um processo de integração econômica como o Mercosul são muito mais abrangentes do que somos capazes de tratar no presente trabalho.

A complexidade das relações econômicas, culturais, políticas, sociais, e outras tantas mais, entre os Países Membros, demonstra que a integração é um processo extremamente dinâmico e com aspectos próprios que busca, no entendimento de Araminta Azevedo(31):

**".. alcançar, dentro de um território, um sentido de comunidade com instituições e práticas que sejam suficientemente fortes e abrangentes para assegurar, na população, durante um longo tempo, expectativas sólidas de mudanças pacíficas"**

O Mercosul, dentro do dinamismo dos processos de integração, depara-se, inexoravelmente, com certas dificuldades no que tange a algumas escolhas que, ao longo do tempo, poderão vir a ser objeto de decisão.



Independentemente dos percalços, a Integração segue no seu desenvolvimento transformador, motivado pela participação de seus atores, principais responsáveis para que não ocorra a sua estagnação.

### ***2.9.2 - Comentários sobre a questão da soberania***

Um dos problemas realçados com a marcha da Integração é a questão da soberania dos Estados Partes.

Modernamente, principalmente a partir da proliferação das organizações e organismos internacionais, a questão da soberania deixou de ser analisada na sua concepção tradicional (conjunto de atributos essenciais e inerentes à própria personalidade do Estado), para ganhar os contornos de uma competência regida pelo Direito Internacional.

Na conceituação de José Luiz Bolzan de Moraes, em obra organizada por Deisy de Freitas Lima Ventura (32), a soberania:

**"... caracteriza-se, historicamente, como um poder que é juridicamente incontestável, pelo qual se tem a capacidade de definir e decidir acerca do conteúdo e aplicação das normas, impondo-as coercitivamente dentro de um determinado espaço geográfico, bem como fazer frente a eventuais injunções externas."**

Conforme verificamos, a idéia do autor está associada às idéias de insubmissão e independência.

O mesmo autor (33), ao tratar da transformação da idéia de soberania, afirma que:

**" O que se percebe neste movimento é que, ao lado do aprofundamento democrático das sociedades, o que ocasionou um descompasso entre a pretensão de um poder unitário e o caráter plural das mesmas, ocorre uma dispersão nos centros de poder. Pode-se vislumbrar como que uma atitude centrífuga, de dispersão dos 'loci' de atuação política na sociedade, seja no âmbito interior, seja no exterior... "**

**"A interdependência que se estabelece contemporaneamente entre os Estados aponta para um cada vez maior atrelamento entre as idéias de soberania e cooperação jurídica, econômica e social, o que afeta drasticamente a pretensão à autonomia."**

Dentro dessa transformação, podemos afirmar que a ênfase deixa de ser fixada na questão dos " direitos do Estado ", passando a concentrar-se nos " deveres do Estado ".

Da mesma forma, atribui-se novo tratamento à questão das matérias de domínio reservado do Estado. A jurisdição não é mais o que o Estado soberano unilateralmente fixa em seu próprio ordenamento jurídico. Esta passa a ser também delimitada por órgãos internacionais ( por exemplo Organização das Nações Unidas, Organização dos Estados Americanos, etc).

Caem por terra os pressupostos de exercício ilimitado da soberania, sem vinculação a qualquer outro ente.

A aludida concepção de soberania parece encontrar forte resistência por parte dos Estados que compõem o Mercosul, resistência esta já presente quando das tentativas integracionistas anteriores (ALALC e ALADI).

### ***2.9.3 - Comentários sobre a questão da supranacionalidade***

A partir da referência à questão da soberania num processo de Integração deveremos, inexoravelmente, comentar a respeito da supranacionalidade.

Os Estados soberanos, ao fazerem a opção por ingressarem num processo de Integração, estabelecem objetivos e mecanismos para a consecução dos mesmos.

Quando as decisões tomadas pelos órgãos da Integração dependem de mecanismos de recepção, transformação e adequação à legislação interna de cada Estado Parte, não poderemos falar em características supranacionais.

Um dos aspectos mais realçados da supranacionalidade é a possibilidade de incorporação imediata das decisões tomadas pelos órgãos superiores de uma Integração nos ordenamentos jurídicos dos Estados Partes, independentemente dos mecanismos tradicionais de recepção, transformação e adequação das normas internacionais. O Direito oriundo dos órgãos da Integração, respeitados os critérios de competência e procedimento formal, teria eficácia plena no território integrado, já que produzido por uma estrutura institucional validamente constituída e com competência para decidir sobre a matéria.

Dentro de um sistema federalista, as normas criadas pelos órgãos da Integração tem aplicabilidade em todo o território integrado, visto que produzidas por um ente com competência exclusiva ou concorrente para deliberar sobre a matéria. Logo, a norma comunitária se sobrepõe à norma interna em virtude daquela ter sido elaborada por órgão possuidor de soberania delegada, retirando dos Estados a competência para deliberarem sobre a matéria.

Norma posterior criada no âmbito da legislação interna de qualquer Estado Parte não teria o condão de derogar a norma da integração, porque as normas em conflito não teriam a mesma origem nem pertenceriam à mesma ordem.

A derrogação da norma comunitária antiga se daria com a criação de nova norma de integração válida e eficaz, que tratasse da mesma matéria da norma derogada.

Para alguns a questão se enquadra como delegação de competência pelos Estados Membros; para outros, trata-se de verdadeira restrição de soberania interna e delegação da mesma aos órgãos da Integração.

No atual estágio do Mercosul ainda não podemos indicar a existência de decisões proferidas pelos entes da Integração que tenham características supranacionais. Todas as normas estabelecidas atualmente se encontram sujeitas aos mecanismos tradicionais em Direito Internacional de recepção, transformação e adequação à legislação interna dos Estados Partes.

#### ***2.9.4 - Órgãos inter-governamentais e comunitários***

Os órgãos de um processo de Integração podem ter características comunitárias ou inter-governamentais.

O Tratado de Assunção, conforme já mencionamos inúmeras vezes, estabeleceu uma estrutura institucional composta unicamente de entes com aspectos inter-governamentais. Estes são compostos de membros diretamente ligados aos governos dos Estados Partes. Suas manifestações e decisões refletem os posicionamentos indicados pelos respectivos Estados.

A vinculação do funcionário não é com a organização integracionista e sim com o Estado que o indicou. Sua manifestação reflete a idéia do Estado que o nomeou.

A tomada de decisão dentro dos órgãos inter-governamentais de um processo de Integração é obtida dentro de características próprias, normalmente associadas às condições tradicionais exigidas nos processos de Cooperação Internacional. Após prévia negociação entre os Estados Contratantes, através de seus representantes, integrantes dos órgãos institucionais da Integração, as decisões são obtidas mediante o consenso (unanimidade) do universo de representantes.

Já os entes com características comunitárias são aqueles em que os seus membros, ainda que escolhidos pelos Estados Contratantes, gozam de autonomia em relação a estes, especialmente nos procedimentos de tomada de decisão. As manifestações e decisões proferidas pelos órgãos comunitários estão atreladas aos interesses da Integração, guardando independência em relação aos Estados Membros.

Os entes comunitários são constituídos de funcionários a eles vinculados, sendo que estes gozam de completa autonomia em relação aos Estados Membros que os escolheram. Sua tarefa é definir o interesse comunitário, dentro dos limites estabelecidos pelo Tratado Constituição, tomando as decisões necessárias à implementação da Integração.

As Comunidades Européias e outras experiências integracionistas latino-americanas, tais como o Pacto Andino e o Mercado Comum Centro-americano, optaram pela combinação, na

estruturação institucional, de órgãos com características inter-governamentais e comunitárias, contrabalançando o interesse das Partes Contratantes com o interesse próprio da Integração.

No Mercosul inexistia qualquer previsão de criação ou adequação dos órgãos já existentes no sentido de atribuir-lhes características comunitárias e/ou supranacionais.

### ***2.9.5 - Reflexões sobre o Protocolo de Brasília***

Se o estabelecimento de um mecanismo para solução de controvérsias no âmbito da Integração é um fator extremamente importante, dado às experiências integracionistas anteriores, notamos que o Protocolo de Brasília não está perfeitamente aparelhado para gerar segurança no que tange à tarefa de interpretação das normas oriundas da Integração, capaz de levar os Estados Membros ao seu correto cumprimento.

Parece-nos louvável a adoção das etapas de negociação direta e mediação, anteriormente ao procedimento de arbitragem, conforme descrevemos no item 2.6. Ocorre que a mediação efetuada pelo Grupo Mercado Comum (órgão com característica inter-governamental) tende, ao nosso ver, a ser completamente inócua.

Se, por exemplo, na dinâmica atual do procedimento estabelecido, os Estados envolvidos numa controvérsia não obtêm consenso durante a fase de negociação direta, dificilmente o farão através da mediação efetuada pelo Grupo Mercado Comum, órgão composto por representantes escolhidos pelos Estados Membros (inclusive das partes em litígio)

Parecer-nos-ia mais coerente, como mecanismo de solução extrajudiciária de litígios, que a mediação fosse efetuada, após o parecer técnico, por uma das Seções Nacionais do Grupo de Parte Contratante não envolvida na disputa, garantindo, pelo menos, o pressuposto de imparcialidade do

mediador. Esta função poderia ser posteriormente atribuída a um órgão específico a ser criado, dentro da organização institucional da Integração, com agentes imparciais e independentes, sem qualquer vinculação com os Estados Membros.

Outra questão a ser abordada diz respeito às dificuldades que os Estados Membros têm em aceitar um órgão, judicial ou extrajudicial, para decidir as disputas entre eles, cujas decisões sejam vinculativas e se sobreponham aos ordenamentos jurídicos nacionais, independentemente dos mecanismos tradicionais de transformação em direito interno.

Não nos parece suficientemente confiável a intenção dos Estados Membros do Mercosul em, efetivamente, buscar a solução das pendências oriundas do cumprimento e interpretação do Direito de Integração através do Tribunal Arbitral, visto que não se preocuparam em aparelhar este ente com poderes que lhe permitissem obrigar, ao Estado infrator, cumprir o conteúdo da decisão estabelecida pelo laudo arbitral (gerando toda espécie de problemas relativos à execução do laudo arbitral).

A solução adotada no Protocolo de Brasília em caso de não cumprimento espontâneo do laudo arbitral pela parte vencida reflete uma combinação das sanções tradicionais previstas no Direito Internacional Clássico, associada às estabelecidas pela Lei de Talião. Como o Tribunal Arbitral escolhido pela partes não tem poderes suficientes para obrigá-las a cumprir a decisão, nada mais estranho nos parece que a norma que autoriza a parte vencedora a adotar os mecanismos que considere suficientes (medidas compensatórias) para compelir a parte vencida a respeitar o laudo. Se em termos de Justiça Privada não se trata de solução nova, num processo de Integração funciona como um contrasenso aos próprios objetivos da mesma.

A intenção de uma Integração é promover um acordo de vontades entre Estados, visando a obter uma solução uniforme em determinados campos de atuação onde a atividade estatal isolada se mostra inoperante.

Todos os caminhos deveriam convergir ao respeito, pelos Estados Membros, do Direito de Integração, principalmente num processo de Integração como o Mercosul, estruturado a partir de órgãos inter-governamentais e com sistema de decisão estruturado na obtenção de consenso.

Em caso de desrespeito das normas de Integração, por um Estado Parte, após ter decorrido todo o procedimento de solução de controvérsias, se ainda assim persistisse a infração, não nos parece que o melhor caminho fosse autorizar a parte vencedora, como que em represália, mas amparada pelo dispositivo legal, a adotar unilateralmente e sem qualquer controle as medidas que julgasse convenientes, fato este que somente dará margem à instauração de novos conflitos entre os integrantes do processo.

Na opinião de Jorge Perez Otermin(34):

**" La conveniencia o no, de adoptar 'sanciones' para el caso de incumplimiento es controvertida, por cuanto la finalidad que con ello se persigue, esto es el cumplimiento de la sentencia, es de dudosa efectividad"**

Em sentido análogo é o entendimento de Luiz Olavo Baptista, manifestado em obra organizada por Maristela Basso (35), entendendo que o sistema de medidas compensatórias é de valor duvidoso em razão das diferenças das economias dos Estados Partes.

Tal situação seria mais adequadamente enfrentada, segundo nosso entendimento, com a adoção de mecanismos que permitissem a incorporação do laudo arbitral, na legislação interna do Estado infrator, independentemente dos mecanismos tradicionais de recepção de normas internacionais, curvando-se este ante as decisões supranacionais proferidas pelo Tribunal.



Outra ausência notada no Protocolo de Brasília, compartilhada em parte por Luiz Olavo Baptista, em obra organizada por Deisy de Freitas Ventura (36), é a possibilidade do Tribunal Arbitral proferir pareceres em caráter consultivo (diretamente ou incidentalmente), sobre os termos do Tratado, Protocolos, Atas e Acordos, e sobre a legalidade das decisões proferidas pelo Conselho Mercado Comum, as resoluções adotadas pelo Grupo Mercado Comum e as diretivas estabelecidas pela Comissão de Comércio. Nesses casos, desnecessárias seriam as fases de conciliação e mediação, podendo funcionar o Tribunal Arbitral como ente controlador de legalidade dos atos proferidos pelos demais órgãos do Mercosul.

Uma última questão a se ressaltar é o porquê da escolha de um mecanismo de solução de controvérsias destinados apenas aos Estados Membros.

É importante destacar o significado da vontade política estatal na Integração, mas não podemos esquecer que, no atual estágio do processo, existem outros agentes de vital importância na marcha integracionista. Estes atores também buscam segurança para sua participação no processo.

Na parte final do próximo Capítulo apresentaremos um esboço de algumas possibilidades de tratamento do assunto direcionados a alguns destes atores da Integração

Dentro dessa diversidade de fatores apresentados e muitos outros sequer abordados acreditamos que a Integração, aos poucos, deverá ir definindo um contorno mais apropriado na sua estruturação institucional, fazendo as opções necessárias para atingir as metas estabelecidas no Tratado de Assunção.

A experiência vivenciada por outros processos de Integração serve de lição importante ao Mercosul sem, contudo, constituir-se num caminho a ser obrigatoriamente seguido. O desenvolvimento paulatino da marcha da Integração se encarregará de apontar novas formas e possibilidades de aperfeiçoamento do caminho a ser percorrido. É preciso, contudo, estar atento à necessidade permanente de adequação da estrutura institucional levando-se em conta que a

Integração não deve ficar adstrita, tão somente, à vontade política dos Estados Membros que a compõem. Ela constitui, durante o desenvolvimento do processo, um certo sentido de comunidade que, gradativamente, passa a possuir vontade própria, exigindo as mudanças necessárias para o aperfeiçoamento do ideal comum buscado.

## ***NOTAS BIBLIOGRAFICAS DO 2º CAPÍTULO***

1 - **AMADO**, Luiz Cervo, **BUENO**, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Atica, 1992. p.409.

2 - Os Protocolos assinados são: Bens de Capital; Trigo; Complementação e abastecimento alimentar; Expansão do comércio; Empresas binacionais; Assuntos financeiros; Fundo de investimentos; Energia; Biotecnologia; Estudos econômicos; Informação imediata e assistência recíproca em caso de acidentes nucleares e emergências radiológicas; cooperação aeronáutica.

3 - Os Protocolos assinados são: Siderurgia; Transporte terrestre; Transporte marítimo; Comunicações; Cooperação nuclear; Cooperação cultural; Administração pública; Moeda; Indústria automobilística; Indústria de alimentação; Regional e Fronteiriça; Planejamento econômico e social.

4 - **FLORES NETO**, Francisco Thompson. Integração e cooperação Brasil-Argentina. **Política internacional & comparada**. São Paulo: USP, jun. 1991. p. 13.

5 - **AMORIM**, Celso Luiz Nunes. O mercado comum do sul e o contexto hemisférico. **Política internacional 4**. São Paulo, 1991. p. 1.

6 - **IDEM. Política.** op. cit. p. 5.

7 - É composto pela Coreia, Taiwan, Hong Kong, Singapura e, recentemente, pela China.

8 - **AMORIM, Celso Luiz Nunes. Política.** op. cit. p. 3-4.

9 - Estado Nacional é aquele que possui uma povoação permanente; território determinado; governo; capacidade de entrar em relações com os demais Estados. Tal definição foi extraída da convenção pan-americana sobre direitos e deveres dos Estados realizada em Montevideu, em 1933.

10 - **FARIA, José Angelo Estrela. O mercosul: princípios, finalidades e alcance do tratado de Assunção.** Brasília: MRE/SGIE/NAT, 1993. p. XVI-XVII.

11 - O Anexo I trata do Programa de Liberação Comercial; o Anexo II do Regime Geral de Origem; o Anexo III da Solução de Controvérsias; o Anexo IV das Cláusulas de Salvaguarda; o Anexo V dos Subgrupos de trabalho do Grupo Mercado Comum.

12 - Trata-se de decisão adotada na Reunião de Ouro Preto, com a participação dos Presidentes dos Estados Partes, que culminou no Protocolo de Ouro Preto, de 1994.

13 - **FARIA**, José Angelo Estrela. **O Mercosul** op. cit. p. 5-6.

14 - **IDEM**. **O Mercosul**. op. cit. p. 8-9.

15 - **IDEM**. **O Mercosul**. op. cit. p. 20-21.

16 - Os coordenadores são os representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, conforme previsto no Decreto nº 4/91 do Conselho.

17 - **OTERMIN**, Jorge Perez. **El Mercado Comun del Sur**. Montevideú: Fundación de Cultura Universitaria, 1995. p. 54.

18 - Os particulares são entendidos como pessoas físicas ou jurídicas.

19 - O artigo 30 do Protocolo de Brasília estabelece que o grupo de especialistas é composto por 03 membros designados pelo Grupo Mercado Comum. Na falta de acordo serão eleitos dentre os integrantes de uma lista de 24 especialistas, através do voto dos Estados Partes. Neste caso somente mediante autorização expressa do Grupo Mercado Comum o especialista escolhido poderá ser nacional do Estado acusador ou do Estado acusado da controvérsia.

A lista dos 24 especialistas é obtida através da designação, por cada Estado Parte, de 06 pessoas de "reconhecida competência nas questões que possam ser objeto das controvérsias".

20 - **BASSO**, Maristela (Organizadora). **Mercosul: seus efeitos jurídicos, econômicos e políticos nos Estados-Membros**. Porto Alegre : Livraria do Advogado, 1995. p. 77.

21 - Normas de integração são as normas provenientes dos instrumentos jurídicos que compõem a Integração, tais como o Tratado de Assunção, os Protocolos, as Atas, etc.

22 - Os atos decisórios são as decisões proferidas pelo Conselho Mercado Comum, as resoluções adotadas pelo Grupo Mercado Comum, as diretivas estabelecidas pela Comissão de Comércio e os laudos proferidos pelo Tribunal Arbitral " ad hoc ".

23 - **ARÉCHAGA**, Eduardo Jiménez, **PAOLILLO**, Felipe H. Contralor de la legalidad de los actos comunitarios. Interpretación unitaria del Derecho de Integración. **Derecho de la integración**, v. 1, n. 1, dic. 1972. p. 10-31.

24 - **OTERMIN**, Jorge Perez. **El Mercado**. op. cit. p. 92.

25 - **AZEVEDO**, Araminta Mercadante de. **Revista**. op. cit. p. 75.

26 - Como previsto no Anexo I, artigo 2º, letra b, as restrições são " qualquer medida de caráter administrativo, financeiro, cambial ou de qualquer natureza, mediante a qual um Estado Parte impeça ou dificulte, por decisão unilateral, o comércio recíproco."

27 - **FARIA**, José Angelo Estrella. **O Mercosul**. op. cit. p. 38.

28 - **GOITIA**, Vladimir. Chega a hora zero do mercado comum latino. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 1º jan. 1995. Caderno Economia, p. 9.

29 - **CASTELLOTTI**, Flávio. Mercosul consome 13,6% das exportações. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 6 fev. 1995. Caderno Negócios, p. 3.

30 - **FARIA**. José Angelo Estrella. **O Mercosul**. op. cit. p. 40.

31 - **AZEVEDO**, Araminta Mercadante. Os aspectos institucionais da integração latino-americana. **Revista de informação legislativa**. vol 30, abr./jun. 1973. p. 73.

32 - **VENTURA**. Deisy de Freitas Lima. **O Mercosul em movimento**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1995. p. 136.

33 - **IDEM. O Mercosul.** op. cit. p. 136

34 - **OTERMIN, Jorge Perez. El Mercado.** op. cit. p. 60.

35 - **BASSO, Maristela. Mercosul.** op. cit. p. 107.

36 - **VENTURA, Deisy de Freitas Lima. O Mercosul.** op. cit. p. 70. □



### ***3º CAPÍTULO - ARBITRAGEM INTERNACIONAL COMERCIAL***

#### ***3.1. - INTRODUÇÃO***

O Direito, através de mecanismos que buscam evitar a confrontação entre as partes, é a forma mais completa estabelecida pela humanidade como maneira de compor interesses em conflito.

Ao longo de sua história o homem criou e desenvolveu certas formas de procedimentos, acompanhados por funcionários estatais determinados, encarregados de solucionar os conflitos existentes. A esse aparato atribuímos o nome de Judiciário.

Tal Poder, em sua forma moderna, se origina com a formação do Estado contemporâneo e com o conceito de jurisdição (2).

O Direito hoje, contrariamente ao de outras épocas, encontra-se positivado, tratando-se, portanto, de um direito posto.

A criação e o aprimoramento de mecanismos de soluções de disputas entre partes, a serem realizados pelos Estados, não fizeram desaparecer outras possibilidades de resolução dos mesmos conflitos. São as soluções extrajudiciárias dos conflitos. Estas são admitidas como forma complementar à jurisdição estatal, dentro de limites estabelecidos pelo ordenamento jurídico de cada Estado.

Os sistemas jurídicos estabelecem, atualmente, a precedência dos Poderes Judiciários para dirimir litígios, mas possibilitam situações em que os conflitos possam vir a ser solucionados

através de mecanismos alternativos de composição dos mesmos, também conhecidos por formas de solução extrajudicial de disputas ou equivalentes jurisdicionais.

O nosso interesse no presente capítulo centra-se em uma das formas específicas de solução extrajudiciária dos litígios que é a **ARBITRAGEM INTERNACIONAL COMERCIAL**.

### ***3.2 - ALGUMAS FORMAS DE SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DOS LITÍGIOS.***

Entre os principais procedimentos para a solução extrajudiciária dos conflitos, além da Arbitragem, podemos destacar: a Autocomposição e a Mediação. Estas podem ocorrer, conforme previsto na maior parte dos sistemas jurídicos, dentro de um procedimento judicial. Neste caso não serão formas extrajudiciais de composição de disputas e sim judiciais, assunto do qual não nos ocuparemos no presente trabalho.

Passaremos adiante a fazer uma breve referência às possibilidades de Autocomposição e Mediação efetuadas anteriormente à existência do procedimento judicial e que, portanto, respeitados os limites estabelecidos no ordenamento jurídico estatal, têm plena validade e eficácia entre as partes contratantes, independentemente de homologação pelo Poder Judiciário.

#### ***3.2.1 - Autocomposição***

Segundo o conceito estabelecido por Cézar Fiuza (3):

**"...é forma não jurisdicional de solução de disputas em que as partes, por si mesmas, põem fim a suas pendências. Não há na autocomposição, como sugere o próprio nome, a intervenção de terceiro mediador. As próprias partes, por meio de discussões e debates, buscam seus direitos, chegando a bom termo."**

Na classificação adotada pelo autor (4) a Autocomposição poderia ser obtida através de transação ou negociação, submissão e renúncia.

A transação seria a forma mais comum de Autocomposição. Implicaria no consenso a que as partes litigantes chegam, visando a prevenir ou pôr fim a uma disputa, mediante a reciprocidade de concessões.

A submissão ocorreria quando uma das partes, livremente, se submetesse, sem reservas, à vontade da outra parte. Tal ato não implicaria em renúncia do direito e seria fundamentado no interesse da parte submissa. Ocorreria quando um dos litigantes, espontaneamente (sem qualquer vício de consentimento), cessasse a resistência à pretensão do outro litigante.

Já a renúncia se caracterizaria quando uma das partes, livremente, efetuasse declaração de vontade abrindo mão de seu direito, portanto extinguindo-o. Logicamente só são suscetíveis de transação, submissão e renúncia os direitos estabelecidos no ordenamento jurídico de cada Estado como passíveis do ato (normalmente direitos disponíveis) e que não prejudiquem os direitos de terceiros.

### ***3.2.2 - Mediação***

Referindo-se à mediação, César Fiuza (5) indica que o instituto **"...ocorre quando terceiro intervém na disputa, a fim de propor-lhe solução, ou seja, a fim de promover acordo entre os contendores."**

A principal forma de mediação apontada pelo autor é a conciliação.

O conciliador, que pode ser um órgão público ou privado, uma pessoa ou grupo de pessoas, intermedia as partes para que as mesmas evitem ou desistam de levar adiante um litígio.

Nas palavras de Luiz Olavo Baptista (6):

**" A mediação tem vantagens, porque ela faculta lidar com tudo aquilo que está subjacente à disputa. Permite que as pessoas criem um sentido de aceitação, sentindo que a decisão a que chegaram foi própria, e não imposta de fora para dentro. Tem portanto uma tendência de mitigar e eliminar as tensões, criando compreensão e confiança entre os litigantes, evitando a amargura que se segue a uma decisão judicial, para o vencido e muitas vezes também para o vencedor."**

O referido autor e também Silvio Lerer (7) fazem referências expressas a algumas formas novas de resolução extrajudicial dos conflitos tais como a Facilitação, o **" Fact-finding "** e o **" Mini-trial "**. Para César Fiuza (8) estas novas formas são espécies de mediação, por manterem características equivalentes ao instituto.

### **3.3 - ARBITRAGEM**

#### **3.3.1 - Conceito de Arbitragem**

A Arbitragem é uma das possibilidades de solução extrajudiciária das disputas.

Inúmeros são os autores que procuraram conceituar o instituto dentro das suas características peculiares.

Nos ensinamentos de Cretella Junior (9) a Arbitragem é:

**" ... sistema especial de julgamento, com procedimento, técnica e princípios informativos próprios e com força executória reconhecida pelo direito comum, mas a este subtraído, mediante o qual duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou de direito público, em conflito de interesses, escolhem de comum acordo, contratualmente, uma terceira pessoa, o árbitro, a quem confiam o papel de resolver-lhes a pendência, anuindo os litigantes em aceitar a decisão proferida"**

Candido Naves (10), um dos primeiros autores brasileiros neste século a tratar do tema em sua tese para o concurso de livre docência da Faculdade de Direito de Minas Gerais, em 1925, definiu a Arbitragem como " a discussão e julgamento de uma controvérsia entre duas ou mais pessoas, sobre determinada relação de direito, perante árbitros."

Já Irineu Strenger (11) conceitua:

**" ... arbitragem é instância jurisdicional, praticada em função de regime contratualmente estabelecido, para dirimir controvérsias entre pessoas de direito privado e/ou público, com procedimentos próprios, e força executória perante tribunais estatais."**

### ***3.3.2 - Aspectos históricos***

Segundo José Cretella Junior (12), o instituto da Arbitragem encontra-se presente na mitologia grega quando Páris funciona como árbitro entre Atena, Hera e Afrodite, em disputa pela maçã de ouro, destinada pelos deuses a mais bela.

No período clássico da Grécia, especialmente na Ática, o árbitro, segundo o mesmo autor (13) **" ... contrastando com o juiz estatal, que se prende às regras jurídicas processuais, decide o litígio de modo breve, com o 'sim' ou 'não', adotando, na íntegra, a colocação de um dos contendores."**

Na opinião de José Alexandre Tavares Guerreiro (14) a Arbitragem e a Jurisdição estatal já coexistiam neste período, sendo impossível sustentar a precedência de uma sobre a outra.

Também os antigos hebreus conheciam o instituto, sendo que as disputas de direito privado eram resolvidas através da Arbitragem, existindo, inclusive, um colegiado denominado Beth-Din, formado por três " doutores da lei ".

Na Roma antiga estão previstas várias espécies de Arbitragem, conforme a natureza da controvérsia. Em razão do enorme período histórico de existência do " Império Romano " , pudemos constatar a profunda importância do instituto, como forma de solução de litígios, no sistema jurídico romano.

Também em Roma a Arbitragem convivia com a Jurisdição estatal.

De acordo com os ensinamentos de César Fiuza (15), o procedimento de Arbitragem em Roma:

**"... começava pela citação do réu, promovida pessoalmente pelo autor. Em seguida, sob pena de nulidade, o autor, por si mesmo, formulava sua pretensão perante o magistrado, empregando as palavras apropriadas."**

Ao tratar sobre a resposta do Réu, o autor (16) informa que:

**" O réu podia confessar ou, simplesmente, não se defender, quando o processo nem chegava a se concretizar, concedendo o magistrado o direito. Se o réu contestasse, o processo in iure se encerrava, e a causa era entregue pelo magistrado ao particular escolhido pelas partes."**

A partir desse momento a solução do litígio se vinculava ao árbitro, que poderia ser denominado iudex, arbiter, recuperator, ou tribunal permanente, dependendo da natureza da causa.

A este cabia proferir a decisão arbitral cuja execução coercitiva era assegurada pela lei à própria parte vencedora alcançando, por vezes, a pessoa do vencido.

A partir da Legis Iuliae o árbitro não estava mais vinculado a julgar de acordo com o rigorosismo da lei, podendo fazê-lo, tão somente, por equidade.

Na Idade Média, na Europa, o instituto é conhecido desde o século XII.

Os Repertórios Consuetudinários traziam normas sobre o compromisso da Arbitragem, destinando-se especialmente à solução de disputas familiares.

Os julgamentos eram efetuados normalmente pelos senhores feudais, mesmo nos casos de Arbitragem, permanecendo a escolha livre dos juízes.

Com a criação das Corporações de Ofícios ou Guildas, os árbitros passaram a ser escolhidos entre os próprios pares. Os principais litígios resolvidos pelos árbitros eram comerciais (feiras, mercados), assim como marítimos locais e familiares.

O procedimento era extremamente simplificado e raramente a decisão comportava recurso.

A decisão poderia fundamentar-se na equidade, desde que houvesse falta de usos e costumes referentes à matéria.

Com o fortalecimento do poder central no período do Absolutismo, fortaleceu-se, também, a Jurisdição estatal, que passa a ser dotada com poderes para fazer cumprir as decisões proferidas pelos juízes.

Também os laudos arbitrais necessitavam de executoriedade, fazendo com que o juiz estatal passasse a intervir na Arbitragem sem possibilidade, contudo, de reexame das razões das partes ou da decisão proferida.



Aos poucos o juiz estatal foi ganhando poderes para, em grau de recurso, rever a matéria discutida e deliberada pelo árbitro, ao mesmo tempo em que os soberanos absolutos buscavam eliminar o poder das Corporações de Ofício.

Com o advento da Revolução Francesa, no final do século XVIII, a Arbitragem ganhou certo destaque como fórmula de solução de conflitos, mormente porque diferia dos procedimentos adotados pela justiça estatal régia do " Ancien Régime ".

Logo, porém, a Arbitragem passa a ser encarada como concorrente ao Judiciário, ainda que sua prática, no final do século XVIII e século XIX, estivesse reservada exclusivamente ao Estado.

Com o período de sedimentação da positivação do direito, a partir do século XIX, em que todos os conflitos ocorridos na sociedade devem encontrar solução nas codificações (onde se encontra a totalidade do direito), a Arbitragem deixa de ser apreciada no seu caráter jurisdicional.

Para José Alexandre Tavares Guerreiro (17):

**"... no século XIX, apaga-se o caráter jurisdicional da arbitragem, que se afasta da justiça institucionalizada, para se confundir, quase sempre, com uma espécie de conciliação ou ' amiable composition ', a cargo de parentes, amigos ou vizinhos das partes. "**

Com o processo de industrialização vivido na Europa e Estados Unidos no final do século XIX e início do século XX, levando ao incremento do comércio internacional, fica evidente

que o pensamento positivista e codificador não é solução adequada para as normas do comércio, que possuem tendências internacionalistas.

As progressivas e rápidas mudanças no comércio internacional, com características próprias, fez com que vários estudiosos passassem a defender a decodificação das normas comerciais e propusessem a sua uniformização.

Ocorre que também a uniformização demonstrou-se insuficiente para atender às necessidades e conveniência dos comerciantes internacionais, uma vez que as regras jurídicas tornam-se rapidamente superadas pela modificações introduzidas na prática do comércio internacional.

Verificou-se então o ressurgimento da idéia de " lex mercatoria " , ou um direito próprio do comércio internacional.

Paralelamente a tais fatos, a Arbitragem passou a ser encarada, pelos comerciantes, como uma alternativa de justiça onde as normas próprias do comércio internacional poderiam ser aplicadas pelos árbitros.

Como afirma José Cretella Junior (18) " **A expansão econômica nacional e mundial do comércio é responsável pela relevância do instituto da arbitragem em nossos dias.**"

### ***3.4 - ARBITRAGEM INTERNACIONAL COMERCIAL***

#### ***3.4.1 - Arbitragem nacional***

Na conceituação adotada por Guido Soares (19), a Arbitragem realizada num certo Estado, ajuizada por litigantes nacionais ou domiciliados, cujo árbitro ou árbitros escolhidos sejam também nacionais ou domiciliados, sujeita às leis procedimentais e materiais estabelecidas pela legislação interna e com um laudo arbitral exequível neste mesmo Estado, se constitui numa Arbitragem nacional.

O mesmo autor afirma (20) que, na Arbitragem nacional, o fenômeno é apreciado como um todo para efeitos de nulidade, aplicando-se a legislação de um único sistema jurídico.

Quando da execução compulsória do laudo arbitral proferido ou em casos de medidas coercitivas, antes ou durante o procedimento arbitral, fatos estes a cargo da justiça estatal, inexistirão conflitos entre o direito interno e internacional, visto que são as regras de direito nacional que determinam a matéria de competência do juízo, para efetivar as medidas anteriormente indicadas.

Inúmeros são os países que estabelecem legislação diferenciada no que tange às normas referentes à Arbitragem nacional e internacional.

O presente tópico visa apenas introduzir elementos diferenciadores que permitam uma melhor compreensão do instituto, já que nos ocuparemos tão somente da Arbitragem Internacional Comercial.

#### ***3.4.2 - Arbitragem internacional comercial***

Citando Philippe Fouchard, Irineu Strenger (21) coloca, através de uma noção ampla, que " ... é suficiente que um aspecto, que um elemento do litígio ou da arbitragem, elemento

**material ou jurídico toque a um país diferente daquele ao qual se vincula o resto do negócio, para que exista Arbitragem Internacional."**

Segundo José Alexandre Tavares Guerreiro (22), para determinar o caráter internacional de um litígio inicialmente adotou-se a idéia de disputa entre nacionais de países diferentes. A partir de 1927, a Corte de Arbitragem da CCI admitiu a possibilidade de aplicação do instituto às controvérsias que contivessem elementos, de fato ou de direito, previstos em sistema jurídico estrangeiro ainda que as partes fossem nacionais de um mesmo Estado. Na arbitragem internacional ocorre a incidência de legislação estrangeira ou internacional em aspectos relevantes do procedimento e/ou das normas aplicáveis ao litígio. A Arbitragem Internacional será comercial sempre que o litígio se originar de relação contratual de comércio, entendido na sua forma mais ampla.

Ao fazer referência à doutrina francesa, Tavares Guerreiro (23) indica que:

**"... a noção de comércio se amplia a compreender todas as operações econômicas internacionais, inclusive, exemplificativamente, aquelas que implicam pagamentos ou quaisquer transferências de valores ou bens para além das fronteiras nacionais, e bem assim, as operações que tenham por objeto, no âmbito internacional, a produção e as prestações de serviços."**

Mais adiante o referido autor (24), prosseguindo no mesmo assunto, estabelece:

**" A nosso ver, a definição da comercialidade das relações jurídicas sujeitas a arbitragem deve ser procurada por meio da verificação da experiência, apartando-se de um tipo de conceitualismo que não mais vigora nas relações econômicas internacionais"**

Acaba concluindo que (25):

**"... não existe razão nem necessidade, na órbita internacional, de uma categorização da denominada 'matéria de comércio', para efeito da admissibilidade da arbitragem. Os interesses que estão em jogo, no denominado comércio internacional, não são necessariamente redutíveis a uma espécie de discriminação típica."**

### ***3.4.3 - Fatores de escolha da Arbitragem no comércio internacional***

Inúmeros são os indicadores que podem ser apontados como motivadores da inserção de cláusula contratual prevendo a solução de conflitos através da Arbitragem:

a) A desconfiança quanto à imparcialidade dos Judiciários quando uma das partes litigantes é estrangeira. Tal receio se manifesta pelo temor do juízo estatal beneficiar a parte litigante com a mesma nacionalidade em detrimento da parte litigante estrangeira.

A Arbitragem Internacional garantiria a imparcialidade da decisão e o tratamento equânime entre as partes, independentemente de suas nacionalidades;

b) A quase sempre acentuada morosidade dos procedimentos estatais, atrelados a normas processuais positivas em que as partes, em regra, não podem alterar, ainda que de comum acordo.

Na Arbitragem Internacional as partes normalmente tem liberdade para criar o procedimento desde que respeitados os limites legais impostos pelos ordenamentos jurídicos, garantidores do respeito aos princípios de ordem pública.

c) O caráter confidencial da Arbitragem. O conhecimento do litígio fica restrito às partes e ao árbitro, inexistindo publicidade no que tange às provas produzidas, ao valor econômico do conflito, à razão da disputa, aos reflexos econômicos da controvérsia, etc.

Para o Professor José Carlos Magalhães(26):

**"... a confidencialidade do procedimento cria, entre as partes, atmosfera propícia à conciliação, conseqüente à necessidade de se firmar o compromisso arbitral que as leva, muitas vezes, a pôr-se de acordo em terminar o litígio por transação."**

d) A idéia de uma decisão proferida por "experts" na matéria objeto do litígio.

Podemos verificar que a atual complexidade das relações comerciais internacionais faz com que as partes, integrantes de um contrato, busquem a solução dos conflitos através do julgamento de órgãos institucionais ou pessoas especializadas, com conhecimento técnico das questões ou conhecedores do direito estrangeiro e/ou internacional a ser aplicado no procedimento ou na resolução da controvérsia.

e) O fato do litígio decorrente do contrato internacional comercial ser arbitrado por pessoas ou órgãos escolhidos diretamente pelas partes em conflito, diferentemente da justiça estatal em que a competência está previamente estabelecida nas normas processuais. A sentença judicial é proferida por juiz estatal não escolhido entre as partes, enquanto o laudo arbitral é produto de um árbitro consensualmente escolhido pelos litigantes, favorecendo o cumprimento espontâneo da decisão proferida pela parte vencida.

Na Arbitragem Internacional Comercial o laudo arbitral pode vir a ser proferido fundamentando-se tão somente na equidade, se as partes previamente assim estabelecerem na convenção arbitral (cláusula compromissória e/ou compromisso).

É importante frisar que a confiabilidade no instituto é uma associação de todos os fatores acima indicados e muitos outros, como por exemplo a suposta celeridade do procedimento arbitral em comparação à justiça estatal, bem como o progressivo reconhecimento, pelos Judiciários, dos laudos arbitrais proferidos em território estrangeiro.

#### ***3.4.4 - Natureza contratual e/ou jurisdicional da Arbitragem***

Contrariamente à autoridade do juiz estatal, que nasce do poder conferido ao Estado pelo exercício da jurisdição, a autoridade dos árbitros decorre da vontade das partes através da pactuação de cláusula contratual própria, prevendo a solução dos conflitos através da Arbitragem.

O acordo entre as partes de cláusula compromissória ou compromisso retira, em princípio, da esfera do Judiciário, a possibilidade de decidir o litígio, ressaltando a característica contratual da Arbitragem, fundamentada na autonomia da vontade.

O laudo arbitral é resultado de decisão proferida por árbitro escolhido pelas partes, de maneira consensual, para solucionar disputa(s) normalmente oriunda(s) de um contrato.

Para os que acreditam que a Arbitragem possui natureza exclusivamente contratual, a execução forçada do laudo, que deve ser efetuada pelo Judiciário, constituiria mera obrigação de fazer assumida na convenção arbitral.

Para José Carlos Magalhães (27) a consequência desta linha de pensamento implicaria que **"... o não acatamento do laudo arbitral significaria o descumprimento da obrigação de fazer inscrita no compromisso que se resolveria em perdas e danos. "**

Ocorre que o Estado reconhece a natureza jurisdicional da arbitragem estabelecendo, em certos casos, a necessidade de homologação dos laudos arbitrais pelo juízo estatal, anteriormente a sua execução compulsória.

Para os que veem na Arbitragem uma natureza predominantemente jurisdicional o ato predominante do instituto é o laudo, resultado de uma atividade pública delegada ao árbitro.

Para autores como José Alexandre Tavares Guerreiro (28), a natureza da Arbitragem é mista e a discussão sobre a matéria já se encontra ultrapassada. Sua natureza contratual estaria caracterizada pela pactuação de cláusula compromissória e/ou compromisso que, na maior parte das



vezes, estabelece o procedimento instituído para a solução das disputas. Já sua natureza jurisdicional emergiria do laudo arbitral, visto que este não integra a convenção arbitral, ainda que nesta estejam estabelecidos os limites de atuação do árbitro e os fundamentos para a decisão. Os efeitos do laudo arbitral decorreriam da legislação estatal e não da vontade das partes.

Na mesma linha de raciocínio, José Carlos Magalhães (29) afirma:

**"... as duas posições devem ser entendidas como radicais, pois se a arbitragem é contratual em seu fundamento inicial, é também jurisdicional, ante a natureza pública do laudo arbitral, como forma privada de solução de litígios."**

### ***3.5 - CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA NOS CONTRATOS INTERNACIONAIS COMERCIAIS***

#### ***3.5.1 - Introdução***

Na pactuação de um contrato internacional comercial também pode ser acordado, pelas partes contratantes, cláusula contratual, reputada autônoma, que preveja para os casos de litígios futuros, oriundos do negócio jurídico, a solução do conflito através de Arbitragem.

A esse tipo de cláusula atribuímos a denominação de cláusula compromissória, "pactum de comprometendo" ou cláusula arbitral.

Entre as muitas definições de cláusula compromissória, podemos citar as de Olavo Baptista(30) e César Fiuza(31):

**" Nela as partes convencionam resolver, por meio de arbitragem, as divergências que surjam entre elas, geralmente quanto à execução e ou à interpretação de um contrato. "**

**" Por cláusula compromissória devemos entender o pacto acessório pelo qual as partes convêm em submeter à jurisdição arbitral as disputas que surjam no transcorrer de determinada relação jurídica, em termos genéricos, sem menção à espécie de litígio nem ao nome dos árbitros."**

Quando da pactuação da cláusula, de acordo com Hermes Huck (32): **"... não há qualquer pendência entre as partes, havendo apenas uma previsão de solução arbitral, caso eventualmente a divergência ocorra. "**

A cláusula compromissória provém do princípio de autonomia de vontade das partes contratantes. Sua pactuação implica, em princípio, no afastamento da competência do Judiciário em solucionar o conflito, remetendo-o ao árbitro escolhido pelas partes.

Para que ocorra, efetivamente, o aludido afastamento de competência do Judiciário é preciso que exista norma jurídica, prevista no ordenamento jurídico, autorizando a solução do litígio através de Arbitragem, e admitindo a cláusula compromissória como forma hábil para que tal fato

ocorra. Para tanto mister se faz que a matéria do litígio seja "arbitrável" e a formulação da cláusula compromissória esteja dentro dos parâmetros fixados na legislação estatal aplicável a Arbitragem.

Conforme as lições de José Alexandre Tavares Guerreiro (33):

**" Essa derrogação há de estar em sintonia com a possibilidade (que a cada caso deva ser verificada, segundo o sistema jurídico aplicável) de se convencionar soluções extrajudiciárias de controvérsias, sem ferir a ordem pública interna ou sem violar a legislação positiva que acaso vede ou limite o acesso à arbitragem."**

A cláusula compromissória deverá ser normalmente estruturada com os seguintes elementos:

- a) número de árbitros e/ou o Tribunal arbitral responsável pela solução das disputas futuras;
- b) legislação material e processual aplicável;
- c) local da arbitragem;
- d) cláusula geral estipulando multas e perdas e danos;
- e) forma do rateio das custas e despesas com o processo arbitral;
- f) remuneração dos árbitros.

Em 1985 foi elaborada pela UNCITRAL (34) uma lei modelo de Arbitragem Internacional Comercial que criou regras para uma completa e adequada redação das convenções arbitrais.

Entre as principais dificuldades na aceitação da cláusula arbitral em certos sistemas jurídicos, conforme os ensinamentos do Professor Irineu Strenger(35), está o fato de que estes sistemas encaram a Arbitragem:

**"...como forma de subtração das partes ao poder jurisdicional do Estado onde uma delas seja domiciliada, ou o contrato haja sido firmado, ou ainda a obrigação deva ser cumprida, ou finalmente em cujo território esteja o objeto da controvérsia."**

Em alguns sistemas jurídicos, entre os quais o Brasil, a cláusula compromissória não obriga, em regra, na derrogação da competência do Judiciário na apreciação do litígio, constituindo-se em mera obrigação de fazer. Mais adiante retomaremos o tema, procurando melhor elucidar a questão.

### ***3.5.2 - Características e requisitos de validade***

A cláusula compromissória, para César Fiuza(36), detém características próprias tais como:

- a) caráter genérico e aleatório - visto que estipula a previsão de solucionar, através de Arbitragem, um número não definido de litígios, oriundos do contrato, sem que seja possível estabelecer, temporalmente, se a mesma virá a ser aplicada;
- b) formal - deve estar inserida no contrato através de forma escrita;
- c) bilateralidade - ambas as partes vinculam-se à cláusula, assumindo os direitos e deveres inerentes;
- d) típica - não existindo a possibilidade de afastamento da jurisdição estatal sem expressa previsão legal do sistema jurídico competente para conhecer do litígio.

Para que a cláusula compromissória seja válida, deverá conter os seguintes elementos:

- a) subjetivos: partes capazes e manifestação livre da vontade.
- b) objetivos: objeto possível (material e juridicamente), determinável e com conteúdo econômico.
- c) formais: normalmente inseridos, por escrito, no contrato. Nada obsta porém que sejam pactuados em instrumento separado.

### ***3.5.3 - O entendimento do Judiciário brasileiro.***

No Brasil, em regra, a cláusula compromissória não tem o poder de afastar a competência da jurisdição estatal nos casos em que a legislação nacional preveja a competência do Judiciário brasileiro para decidir o conflito. Equivale a dizer que a competência do Judiciário brasileiro para decidir os litígios oriundos dos contratos sujeitos à legislação nacional só é afastada em situações excepcionais.

A cláusula compromissória é considerada na jurisprudência brasileira como pacto preliminar ou promessa de contratar (o compromisso seria o contrato), geradora de uma obrigação de fazer.

Em caso da recusa em contratar (o compromisso), a obrigação se resolveria em perdas e danos.

As exceções previstas pela jurisprudência brasileira que autorizam o afastamento da competência do Judiciário em razão da existência de cláusula compromissória inserida em contratos internacionais são:

a) - Contratos internacionais comerciais pactuados sob a égide da Convenção de Genebra de 1923, transformada no Decreto 21.187 de 22 de março de 1932. Para tanto as partes litigantes devem se enquadrar como nacionais de países que tenham ratificado a aludida Convenção.

Nestes casos qualquer das partes litigantes pode requerer, ao juiz brasileiro, que se julgue incompetente para apreciar o litígio em razão da competência atribuída aos árbitros a serem escolhidos, na forma estabelecida na cláusula compromissória, remetendo a estes a solução da controvérsia.

O litígio a ser solucionado, via Arbitragem, deve ter conteúdo mercantil, assim reconhecido pela legislação nacional.

Acreditamos que a presente exceção também será estendida para as mesmas situações contratuais sob a égide da Convenção do Panamá de 1975, recentemente transformada no Decreto 1902 de 05 de maio de 1996.

b) - Na homologação pelo Supremo Tribunal Federal de sentenças estrangeiras que tenham homologado laudos arbitrais proferidos em seus territórios quando, em razão da cláusula compromissória, escolheu-se como sede da Arbitragem o território estrangeiro. O conteúdo da Arbitragem deverá versar sobre objeto cuja matéria o Judiciário brasileiro possua competência internacional concorrente, conforme previsto no artigo 88 do Código de Processo Civil Brasileiro.

Sobre essa possibilidade comenta Guido Soares<sup>(37)</sup> que:

**" O STF tem considerado que as normas do art. 88 do CPC referem-se a competência internacional concorrente (Justiça brasileira e Justiça estrangeira) e que a existência da cláusula compromissória, ao eleger a via arbitral e a consequente homologação da arbitragem pelo Judiciário estrangeiro, é plenamente eficaz para afirmar a competência do Judiciário estrangeiro e para afastar a competência do brasileiro."**

### ***3.6 - COMPROMISSO NOS CONTRATOS INTERNACIONAIS COMERCIAIS***

### **3.6.1 - Definição**

O compromisso, diferentemente da cláusula compromissória, determina a solução de um litígio via arbitragem a partir de uma disputa já existente.

Conceituando o instituto, José Alexandre Tavares Guerreiro (38) escreve que o **"compromisso apenas institui a arbitragem em casos de litígios já nascidos, atuais, contemporâneos, conhecidos e, portanto, determinados em concreto."**

Na definição de Candido Naves (39) compromisso:

**"... é o contracto pelo qual as partes submettem à apreciação e julgamento de um ou mais indivíduos por ellas escolhidos a contestação entre ellas existentes. "**

O compromisso arbitral e a cláusula compromissória são igualmente designados como convenção ou pacto arbitral. O primeiro diz respeito À Arbitragem estipulada pelas partes a partir de um litígio cujo objeto já existe. A segunda, como anteriormente visto, não designa o objeto do litígio mas, tão somente, a intenção das partes de resolver as disputas futuras através de Arbitragem.

Na definição de César Fiuza(40) **" ...compromisso arbitral é convenção bilateral pela qual as partes renunciaram a jurisdição estatal e se obrigam a se submeter à decisão de árbitros por elas indicados. "**



Em grande parte dos ordenamentos jurídicos existentes no Mundo o compromisso é o elemento mais importante para que ocorra, eficazmente, renúncia à jurisdição estatal na resolução da controvérsia e a eleição da Arbitragem como forma de solução extrajudiciária da disputa.

O compromisso arbitral, que é uma manifestação clara da autonomia de vontade das partes, deverá conter, obrigatoriamente, a determinação do local da arbitragem, do órgão ou juiz(es) responsável(is) pelo solução do litígio, o objeto preciso da disputa entre as partes e o direito material e procedimental aplicável à controvérsia.

Diferentemente da discussão que cerca a cláusula compromissória, a maior parte das legislações aceitam, sem qualquer restrição, dentro de caracteres legais previamente estabelecidos, que o compromisso arbitral implica em forma de afastamento da jurisdição estatal para a solução de um litígio remetendo-o ao árbitro.

Neste sentido nos reportamos às palavras de Luiz Olavo Baptista (41):

**" É da natureza constitutiva do compromisso que nasceria para as partes a obrigação de aceitar o juízo arbitral criado, renunciando à via judicial ordinária e permitindo a qualquer delas arguir a exceção de incompetência do juiz comum."**

### ***3.6.2 - Características e requisitos de validade.***

As características e requisitos de validade do compromisso são basicamente os mesmos da cláusula compromissória.

São características do compromisso, de acordo com César Fiuza (42):

- a) típico: posto que se encontra tipificado nas legislações nacionais, sob pena de não ser aceita a renúncia da jurisdição estatal e sua substituição pela arbitragem;
- b) puro: por não se tratar de fusão de dois ou mais tipos de contratos;
- c) consensual ou formal: já que pode ter forma específica ou não para sua pactuação;
- d) bilateral: divisão de direitos e deveres entre as partes contratantes;
- e) de execução diferida: realiza-se em momento diferente da pactuação;
- f) individual: obrigando tão somente as partes pactuantes;
- g) negociado: através de acordo de vontades. Admite-se que possa se dar por adesão;
- h) acessório: encontrando-se subordinado a outro ato jurídico, normalmente o contrato.

Quanto aos requisitos para a validade do compromisso arbitral são estes os mesmos da cláusula compromissória, a saber:

- a) - Subjetivos: consentimento livre e válido dos contratantes emitido por agentes capazes, de acordo com as legislações nacionais;
- b) - Objetivos: o compromisso deve versar sobre objeto possível (material e juridicamente), determinável e com conteúdo econômico.

c) - Formais: através da forma escrita ou oral, por instrumento público ou particular, com a determinação mais precisa possível do objeto do litígio, órgão de arbitragem ou árbitro responsável pela decisão, e todos os requisitos formais estabelecidos na norma específica de cada sistema jurídico com competência para apreciar o litígio.

### ***3.6.3 - Algumas normas internacionais referentes à cláusula compromissória e ao compromisso***

Desde o Protocolo de Genebra em 1923 iniciou-se, no âmbito internacional, o entendimento da proximidade entre os efeitos jurídicos da cláusula compromissória e do compromisso como meio de incrementação da solução de litígios de natureza contratual através da Arbitragem Internacional e, conseqüentemente, como meio de renúncia à jurisdição estatal.

O Protocolo de Genebra faz referência tanto ao compromisso quanto à cláusula compromissória indicando a ambos como meios hábeis de afastar a competência dos Judiciários na solução do conflito, remetendo-se à decisão do conflito ao árbitro.

Na Convenção de Nova Iorque de 1958, que substituiu internacionalmente o Protocolo de Genebra, ratificou-se a possibilidade de exclusão da competência dos Judiciários na solução de controvérsias oriundas de contratos internacionais comerciais, através da pactuação de convenção arbitral.

Ocorre que os referidos Tratados Internacionais, ainda que aproximando os efeitos jurídicos da cláusula compromissória e do compromisso para efeitos de Arbitragem Internacional Comercial, não retiram o elemento diferenciador dos dois institutos quando da aplicação na Arbitragem nacional.

Além do mais não são muitos os países que ratificaram o Protocolo de Genebra de 1923 e a Convenção de Nova Iorque de 1958, impedindo uma harmonização da questão.

Segundo Irineu Strenger, citando Conferência proferida por Carlos Alberto Dunshee de Abranches, existem dificuldades de ordem prática que muitas vezes inviabilizam a Arbitragem Internacional Comercial. No que se refere à questão da convenção arbitral, o eminente jurista (43) aponta:

**" A validade do pacto arbitral (compromisso ou cláusula compromissória) é questionada em certos países, porque importaria, na opinião de alguns, em subtração das partes ao poder jurisdicional do Estado onde uma delas seja domiciliada, ou o contrato haja sido firmado, ou ainda a obrigação deva ser cumprida, ou finalmente em cujo território esteja a coisa objeto da controvérsia."**

Continuando a descrever as dificuldades do referido instituto o autor (44) complementa:

**" Noutros países, a exequibilidade da cláusula compromissória é afetada, quando não contém todos os elementos exigidos pela legislação doméstica, para valer como compromisso, tal como a indicação do nome dos árbitros ou a delegação a terceiro para que os designe. Algumas legislações regulam a forma expedita de compelir a parte faltosa a cumprir a cláusula compromissória, dando ao juiz competência para nomear o árbitro, ou, se não houver acordo, escolher o desempatador,**

**ou ainda suprir outra omissão formal. Há porém legislações que não contemplam esses meios processuais, ou que consideram a cláusula compromissória mera obrigação de fazer, cujo descumprimento acarretará apenas a condenação em perdas e danos."**

Podemos constatar nas lições acima algumas das principais dificuldades de instauração de juízo arbitral a partir da convenção arbitral (principalmente quando prevista apenas em cláusula compromissória), ainda que exista um esforço, materializado através de Tratados Internacionais, visando uma maior homogeneidade sobre a questão.

### ***3.7 - OS ÁRBITROS E AS INSTITUIÇÕES DE ARBITRAGEM***

#### ***3.7.1 - Introdução***

Um dos princípios basilares da confiabilidade do instituto da arbitragem, como já anteriormente visto, é a neutralidade e imparcialidade do árbitro, responsável pela decisão do litígio através do laudo arbitral.

O árbitro é sempre pessoa natural, diferentemente das partes em conflito que podem ser pessoa jurídica. É escolhido pelas partes para dirimir o litígio nascido entre elas, proferindo uma decisão de mérito denominada laudo arbitral.

Outra característica importante é que o árbitro, por ser escolhido pelas partes litigantes, durante o transcorrer da arbitragem não exerce função jurisdicional pública e sim privada.

O árbitro escolhido pelas partes em controvérsia torna-se, após a aceitação do encargo, juiz de fato e direito da causa que irá dirimir.

Já a Arbitragem pode ser organizada como Arbitragem " ad hoc "; órgãos públicos internacionais e órgãos privados.

### ***3.7.2 - Arbitragem " ad hoc "***

A arbitragem " ad hoc " é aquela que nasce da escolha efetuada livremente pelas partes, através da cláusula compromissória ou do compromisso, quanto à forma como será construído o tribunal arbitral. Esta escolha implicará na adoção dos mecanismos acordados para a escolha do árbitro ou dos árbitros, do procedimento e do direito material aplicável.

A eleição dos árbitros segue procedimento previamente estabelecido pelos litigantes, respeitando-se as condições ajustadas na convenção arbitral.

Na arbitragem " ad hoc " todo o esforço criativo surge da vontade das partes, manifestada na cláusula compromissória (anteriormente à existência do litígio) ou no compromisso (diante de um litígio).

A partir da existência do litígio as partes dão início ao procedimento arbitral efetuando a escolha dos árbitros na forma previamente acordada. Escolhido o árbitro este deverá, após prévia aceitação, adotar o procedimento escolhido pelas partes (prazos a serem adotados, atos a serem realizados, provas a serem produzidas, etc.), podendo inovar em caso de lacuna, desde que antecipadamente autorizado para tanto.

Seguindo o procedimento criado e estabelecido pelas partes deverá o árbitro, fundamentado no direito material escolhido pelos litigantes, proferir decisão de mérito no prazo assinalado.

Para Guido Soares(45), uma das grandes dificuldades que ocorrem na Arbitragem " ad hoc ", quando as partes inovam em matéria procedimental, é a possibilidade do surgimento de uma quantidade maior de lacunas, no decorrer do procedimento arbitral fato este que poderá gerar dificuldades e atrasos na obtenção da decisão arbitral.

### ***3.7.3 - Órgãos Públicos Internacionais de Arbitragem Internacional Privada***

Ao tratarmos do presente assunto deixaremos de fazer referência aos órgãos públicos internacionais de Arbitragem Internacional Pública, visto que sua característica primordial é a realização de arbitragem entre Estados soberanos e/ou Organismos internacionais, assunto em que não nos deteremos neste trabalho.

Apenas a título de exemplo, podemos destacar a Corte Internacional de Justiça como órgão público internacional de Arbitragem Internacional Pública.

No que tange aos órgãos públicos internacionais de Arbitragem Internacional Privada, fazemos referência à definição do Professor Guido Soares(46):

**" São órgãos públicos internacionais de soluções extrajudiciárias de litígios privados internacionais, aqueles criados por tratados interestatais, aos quais têm acesso pessoas de direito privado, nos**

**litígios em geral, de natureza comercial. Tais litígios podem surgir de relações negociais, seja entre particulares, seja entre particulares e uma pessoa de direito internacional outra que o Estado, seja, ainda, entre particulares e um Estado estrangeiro."**

Ao referir-se a estes órgãos públicos internacionais, o Professor paulista (47) faz indicação das pessoas que têm acesso aos mesmos como parte, tais como:

a) consórcios de empresas; b) grandes empresas estrangeiras; c) entidades controladas por um Estado do tipo Sociedade de Economia Mista ou Empresas Públicas; d) organismos internacionais; e) Estados, enquanto em atividade mercantil; f) todos os agentes em atividade comercial.

Entre as características principais da Arbitragem Internacional Privada efetuada por um órgão público internacional, podemos destacar:

- a) a controvérsia entre os litigantes decorre basicamente do exercício de negócio mercantil;
- b) a opção de solucionar a disputa através de arbitragem decorre do pacto arbitral, livremente estabelecido entre as partes;
- c) o órgão é público e internacional visto que criado por Tratado Público Internacional que prevê, entre outras coisas, sua forma institucional (composição, estrutura administrativa, sede, etc). Muitas vezes, o Tratado também delega a este ente o poder de criar o procedimento a ser seguido para dirimir as disputas apresentadas, assim como indicar o direito material aplicável;



d) o órgão pode adotar mecanismos próprios para indicação de quem pode ser parte; escolha de árbitros; procedimento (normalmente regras consagradas pelos usos e costumes internacionais) e direito aplicável facultando às partes inovar naquilo que lhes interessa, desde que respeitados os critérios de admissibilidade.

A maior dificuldade sobre a questão é quando a parte vencida é um Estado, em atividade negocial mercantil em virtude da necessidade de assistência do Judiciário, deste mesmo Estado, na execução compulsória do laudo arbitral proferido.

A questão normalmente será solucionada pela admissão ou não, do Judiciário do Estado vencido, quando do pedido de execução do laudo arbitral estrangeiro, de teoria que autorize aos Estados soberanos se submeterem a uma Arbitragem Internacional quando se tratar de litígio referente a negócio mercantil, renunciando à jurisdição de seu próprio Judiciário.

Trata-se de controvérsia antiga que atinge diretamente a uma das questões importantes relativas ao conceito de soberania e a possibilidade de renunciar a própria jurisdição.

#### ***3.7.4 - Órgãos privados de Arbitragem Internacional Privada***

São órgãos privados porque desvinculados de qualquer poder público estatal e constituídos por atos negociais celebrados entre pessoas de direito privado. Operam a partir da vontade das partes, através da convenção arbitral. São institucionais porque estruturados através de regulamentos estabelecendo seus mecanismos de funcionamento; composição; procedimentos; regras aplicáveis; sedes;, etc.

Seu campo de atuação é dirigido preponderantemente à solução extrajudiciária de litígios, através de Arbitragem, controvérsias estas originadas de um contrato internacional mercantil.

Os aludidos órgãos privados são constituídos visando propiciar, aos comerciantes internacionais, a possibilidade de ali solucionarem os seus litígios contratuais internacionais. Para tanto estes órgãos são compostos de profissionais capacitados e habilitados a julgar em razão de seu prévio conhecimento dos mecanismos de desenvolvimento do comércio internacional e suas práticas.

A estruturação dos órgãos deve obedecer ao ordenamento jurídico do Estado que o sedia e suas decisões arbitrais só serão homologadas pelo Judiciário deste mesmo Estado quando de acordo com as normas legais estatais pertinentes ao assunto.

Um dos fatores normalmente fundamental para a escolha de um destes órgãos pelas partes é a fama de competência e neutralidade de seus árbitros, aptos para dirimir as controvérsias originadas de contratos privados.

A composição destes órgãos constitui-se, basicamente, segundo Guido Soares (48):

**"...em lista de pessoas notáveis por sua especialização em assuntos técnicos e/ou jurídicos, agrupadas por organismos destinados ao intercâmbio de relações comerciais internacionais entre pessoas de direito privado."**

O ilustre Professor da USP (49), ao tratar dos aludidos entes ensina:

**" Ao lado de tal relação de nomes, em princípio agrupados com assentimento das partes que, eventualmente, poderão a eles recorrer em caso de litígio futuro, como fator primordial nas arbitragens institucionais, existem os regulamentos daqueles organismos, que disciplinam a maneira de constituir-se o tribunal arbitral e sua competência (fase pré-arbitral), o desenrolar do procedimento (fase arbitral) e as providências na fase pós-arbitral, tais os registros das sentenças, autenticações de atos, publicidade, etc."**

Estes órgãos podem ser classificados em:

- a) instituições do tipo bilateral, criadas para solucionar, através de arbitragem, litígios decorrentes de relações contratuais mercantis entre comerciantes de dois Estados específicos. Exemplo típico são as Câmaras de Comércio do tipo Brasil-Canadá.
- b) instituições do tipo regional, criadas para decidir controvérsias entre comerciantes de uma região específica. Como exemplo podemos indicar a Comissão Interamericana de Arbitragem Comercial.
- c) instituições de caráter universal, originadas com a finalidade de contribuir para dirimir litígios nascidos da prática do comércio internacional, sendo uma das mais famosas a Corte de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI), em Paris.

### **3.7.5 - A autonomia de vontade das partes e a escolha dos árbitros**

É na cláusula compromissória ou no compromisso que as partes indicam o árbitro, os árbitros, ou o órgão institucional que irá solucionar o conflito.

Tal manifestação de vontade desde que de acordo com normas estatais de "arbitralidade" do objeto do litígio e respeitado o aspecto formal de seu conteúdo servem de motivação legal para determinar o afastamento da competência do Judiciário, na apreciação do litígio.

O Mestre José Alexandre Tavares Guerreiro (50) afirma que foi Emílio Betti que traçou as delimitações aceitas, atualmente, sobre o princípio da autonomia da vontade em direito privado:

**" Segundo Betti, corresponde a autonomia a autêntica potestas de auto-regulamentação dos próprios interesses e relações exercidas pelo titular, projetando-se no negócio jurídico, concebido como ato de autonomia privada, a que o direito liga o nascimento, a modificação ou a extinção de relações jurídicas entre particulares. Sob tal concepção, o negócio jurídico, em si mesmo, não cria normas ou preceitos jurídicos a serem observados pelas partes intervenientes, mas somente sua conformidade com a ordem jurídica é que origina a produção de efeitos de direito."**

Cumpridos os requisitos de admissibilidade impostos pelo direito estatal, quanto à convenção arbitral, o árbitro está apto a iniciar o procedimento arbitral necessário a dirimir extrajudicialmente uma disputa estabelecida entre as partes.

Quando se trata de cláusula compromissória sua autonomia é aceita por diversos ordenamentos jurídicos, principalmente quando inserida em contrato mercantil internacional. Ocorre que muitas vezes o "pactum de compromitendo" prevê, tão somente, a opção das partes em solucionar o conflito futuro através de Arbitragem causando certos embaraços ao seu adimplemento, tais como a indicação do número de árbitros e o procedimento para a escolha destes.

Quando a cláusula compromissória elege um órgão do tipo anteriormente visto para arbitrar o litígio, silenciando sobre o procedimento de escolha do árbitro ou dos árbitros, comumente se adota então o procedimento de escolha e número de árbitros previstos no próprio Regulamento do ente escolhido.

Em outras hipóteses, as partes deverão se socorrer do ordenamento jurídico estatal do local indicado para instalação do juízo arbitral, cumprindo a norma jurídica atinente ao assunto no que tange às formas de efetivação do "pactum de compromitendo".

De qualquer maneira, na maior parte dos sistemas jurídicos estão previstos meios judiciais de se exigir a implementação da cláusula arbitral quando, diante do litígio, uma das partes não colabora ou se recusa à instauração do juízo arbitral. Em certas legislações, o problema se resolve com a intervenção do Judiciário para, em substituição à vontade da parte em recusa, suprir os atos necessários a instauração do juízo arbitral nos termos previstos na cláusula compromissória.

### ***3.7.6 - A competência dos árbitros***

Na convenção arbitral cabe às partes estabelecer aos árbitros o feixe de poderes a estes destinados para o "arbitramento" do litígio. Este fato não implica em que as partes possam transacionar sobre a competência do árbitro em julgar.

A fonte e extensão da competência dos árbitros na Arbitragem Internacional Comercial está, em regra, estabelecida em Tratados Internacionais, usos e costumes internacionais, nas jurisprudências dos tribunais arbitrais internacionais e dos tribunais estatais de alguns países europeus e norte-americanos.

Toda esta questão gerou o princípio da "Kompetenz der Kompetenz" que em sucinta explicação determina que o próprio árbitro, dentro dos parâmetros legais aplicáveis à Arbitragem, delimite a extensão de sua própria competência.

Nos ensinamentos de Guido Soares<sup>(51)</sup>:

**" Tais normas consagram o princípio da denominada Kompetenz der Kompetenz (competência da competência), ou seja, de que compete ao (s) árbitro (s) julgar de sua própria competência, inclusive as alegações de eventuais nulidades de seus poderes. Mesmo nulo um contrato, a cláusula de atribuição de competência ao (s) árbitro (s) permanece válida (princípio da autonomia da cláusula compromissória), pois só assim quem poderia julgar da nulidade do contrato permanece existente e atuante."**

Alguns ordenamentos jurídicos aceitam o princípio da "Kompetenz der Kompetenz" ressaltando, entretanto, a possibilidade de controle pelo Judiciário em momento posterior à decisão do árbitro que estabelecer a sua própria competência.

### ***3.7.7 - Designação, aceitação e poderes dos árbitros***

A designação do árbitro que deverá dirimir o litígio entre as partes é estabelecida no pacto arbitral. Inúmeras são as possibilidades a respeito da questão:

- a) Às partes é assegurado o direito de indicar um certo número de árbitros e estabelecer um árbitro desempataador de comum acordo;
- b) Às partes nomeiam um certo número de árbitros e delegam a competência a estes de designar um ou mais árbitros desempataadores;
- c) Às partes elegem um órgão público ou privado de arbitragem atribuindo a este a competência de indicar o(s) árbitro(s);

Além das possibilidades acima indicadas (as mais comuns), existem diversas outras que decorrerão da capacidade criativa das partes em relação à matéria.

Importante caracterizar que, em princípio, o direito de designação dos árbitros é prerrogativa exclusiva das partes. Através de acordo de vontades previamente estabelecido, as partes também podem delegar tal competência a terceiro(s).

Após a designação do árbitro se estabelece prazo razoável para que o mesmo aceite ou não o encargo, visto tratar-se de função facultativa. A aceitação não depende, em regra, de forma expressa.

Os poderes do árbitro são fixados na cláusula compromissória ou compromisso, não podendo o julgador extrapolá-los, sob pena de destituição.

Também poderão as partes, no decurso do procedimento arbitral, em comum acordo, aumentar os poderes conferidos ao árbitro para que este possa melhor desempenhar sua função.

Cabe ao árbitro interpretar os poderes que lhe foram atribuídos pelas partes, salvo manifesto abuso de direito. Além desse direito, o árbitro normalmente detém o poder de ordenar as medidas de instrução do procedimento arbitral, julgar as questões incidentais, decidir a respeito da questões oriundas da determinação do objeto do litígio, praticar outros atos estabelecidos na cláusula compromissória e/ou compromisso.

### ***3.7.8 - Custas e honorários e extinção da função de árbitro***

Entre as causas extintivas da função de árbitro, temos:

a) o proferimento da decisão que põe fim à Arbitragem por sentença de mérito do árbitro julgando o litígio ou por sentença proferida pelo Judiciário, julgando nulo o contrato principal e/ou a cláusula compromissória e o compromisso;



- b) o término do prazo estabelecido pelas partes para o julgamento do litígio;
- c) o distrato entre as partes revogando a intenção de submeter a controvérsia ao julgamento do árbitro;
- d) a impossibilidade do objeto;
- e) morte, impedimento ou recusa do árbitro em prosseguir na função.

O árbitro pode desempenhar sua função de maneira gratuita ou onerosa.

Em caso de pagamento ao árbitro para o exercício da função, esta estará especificada na convenção arbitral, por acordo de vontade das partes, ou através de valores solicitados pelo árbitro e aceito pelas partes (como nos casos dos órgãos públicos ou privados de Arbitragem).

As custas e honorários do árbitro podem ser rateados igualmente pelas partes ou atribuída a qualquer uma delas, conforme o previsto no pacto arbitral. Em caso de omissão, as custas e honorários do árbitro devem ser rateados pelas partes, cabendo àquela que efetuar desembolso maior que sua cota parte o direito de regresso em relação à outra.

### ***3.8 - O PROCEDIMENTO ARBITRAL E O DIREITO MATERIAL APLICÁVEL***

### ***3.8.1 - O Procedimento arbitral***

Uma vez caracterizada a investidura regular do árbitro e apresentado a este os poderes que lhe foram atribuídos para solucionar o conflito, dá-se início ao procedimento arbitral com a instalação do juízo arbitral na sede escolhida pelas partes ou de localização do órgão institucional (público ou privado) de Arbitragem.

O procedimento arbitral, dentro do princípio contratual da autonomia da vontade, pode ser livremente estabelecido pelas partes desde que respeitados os princípios fundamentais em matéria processual e a legislação do Estado sede do juízo arbitral.

As partes poderão estabelecer na convenção arbitral os prazos, atos processuais a serem praticados, provas a serem produzidas, enfim todos os elementos que, encadeados, permitam ao árbitro proferir uma decisão de mérito sobre o litígio. Podem igualmente convencionar que, em caso de lacuna, o árbitro ou o tribunal arbitral tenha poderes para determinar os atos que sejam necessários para supri-la. Também podem determinar que o procedimento arbitral seja regido pelas normas processuais de um determinado ordenamento jurídico ou pelas normas procedimentais estabelecidas por um órgão institucional de Arbitragem, criando, se assim desejarem, ressalvas.

As regras procedimentais, ainda que livremente pactuadas pelas partes quando da convenção arbitral, devem sempre estar em conformidade com as noções básicas de justiça processual e com a ordem pública.

Por justiça processual adotaremos o conceito de conjunto de princípios processuais comumente utilizado na maior parte dos sistemas jurídicos. Entre estes princípios, podemos mencionar:

a) bilateralidade e contraditório - a cada ato praticado por uma das partes corresponde direito igual à outra. A cada ato processual praticado por uma das partes deverá ser dada ciência à outra parte para manifestação;

b) ampla defesa - buscando aproximar ao máximo a verdade processual da verdade real, facultando às partes provar através de todos os meios de prova admitidos e lícitos;

c) igualdade de tratamento - as partes e seus procuradores devem ser tratados com o mesmo respeito, impondo a estes os mesmos direitos e deveres;

d) imparcialidade do árbitro - admitindo procedimentos dirigidos à própria capacidade subjetiva do árbitro em julgar (casos de suspeição, impedimento, etc.)

e) disponibilidade - o autor pode, a qualquer tempo, anteriormente à decisão final do árbitro, desistir do procedimento arbitral instaurado. Também podem as partes, livremente e em acordo, suprimir os poderes conferidos ao árbitro, pondo fim ao procedimento arbitral.

Ao fazermos menção do respeito à ordem pública estamos nos referindo ao conjunto de princípios e normas processuais (principalmente de competência internacional) do Estado em que se encontra a sede da Arbitragem e do Estado onde a decisão arbitral poderá vir a ser aplicada. Por exemplo: numa arbitragem tendo por sede a Bélgica, esta não deve se realizar sem que haja a participação de advogados, conforme previsto em norma processual estatal, sob pena do Judiciário

local considerar nula ou recusar-se, posteriormente, a efetuar a homologação da decisão arbitral, ato este necessário, muitas vezes, para que o laudo arbitral seja cumprido em outro Estado. Da mesma maneira, o Judiciário brasileiro se recusa a conceder o "exequatur" para sentenças homologatórias de laudos arbitrais estrangeiros quando, por exemplo, a parte brasileira, vencida, não tenha sido citada, pessoalmente, por oficial de justiça, através de carta rogatória, para o ato de homologação do laudo arbitral efetuado pelo Judiciário estrangeiro.

As complexidades acima expostas levam as partes a adotarem regras de procedimento estabelecidas por órgãos institucionais de Arbitragem. Tal medida se deve, principalmente, aos cuidados que estas organizações possuem em estabelecer o procedimento arbitral dentro de normas processuais clássicas, normalmente exigidas pelos diferentes ordenamentos jurídicos, diminuindo as possibilidades dos Judiciários recusarem a execução dos laudos arbitrais proferidos.

### 3.8.2 - O Direito material aplicável

Como nas regras procedimentais da Arbitragem cabe às partes, quando da pactuação da convenção arbitral, estabelecer qual o direito material que o árbitro ficará adstrito para apresentar a decisão (laudo arbitral) de mérito do litígio.

O respeito à ordem pública local deve ser observada para que o laudo arbitral possa vir a ser homologado pelo Judiciário e, posteriormente, em caso de não cumprimento voluntário pela parte vencida, possa ser executado em qualquer Estado que se faça necessário. A aludida regra vem consagrada na Convenção de Nova Iorque de 1958 e é válida para todos os países signatários do referido Tratado. Também guarda ampla conexão com o que os autores denominam regra de ordem pública internacional. A respeito do assunto trata José Alexandre Tavares Guerreiro (52):

**" A nosso ver, entretanto, se se admite a existência de uma ordem pública internacional, suficientemente balizada por princípios indisputáveis e reconhecidos como válidos e obrigatórios em razão de seu acolhimento por via de tratados, de que sejam partes os Estados a que pertençam as partes desavindas, não estão os árbitros autorizados a aplicar disposições que venham a infringir essa ordem. Põe-se, nesses termos, uma proposição dilemática: ou se adota como postulado indiscutível, de absoluta validade, a manifestação de vontade das partes, ainda que em violação da ordem pública internacional (ou da ordem pública do direito do comércio internacional), ou se restringe o voluntarismo aos limites em que seja ele admitido por disposições regentes ou instituidoras da ordem internacional."**

A maior parte dos sistemas jurídicos permite que as partes autorizem o árbitro a julgar com fundamento nos usos e costumes internacionais, princípios gerais de direito e na equidade, afastando as legislações nacionais. No que tange à equidade, os ordenamentos jurídicos que autorizam o seu uso como fundamento único do laudo arbitral exigem que a autorização ao árbitro seja expressa quando da pactuação da convenção arbitral (53).

No que diz respeito aos usos e costumes internacionais e princípios gerais de direito, estes poderão ser adotados como fundamento único da decisão de mérito do árbitro (laudo arbitral) ou como fonte supletiva, nos casos de lacuna da legislação aplicável. Em ambos os casos, não poderão ser adotados pelo árbitro quando contrários à ordem pública interna do Estado sede da

Arbitragem ou, em alguns casos, em contradição à ordem pública interna do Estado onde o laudo deverá ser executado.

Uma das polêmicas sobre a matéria é quando as partes não elegem a legislação aplicável às questões de fundo. Ainda que as partes não tenham acordado quanto à lei aplicável, deverá o árbitro apresentar sua decisão de mérito fundamentada em regras jurídicas aceitas. Algumas legislações permitem ao árbitro, nestes casos, a aplicação de quaisquer normas jurídicas que este considere apropriadas (inclusive os usos e costumes internacionais, os princípios gerais de direito e a equidade). Outras legislações determinam que o árbitro aplique as regras jurídicas com que o litígio tenha maior conexão. Certas legislações determinam a aplicação de suas próprias regras de direito internacional privado para os casos em que as partes não elegeram a legislação material aplicável a controvérsia. A legislação brasileira determina expressamente, para essa situação, conforme o artigo 9º da Lei de Introdução ao Código Civil, que a legislação aplicável é aquela do lugar de constituição da obrigação.

### 3.9 - O LAUDO ARBITRAL

#### 3.9.1 - Introdução

Na definição de Cézar Fiuza (54) o laudo arbitral é a decisão de mérito, proferida pelo árbitro, após a realização da instrução sobre litígio que lhe tenha sido submetido pelas partes.

Alguns autores (55) empregam a terminologia "sentença arbitra", por entenderem que o laudo arbitral se constitui na sentença da jurisdição privada.

Discorrendo sobre o laudo arbitral, Cézar Fiuza (56) explica:

**" Para que exista e seja válida e eficaz, a sentença arbitral deve observar algumas condições. Assim, não pode ser proferida antes de que se chegue a consenso; deve ser prolatada segundo forma determinada e demais requisitos de validade."**

O   rbitro deve proferir o laudo arbitral dentro do prazo estabelecido pelas partes, após apreciar as provas produzidas.

O laudo arbitral deve ser proferido unicamente pelo árbitro indicado pelas partes. Trata-se de contrato de cunho personalíssimo. Em caso de decisão por mais de um árbitro, a forma de cômputo dos votos será a estabelecida no procedimento arbitral. Caso não seja respeitada, dará ensejo para posterior pedido de anula  o do laudo arbitral, dirigido ao Judiciário estatal, pela parte que se sentir prejudicada.

O   rbitro deve proferir decisão de mérito que incida sobre todos os pontos controvertidos que lhe tenham sido apresentados pelas partes. O laudo arbitral, portanto, não pode ser " ultra petita ", " citra petita " ou " extra petita ", sob pena de vir a ser anulado, em procedimento próprio, perante o Judiciário.

Deverá conter a assinatura do árbitro e estar redigido com as referências indicadas na convenço arbitral.

As regras referentes ao momento em que se considera prolatado o laudo arbitral normalmente estão indicadas nos ordenamentos jurídicos estatais, mas nada impede que as partes convencionem sobre tal regra.

Após o proferimento do laudo arbitral, extingue-se a jurisdição do árbitro, não podendo o mesmo reformá-lo a não ser nos casos específicos de erro material grosseiro ou por acordo de vontade entre as partes, fato este que se constituiria na dilação ou prorrogação da jurisdição privada.

### 3.9.2 - Homologação e execução

O laudo arbitral deve ser proferido após a instrução do processo arbitral, respeitando-se os parâmetros estabelecidos pelas partes e em consonância com os ordenamentos jurídicos do Estado sede da Arbitragem (responsável, em certos casos, pela sua homologação) e do Estado em que poderá vir a ser executado.

Os requisitos do laudo arbitral são definidos, em regra, pelas partes. Ocorre que muitas vezes os requisitos estabelecidos pelas partes não são suficientes para a homologação do laudo ou sua execução, a ser efetuada pelos Judiciários. Neste caso o laudo é válido e eficaz somente em caso de cumprimento voluntário pelas próprias partes, não podendo estas se valerem da colaboração dos juízes estatais para sua execução forçada.

Em caso de cumprimento voluntário pela parte vencida, encerra-se a controvérsia.

Caso a parte vencida se recuse ao cumprimento da decisão deverá a parte vencedora iniciar o procedimento necessário à execução do laudo arbitral.



Na Arbitragem Internacional Comercial a execução do laudo arbitral está condicionada, normalmente, ao preenchimento de determinados requisitos estabelecidos em pelo menos dois ordenamentos jurídicos distintos (do juízo estatal de homologação e do juízo estatal de execução).

Em algumas legislações existe uma prévia exigência para execução de laudo arbitral estrangeiro: que o mesmo seja homologado por sentença pelo Judiciário do Estado sede da Arbitragem. Para estes casos, o procedimento de homologação do laudo arbitral estará fixado no ordenamento jurídico do Estado sede da Arbitragem e o procedimento para execução se regerá pelas normas jurídicas atinentes ao Estado onde a mesma deva ocorrer.

Como já fizemos referência anteriormente, o laudo arbitral só será homologado se não ofender os dispositivos de ordem pública (interna ou internacional) tais como: noções básicas de justiça e moralidade e nos casos em que a legislação admita a "arbitrabilidade" do objeto do litígio.

Os exemplos acima indicados, juntamente com o erro de direito e os casos de excesso de jurisdição pelo árbitro, são os pretextos mais comuns, na maior partes dos sistemas jurídicos, para que a parte vencida pleiteie, junto ao Judiciário, a anulação do laudo arbitral.

É certo que em determinados ordenamentos jurídicos não existe a previsão normativa para o Judiciário local efetuar a homologação de laudos arbitrais, proferidos em seu território. Para estes casos a tendência dos sistemas jurídicos que exigem a prévia homologação é autorizar o procedimento de execução do laudo arbitral sem a aludida homologação.

Além da prévia homologação, alguns ordenamentos jurídicos exigem, para execução, que o laudo arbitral estrangeiro receba "exequatur" (57) a ser concedido pelo Judiciário.

O procedimento do "exequatur" está estabelecido na própria legislação do Estado em que a execução ocorrerá. O Judiciário local poderá negar o "exequatur" nos casos de desrespeito à ordem pública (local ou internacional).

Nas situações de recusa do "exequatur", o laudo arbitral, ainda que válido, não terá eficácia no território do Estado em que deveria se proceder à execução.

Certos sistemas jurídicos, entretanto, dispensam o "exequatur" atribuindo ao laudo arbitral, desde a sua prolatação, a força de título executivo.

O procedimento para o reconhecimento de laudo arbitral estrangeiro e sua execução em outro Estado consta do ordenamento jurídico de cada país e muitas vezes em Tratados Internacionais pactuados sobre a matéria.

Atualmente, o Tratado Internacional mais conhecido sobre o tema é a Convenção de Nova Iorque de 1958.

### 3.9.3 - Execução dos laudos arbitrais estrangeiros no Brasil

A competência no Brasil para outorgar o "exequatur" e proceder à execução de sentenças estrangeiras, proferidas no exterior, pertence ao Supremo Tribunal Federal (S.T.F), conforme Jurisprudência do referido Tribunal(58).

O sistema adotado pelo S.T.F não outorga "exequatur" ao laudo arbitral e sim à sentença homologatória da decisão arbitral, proferida pelo Judiciário do Estado sede da Arbitragem. Logo, a ausência de sentença homologatória impede, em regra, a obtenção de "exequatur" para execução do julgado em território brasileiro.

O S.T.F adota o sistema de "exequatur" para sentenças estrangeiras, não conhecendo dos pedidos fundamentados tão somente nos laudos arbitrais proferidos no Exterior.

O Professor Luiz Olavo Baptista (59) indica em sua obra os requisitos intrínsecos e extrínsecos exigidos pelo S.T.F para a concessão do "exequatur":

- a) o laudo arbitral deve estar de acordo com o ordenamento jurídico do Estado que sediou a arbitragem;
- b) o laudo arbitral deve vir acompanhado da sentença homologatória e respectivo comprovante do trânsito em julgado, obtidos junto ao Judiciário do Estado que sediou a arbitragem;
- c) a citação da parte residente ou domiciliada no Brasil, quer no procedimento arbitral, quer no procedimento de homologação do laudo arbitral, deverá ser realizada de acordo com a legislação brasileira, exigindo o S.T.F que o ato processual seja realizado mediante carta rogatória citatória;
- d) o laudo arbitral, a sentença homologatória e a certidão do trânsito em julgado devem estar traduzidos por tradutor juramentado e autenticados por repartição consular brasileira;
- e) o laudo arbitral deve conter os mesmos requisitos de uma sentença proferida no Brasil, negando-se o S.T.F a conceder "exequatur" de sentença homologatória que não contenha a fundamentação ou motivação do "decisum";

f) quando a fundamentação do laudo arbitral for a equidade, este deverá estar acompanhado do pacto arbitral que autorizou o árbitro a assim decidir.

Além dos aludidos requisitos, o S.T.F verifica se a decisão não se encontra contrariando os princípios de justiça e moralidade adotados no Brasil e se a mesma não está em oposição a nossa ordem pública como, por exemplo, nos casos em que o objeto do litígio não seja reconhecidamente arbitrável pela legislação brasileira.

O Professor Irineu Stenger (60) resumiu assim os requisitos exigidos pelo S.T.F:

- " 1. A sentença deve ter transitado em julgado e se exequível no país de origem.**
- 2. Assim é necessário que a sentença tenha sido proferida por juiz competente, após citação das partes ou verificação de sua revelia, consoante os preceitos legais; também, no caso destes requisitos, o que em princípio decide é o Direito do país de origem.**
- 3. A decisão não deve atentar contra a ordem pública brasileira; assume-se, entre outras coisas, tal violação, quando existe jurisdição exclusivamente brasileira, ou quando as formalidades da citação são incompatíveis com a ' lex fori ' brasileira.**
- 4. A sentença deve estar autenticada pelo Cônsul do Brasil e acompanhada de uma tradução juramentada oficial. "**

Concedido o "exequatur" pelo plenário do S.T.F, a execução será distribuída a uma das varas da Justiça Federal.

### 3.10 - ARBITRAGEM INTERNACIONAL COMERCIAL E O CONTEXTO INTERNACIONAL XT

A partir do final da 2ª Guerra Mundial, com a recuperação das economias dos inúmeros países atingidos pelo conflito, passamos a viver um período de enorme desenvolvimento do comércio internacional.

Para regulamentar e incrementar este desenvolvimento, organismos internacionais como o GATT passaram a desenvolver encontros internacionais, visando estabelecer meios capazes de manter e aumentar a tendência de internacionalização do comércio.

A Organização Mundial de Comércio (O.M.C) é um dos últimos exemplos de mecanismos criados para colaborar no desenvolvimento e regulamentação da atividade comercial global.

Os Estados, na busca de mercados consumidores, de produtos e tecnologia de ponta, estabeleceram formas e locais de discussão permanente dos problemas do comércio internacional.

Difundiou-se a idéia de que é preciso não estar à margem do contexto para que o desenvolvimento interno de cada Estado não venha a ser afetado.

O incremento da atividade comercial internacional gera um vínculo de maior interdependência econômica entre os diversos Estados, fazendo com que uma crise setorial (como a

crise do petróleo em 1973) estabeleça um efeito dominó sobre outros segmentos do comércio mundial, levando-o a um período de retração.

Inserido neste complexo contexto encontramos, também, as Integrações Econômicas Regionais.

Como já analisamos no 2º Capítulo, as Integrações Econômicas Regionais não são contraditórias à tendência de internacionalização do comércio, visto que possuem diretrizes de globalização. A união em busca de um fortalecimento econômico regional, aquisição de tecnologia e outros fatores diversos, inerentes às Integrações Regionais, visam à capacitação de cada Estado e da região como um todo para uma melhor inserção no comércio mundial.

A criação de Zonas de Livre Comércio, União Aduaneiras, Mercados Comuns, no referido contexto, possibilitam um incremento da atividade comercial criando, para os comerciantes, a possibilidade de canalizarem suas atividades para um mercado local (dentro da fronteira de cada Estado), um mercado regional (dentro dos limites do Tratado de Integração) e um mercado mundial.

O aumento da atividade comercial em qualquer nível gera o estabelecimento de um maior número de negócios mercantis.

A solução dos litígios decorrentes dos contratos comerciais internacionais é, entretanto, um dos desafios presentes na atividade comercial mundial ainda que tal atividade venha a estar basicamente canalizada para um mercado regional, criado através de um processo de Integração Econômica. A Arbitragem Internacional Comercial, enquanto solução extrajudiciária dos litígios, se constitui num instituto de vital importância para a questão, já que possibilita uma alternativa, aceita na quase totalidade dos sistemas jurídicos, para que as partes busquem a solução das controvérsias originadas na interpretação ou adimplemento das obrigações contratuais.

Com o implemento dos mercados regionais desenvolvidos a partir dos diversos processos de Integração, a Arbitragem deve ser estimulada para, juntamente com os Judiciários,

estabelecer-se como meio seguro para que os contratos internacionais comerciais pactuados no âmbito destas Integrações sejam cumpridos em sua plenitude e, quando isso não ocorrer, as partes possam se valer de mecanismos céleres, confiáveis e eficazes para obterem seus direitos materiais eficazmente tutelados.

### 3.11 - O MERCOSUL E A ARBITRAGEM INTERNACIONAL COMERCIAL - ALGUMAS POSSIBILIDADES

#### 3.11.1 - Introdução

No Segundo Capítulo do presente trabalho informamos o crescente intercâmbio comercial gerado pela implementação do Mercosul. Indicamos, também, a necessidade de harmonização legislativa como forma de fortalecimento da expectativa integracionista, criada em razão das etapas que vêm sendo cumpridas no processo de Integração Econômica.

O incremento do comércio internacional regional no Cone Sul tende a criar, nos agentes deste comércio, dois sentimentos paradoxais: de segurança e de insegurança.

O primeiro, de segurança, vai se firmando na mesma proporção em que o processo de Integração vai sendo implementado, tornando fato concreto a consolidação de um mercado regional com tendência ampliadora que, por si só, faz com que os agentes do comércio acreditem e invistam numa melhor inserção neste mercado. Uma das provas desta crescente confiabilidade é o aumento expressivo do comércio regional entre os Estados Partes.

Já o sentimento de insegurança surge a partir do momento em que o aumento significativo do comércio regional passa a gerar um número maior de litígios contratuais, obrigando os agentes do comércio a buscar soluções rápidas e seguras. Nessa busca os comerciantes esperam encontrar formas adequadas, estabelecidas pelos Estados Partes, que facilitem a obtenção do bem jurídico a ser tutelado. Sobre esse aspecto é que entram questões como: morosidade dos procedimentos judiciais; neutralidade e confiabilidade dos juizes estatais; possibilidade de escolha do procedimento e do direito material aplicável; etc. A Arbitragem, como uma das formas de solução extrajudiciária dos litígios pode colaborar para, complementar e alternativamente aos Judiciários dos Países Membros, solucionar os conflitos oriundos das relações contratuais mercantis internacionais pactuadas no âmbito do Mercosul.

Ocorre que até recentemente as legislações dos Estados Membros do Mercosul não propiciavam um largo uso da Arbitragem como forma extrajudicial de solução das controvérsias contratuais relativas ao comércio regional. As dificuldades decorriam principalmente do fato de inexistir, entre os Países Membros, uma harmonização legislativa quanto aos aspectos essenciais do instituto. Como exemplo podemos citar os Tratados multilaterais sobre Arbitragem Internacional Comercial dos quais os Estados que compõem o Mercosul faziam parte. O Brasil havia ratificado o Protocolo de Genebra de 1923, enquanto a Argentina e o Uruguai haviam ratificado a Convenção de Nova Iorque de 1958.

A inexistência da harmonização legislativa no campo da Arbitragem Internacional Comercial gerava situações no mínimo contraditórias entre países que buscam integrar-se. Num contrato internacional comercial pactuado entre uma parte brasileira e uma parte alemã, cuja obrigação devesse ser cumprida no Brasil, a aplicação da cláusula compromissória teria o condão de afastar a competência do Judiciário brasileiro para dirimir o litígio. A competência seria do árbitro indicado pelas partes, derrogando a competência do Judiciário nacional. O mesmo não ocorreria num contrato comercial pactuado entre uma parte brasileira e uma parte argentina, uruguaia ou paraguaia,



cuja obrigação devesse ser cumprida no Brasil. O Judiciário brasileiro só teria afastada sua competência para o árbitro em caso de compromisso regularmente firmado pelas partes. Em caso de cláusula compromissória inserida no contrato, esta se caracterizaria, segundo o entendimento jurisprudencial dominante, como mera obrigação de fazer não tendo o condão de derrogar a competência do juízo estatal brasileiro. Tal situação derivava do entendimento firmado pelo Judiciário brasileiro quanto à natureza da cláusula compromissória, pactuada em contratos internacionais comerciais não abrangidos pelo Protocolo de Genebra de 1923, e pelo fato dos Estados Partes do Mercosul não terem, até então, firmado ou ratificado Tratado Internacional comum que aproximasse os tratamentos dados às principais questões relativas ao instituto. Este fato foi recentemente alterado com a ratificação por parte de todos os Estados Membros do Mercosul, da Convenção do Panamá firmada em 1975, estabelecendo algumas regras uniformes sobre a matéria, inclusive no que tange ao tratamento jurídico e aplicabilidade da cláusula arbitral.

### 3.11.2 - Algumas possibilidades de harmonização do procedimento arbitral no Mercosul

Não pretendemos estabelecer no presente tópico nada mais do que algumas alternativas de estruturação e incremento da Arbitragem Internacional Comercial, como meio extrajudiciário de solucionar os conflitos oriundos dos contratos pactuados no âmbito do Mercosul.

O assunto nem de longe poderá ser amplamente tratado ou esgotado, mas as propostas apresentadas visam a demonstrar certas possibilidades para implementação de um ente arbitral voltado basicamente para dirimir as disputas contratuais comerciais internacionais criadas em razão da atividade mercantil regional, gerada com a criação do Mercosul.

O primeiro aspecto a ser abordado é a forma como podem ser harmonizadas alguns dos principais itens inerentes ao próprio instituto, tais como: tratamento jurídico da cláusula compromissória, compromisso, anulabilidade dos laudos arbitrais, execução dos laudos arbitrais, etc.

A possibilidade mais próxima seria, como recentemente já ocorreu, através da ratificação, por todos os Estados Membros do Mercosul, de Tratado Internacional multilateral já pactuado sobre o assunto (Convenção do Panamá de 1975). A aludida ratificação faz com que as legislações nacionais se encontrem diante de duas situações distintas: as regras jurídicas aplicáveis nas Arbitragens nacionais e as normas destinadas às Arbitragens Comerciais Internacionais contempladas pelo Tratado. Esta solução também implica em que as regras sobre Arbitragem Internacional Comercial previstas no Tratado sejam aplicáveis não só no âmbito das relações contratuais comerciais pactuadas no Mercosul, mas extensiva a todos os países signatários do Tratado do Panamá.

✕ Outra possibilidade para a questão, que visaria a contemplar somente os Países Membros do Mercosul, seria o estabelecimento de Tratado Internacional entre estes, através do procedimento convencional de elaboração de Tratados, criando regras próprias de Arbitragem Internacional Comercial cuja aplicabilidade fosse dirigida aos Estados componentes do Mercosul, e limitada as atividades mercantis internacionais pactuadas no âmbito da Integração.

A última solução seria estabelecer as normas jurídicas sobre Arbitragem Internacional Comercial a serem aplicadas no âmbito regional, através de atividade legiferante e decisão proveniente dos órgãos competentes do Mercosul determinando, aos Estados Membros, a adoção de legislação harmonizada ou uniforme sobre a matéria. Os Estado Partes, através dos procedimentos legiferantes internos, adotariam, o mais rapidamente possível, um modelo ou legislação uniforme encaminhado pelos órgãos superiores do Mercosul.

Se podemos indicar formas de harmonização das regras referentes à Arbitragem Internacional Comercial no âmbito do Mercosul, o mesmo também ocorre com a matéria ou o conteúdo a ser harmonizado.

Uma das questões principais é a harmonização dos efeitos jurídicos da cláusula compromissória. Esta harmonização poderia, por exemplo, estabelecer requisitos intrínsecos e extrínsecos para o acatamento da cláusula arbitral.

A cláusula compromissória válida, assim como o compromisso, seriam reafirmados como meios de afastar a competência dos Judiciários dos Estados Membros para dirimir as controvérsias relativas aos contratos internacionais comerciais pactuados dentro da esfera de abrangência da Integração, entregando sua solução para o árbitro escolhido pelas partes.

Outras questões que deveriam ser harmonizadas são as regras referentes aos aspectos do procedimento arbitral, limitando a possibilidade para que as partes vencidas recorram aos Judiciários, visando à anulabilidade do laudo arbitral. As regras jurídicas harmonizadas indicariam expressamente as hipóteses em que o laudo arbitral poderia vir a ser desconsiderado ou anulado pelos Judiciários.

Uma outra questão essencial seria aquela referente aos requisitos e procedimentos a serem adotados para a execução dos laudos arbitrais proferidos em outro Estado Parte do Mercosul, situação esta que já foi parcialmente harmonizada pela Convenção do Panamá de 1975, em seu artigo quarto e quinto, e no Protocolo do Mercosul sobre Cooperação e Assistência Jurisdicional em matéria civil, comercial, trabalhista e administrativa (ainda não ratificado). O referido Protocolo procura harmonizar algumas questões processuais, estabelecendo, entre outras coisas, uma forma "suis generis" de execução de sentenças e laudos arbitrais estrangeiros proferidos em outros países do Mercosul através de um sistema de cartas rogatórias.

O último aspecto que nos parece fundamental tratar é o relativo à forma de organização da Arbitragem.

A forma mais comum é da Arbitragem " ad hoc ", onde a escolha do árbitro e do procedimento arbitral é efetuado pelas partes quando da pactuação da convenção arbitral.

A principal crítica à arbitragem " ad hoc ", conforme indicamos no item 7.2 do presente capítulo, é a possibilidade do aparecimento de lacunas no procedimento arbitral gerando uma certa insegurança, às partes em litígio, sobre a validade das decisões do árbitro sobre a matéria, haja vista que as lacunas serão supridas pelo mesmo.

Outra possibilidade aventada é a instituição de um órgão privado de solução extrajudicial dos conflitos contratuais internacionais comerciais pactuados no âmbito da Integração.

Este ente privado instituído nos moldes de uma Câmara de Comércio conteria, por exemplo, uma lista de árbitros qualificados com as nacionalidades dentre os países integrantes do Mercosul.

O procedimento arbitral seria estabelecido através do Regulamento desta Câmara de Comércio do Mercosul, caso não houvesse escolha das partes por um procedimento " ad hoc " diferenciado, livremente estabelecido por estas. A escolha do árbitro competiria às partes sendo efetuada na convenção arbitral. Caso as partes não efetuassem a indicação do árbitro, no pacto arbitral, caberia à Câmara de Comércio fazê-lo, em prazo estabelecido pelas partes ou, na falta deste, em prazo previsto pelo Regulamento do órgão.

A última possibilidade que podemos imaginar seria a criação de um órgão público de Arbitragem, voltado para a solução extrajudicial de litígios originados de contratos internacionais comerciais, pactuados dentro do Mercosul.

Este ente poderia inclusive compor a estrutura institucional do Mercosul, tendo por finalidade servir de alternativa para dirimir conflitos de natureza comercial internacional-regional entre as seguintes partes:

- a) dois Estado Membros (através das sua Empresas Públicas, Autarquias, etc.), enquanto exclusivamente em atividade negocial mercantil;
- b) Um Estado Membro, enquanto em atividade negocial mercantil, e um particular com nacionalidade de outro Estado Membro;
- c) dois particulares com nacionalidades de Estados Membros distintos.

Como órgão institucional do Mercosul, este Tribunal Arbitral poderia ser considerado uma ramificação do Tribunal previsto pelo Protocolo de Brasília, ou se compor como um ente diverso, porém inserido na estrutura prevista na cláusula de solução de controvérsias.

Em caso de opção pela criação de um novo órgão institucional do Mercosul, o Tratado criador deste Tribunal Arbitral deveria conter, no nosso entender, certas peculiaridades tais como:

- o procedimento arbitral seria instituído de maneira facultativa para as partes, através de previsão expressa na convenção arbitral;
- o Tribunal Arbitral do Mercosul seria dividido em Turmas Julgadoras, com sedes em regiões geográficas estabelecidas dentro do território dos Estados Membros;
- o procedimento arbitral seria estabelecido no próprio Tratado criador do Tribunal, sendo aplicável uniformemente em todas as sedes. O órgão administrativo, dirigente do Tribunal Arbitral, teria

poderes para alterar o Regulamento referente ao procedimento arbitral, buscando sempre um aperfeiçoamento e adequação das normas à experiência arbitral desenvolvida no contexto da Integração;

- o quadro de árbitros do Tribunal Arbitral seria nomeado, por exemplo, por um dos órgãos da Integração, dentre os componentes de listas tríplexes encaminhadas: uma terça parte pelos Estados Membros; uma terça parte pelos entes superiores de advocacia dos Estados Partes e uma terça parte pelos representantes superiores da magistratura dos Países Contratantes;

- a sede da Arbitragem seria estabelecida pelas partes na convenção arbitral dentre as sedes previstas no Regulamento. Em caso de não ter havido indicação da sede escolhida, caberia ao Tribunal Arbitral, fundamentado em seu próprio Regulamento, estabelecer a sede competente para instauração do procedimento arbitral;

- o litígio seria julgado por três árbitros, sendo o primeiro e segundo estabelecidos em razão da nacionalidade das partes em litígio. O último árbitro seria obtido por sorteio ou por escolha das partes, dentre os árbitros de nacionalidade distinta das partes em conflito;

- as custas do procedimento arbitral estariam previamente fixadas no Regulamento do Tribunal Arbitral;

- os árbitros teriam poderes para fixar sua competência em caso de alegação de nulidade da convenção arbitral, sendo-lhes vedado, entretanto, decidir "extra petita", "ultra petita" ou "infra petita".

- os laudos arbitrais proferidos por cada Turma Arbitral não seriam passíveis, em regra, de recurso a não ser nos casos de manifesta divergência de interpretação entre as decisões proferidas numa mesma Turma, entre Turmas diversas e entre uma Turma e jurisprudência fixada pela Câmara de Recursos do Tribunal Arbitral.

Em todos estes casos seria possível recurso visando unicamente à uniformização ou adequação de Jurisprudência. O aludido recurso seria encaminhado a uma Câmara Especial de Recursos encarregada de firmar a Jurisprudência do Tribunal Arbitral;

- os laudos arbitrais seriam firmados nos idiomas oficiais do Mercosul, sendo autenticados pelo próprio Tribunal Arbitral;
- os Judiciários nacionais continuariam responsáveis pelos procedimentos de anulação dos laudos arbitrais proferidos pelas Turmas do Tribunal Arbitral, dentro de parâmetros rígidos previamente fixados. Em caso de anulação, a competência para dirimir o conflito continuaria ainda com o Tribunal Arbitral que instauraria, a pedido de qualquer das partes, novo procedimento arbitral. Tal situação só não ocorreria se reconhecida a anulabilidade da cláusula instituidora do pacto arbitral, fato esse que implicaria na retomada de competência dos Judiciários para solucionar o conflito, conforme a legislação internacional privada de cada Estado Membro;
- os Judiciários continuariam responsáveis também pela concessão de medidas judiciais necessárias ao procedimento arbitral, auxiliando na busca de uma solução do conflito, bem como pela execução dos laudos arbitrais proferidos nos casos de resistência da parte vencida.

A opção pela instituição no Mercosul, de um órgão público de Arbitragem Internacional Comercial, em que pesem as outras alternativas apresentadas, seria, ao nosso ver, a melhor solução e estaria atrelada a três questões importantes:

- a) A primeira, aplicável a todas as possibilidades apresentadas, refletiria o desejo manifesto dos Estados Membros em possibilitar alternativas para facilitar a solução de extrajudicial de

controvérsias de natureza contratual internacional comercial, surgidas com o incremento da atividade mercantil regional propiciada com a Integração do Cone Sul;

b) A segunda, de caráter eminentemente psicológico, reforçaria uma idéia de irreversibilidade da Integração Econômica na medida em que os Estados Partes demonstrariam preocupação em aparelhar institucionalmente o Mercosul com órgãos autônomos e, de certa maneira, também encarregados de movimentar e acompanhar a dinâmica da Integração;

c) A terceira está acoplada à idéia de credibilidade deste órgão já que instituído por acordo entre todos os Estados Partes, demonstrando inequivocamente o desejo de possibilitar a difusão da Arbitragem como forma extrajudicial de solução de disputas, em complemento e alternativamente a jurisdição estatal.

Acreditamos firmemente que o instituto da Arbitragem Internacional Comercial muito tem a oferecer em matéria de segurança nas relações jurídicas da região, visto que possibilita alternativas viáveis para a solução extrajudicial de conflitos. Reforça-se, dessa maneira, a visão predominantemente econômica que atualmente impulsiona a marcha da Integração, ao mesmo tempo que se propiciam caminhos aos comerciantes regionais, importantes atores do processo, para que estes continuem acreditando e investindo neste projeto de futuro, denominado Mercosul.



### ***NOTAS BIBLIOGRAFICAS DO 3º CAPÍTULO***

1 - "Estado é o complexo político, social e jurídico, que envolve a administração de sociedade estabelecida em caráter permanente, em dado território, e dotado de poder autônomo." (in **FIUZA**, Cézar. **Teoria geral da arbitragem**. Belo Horizonte : Del Rey, 1995. p. 29, fundamentando-se em conceito desenvolvido por **Paulo Nader**.)

2 - Jurisdição "é a função, a atividade e o poder do Estado de aplicar as normas do ordenamento jurídico em relação ao caso concreto." (in **CARMONA**, Carlos Alberto. Arbitragem e jurisdição. **Revista de Processo**, n. 58, a. 15, abr./jun. 1990. p. 34.)

3 - **FIUZA**, Cézar. **Teoria**. op. cit. p. 45.

4 - **IDEM**. **Teoria**. op. cit. p. 51.

5 - **IDEM**. **Teoria**. op. cit. p. 51.

6 - **BAPTISTA**, Luiz Olavo. Formas alternativas de solução de disputas. **AMAGIS**. v. 7, n. 17 e **LERER**, Silvio. Los nuevos metodos de solución de conflictos. **La Ley**, Buenos Aires, 7 mar., 1994. p. 2.

7 - **IDEM**. Formas alternativas. op. cit. p. 145-147.

8 - **FIUZA**, César. **Teoria**. op. cit. p. 58.

9 - **CRETELLA JUNIOR**, José. Da arbitragem e seu conceito categorial. **Revista de informação legislativa**. Brasília, a. 25, n. 98, abr./jun. 1988. p. 128.

10 - **NAVES**, Candido. **Juízo arbitral**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925. p. 15.

11 - **STRENGER**, Irineu. **Contratos internacionais do comércio**. São Paulo: R.T., 1992. p. 214.

12 - **CRETELLA JUNIOR**, José. **Revista**. op. cit. p. 128.

13 - **IDEM**. **Revista**. op. cit. p. 129.

14 - **GUERREIRO**, José Alexandre Tavares. **Fundamentos da arbitragem do comércio internacional**. São Paulo: Saraiva, 1993. p. 214.

15 - **FIUZA**, Cézar. **Teoria**. op. cit. p. 67-8.

16 - **IDEM**. **Teoria**. op. cit. p. 68.

17 - **GUERREIRO**, José Alexandre Tavares. **Fundamentos**. op. cit. p. 17.

18 - **CRETELLA JUNIOR**, José. **Revista**. op. cit. p. 131.

19 - **SOARES**, Guido F. S. Arbitragens Comerciais Internacionais no Brasil. **Revista dos tribunais**. São Paulo, n. 641, mar. 1989. p. 32.

20 - **IDEM**. **Revista**. op. cit. p. 33.

21 - **STRENGER**, Irineu. **Contratos**. op. cit. p. 219.

22 - **GUERREIRO**, José Alexandre Tavares. **Fundamentos**. op. cit. p. 120.

23 - **IDEM. Fundamentos.** op. cit. p. 125.

24 - **IDEM. Fundamentos.** op. cit. p. 125.

25 - **IDEM. Fundamentos.** op. cit. p. 126.

26 - **MAGALHÃES, José Carlos de. BAPTISTA, Luiz Olavo. Arbitragem comercial.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1986. p. 17.

27 - **IDEM. Arbitragem.** op. cit. p. 20.

28 - **GUERREIRO, José Alexandre. Fundamentos.** op. cit. p. 56-65.

29 - **MAGALHÃES, José Carlos de. BAPTISTA, Luiz Olavo. Arbitragem.** op. cit. p. 21.

30 - **IDEM. Arbitragem.** op. cit. p. 31.

31 - **FIUZA, César. Teoria.** op. cit. p. 106-7.

32 - **HUCK**, Hermes. **Sentença estrangeira e lex mercatoria**. São Paulo: Saraiva, 1994. p. 65.

33 - **GUERREIRO**, José Alexandre Tavares. **Fundamentos**. op. cit. p. 52.

34 - Comissão das Nações Unidas para o direito do comércio internacional.

35 - **STRENGER**, Irineu. **Contratos**. op. cit. p. 220.

36 - **FIUZA**, César. **Teoria**. op. cit. p.108-9.

37 - **SOARES**, Guido F. S. **Revista**. op. cit. p. 45.

38 - **GUERREIRO**, José Alexandre Tavares. **Fundamentos**. op. cit. p. 51.

39 - **NAVES**, Candido. **Juízo**. op. cit. p. 37.

40 - **FIUZA**, César. **Teoria**. op. cit. p. 90.

41 - **MAGALHÃES**, José Carlos de, **BAPTISTA**, Luiz Olavo. **Arbitragem**. op. cit. p. 39.

42 - **FIUZA**, Cézar. **Teoria**. op. cit. p. 92-3.

43 - **STRENGER**, Irineu. **Contratos**. op. cit. p. 220.

44 - **IDEM**. **Contratos**. op. cit. p. 220.

45 - **SOARES**, Guido F. S. **Orgãos das soluções extrajudiciárias de litígios**. São Paulo: R.T., 1985. p. 60.

46 - **IDEM**. **Orgãos**. op. cit. p. 73.

47 - **IDEM**. **Orgãos**. op. cit. p. 73.

48 - **IDEM**. **Orgãos**. op. cit. p. 60.

49 - **IDEM**. **Orgãos**. op. cit. p. 60.

50 - **GUERREIRO**, José Alexandre Tavares. **Fundamentos**. op. cit. p. 39.

51 - **SOARES**, Guido F. S. **Revista**. op. cit. p. 34.

52 - **GUERREIRO**, José Alexandre Tavares. **Fundamentos**. op. cit. p. 69.

53 - Conforme **GUERREIRO**, José Alexandre Tavares. **Fundamentos**. op. cit. p. 40-6.

54 - **FIUZA**, Cézar. **Teoria**. op. cit. p. 150.

55 - A respeito do assunto verificar: **FIUZA**, Cézar. **Teoria**. op. cit. p. 150-2.

56 - **IDEM**. **Teoria**. op. cit. p. 155.

57 - O " exequatur "    o ato pelo qual o magistrado ou tribunal competente outorga força executória ao laudo arbitral.

58 - Os principais processos estabelecendo a competência do Supremo Tribunal Federal assim como os requisitos exigidos por este Tribunal para a concessão do " exequatur ", poderão ser consultados em: **STRENGER**, Irineu. **Contratos**. op. cit. p. 222-233 e **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**. **Sentenças estrangeiras**. Brasília, 1978. 728 p.

59 - **MAGALHÃES**, José Carlos, **BAPTISTA**, Luiz Olavo. **Arbitragem**. op. cit. p. 85-101

60 - **STRENGER**, Irineu. **Contratos**. op. cit. p. 228. □



## ***CONSIDERAÇÕES FINAIS***

Na presente pesquisa procuramos efetuar a apresentação de um histórico da idéia de Integração, na América Latina demonstrando as diferenças de motivação entre as mesmas mas, ao mesmo tempo, indicando que a Integração hoje buscada encontra-se assentada nas experiências anteriores, as quais lhe permitem a comparação dos processos e resultados.

Ao estudarmos as experiências integracionistas anteriores, ainda que com enfoques diferentes de motivação e panorama internacional, pudemos constatar a precariedade com que o tema relativo à solução das disputas sempre foi tratado, principalmente quando relativo aos conflitos entre particulares.

Posteriormente descrevemos, de maneira genérica, os atos de constituição do Mercosul para, após, passar a indicar e discutir os principais aspectos gerais e pontos controversos da Integração.

Ato contínuo, procuramos apresentar o instituto da Arbitragem, restrito a sua qualificadora internacional comercial, como uma forma viável de solução extrajudiciária de controvérsias entre particulares dentro do âmbito do processo de Integração dos países do Cone Sul.

As possibilidades estruturadas no final do Terceiro Capítulo, longe de procurarem ser esgotativas, não atribuem à Arbitragem o condão de poder único para a solução dos problemas oriundos das relações contratuais comerciais pactuadas entre particulares na dinâmica da Integração. Não propomos a adoção de uma legislação de Integração que contemple a instituição da Arbitragem obrigatória.

Procuramos, entretanto, demonstrar a importância da Arbitragem como forma de solução extrajudiciária de disputas internacionais comerciais e, como tal, podendo vir a ser utilizada em complemento às formas jurisdicionais de solução dos mesmos conflitos, estabelecidas nas legislações nacionais dos Estados Membros.

Para tanto apresentamos elementos que nos permitem apontar à necessidade de adequação das legislações nacionais dos países integrantes do Mercosul visando ao estabelecimento de uma legislação harmônica entre os mesmos sobre a matéria tratada.

Inclinamo-nos também pela necessidade de criação de um órgão especializado em Arbitragem Internacional Comercial, dotado de procedimento arbitral próprio e parte integrante da estrutura institucional do Mercado Comum do Cone Sul.

Este Tribunal Arbitral seria responsável pelo processamento e proferimento de decisões arbitrais atinentes aos conflitos oriundos das relações contratuais comerciais internacionais pactuadas no contexto da Integração, desde que presente na convenção arbitral a indicação do aludido tribunal como competente para a resolução do conflito.

As possibilidades aventadas na parte final do último capítulo partem do princípio de que a Integração econômica buscada, seja ou não irreversível, consolidou a existência de um mercado regional entre os Países Membros, cabendo agora a estes pactuarem regras comuns que facilitem a solução de eventuais disputas surgidas em razão dos negócios jurídicos internacionais estabelecidos entre os comerciantes da região. Não queremos com isso acreditar que as possibilidades por nós apresentadas tenham a capacidade de, em caso de implementação, proceder à harmonização de todas as idéias em conflito a respeito da matéria ou, muito menos, ser o único caminho viável para a questão.

As idéias apresentadas se constituem numa proposta inicial, lançada para o recebimento de críticas e contribuições, que futuramente voltará a ser trabalhada com contornos mais precisos.

O estabelecimento de uma estrutura extrajudicial de solução de disputas internacionais comerciais entre particulares no Mercosul é uma tarefa necessária e o desenvolvimento dessa idéia está associada a uma luta pela evolução da Integração.

É preciso que apontemos os caminhos que entendamos viáveis buscando, dessa maneira, o aperfeiçoamento do Mercosul.

## **BIBLIOGRAFIA**

**AGUIRRE**, Indalecio Liévano. **Bolivar**. Madrid:Ediciones Cultura Hispanica, 1983. 425p.

**ALBUQUERQUE**, J. A. Guilhaon. Mercosul: South America`s economicregional integration after the cold war. **Série política internacional**, São Paulo, mar. 1992, 20 p.

\_\_\_\_\_. Olhando o mundo da planície. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 2-6, jul./set. 1991.

**AMORIM**, Celso Luiz Nunes. O mercado comum do sul e o contexto hemisférico. **Política Internacional & Comparada**. São Paulo: USP, junho 1991. 16p.

**ARAÚJO JR.**, José Tavares de. Futuro rima. **Rumos do desenvolvimento**, n. 88, p. 4-10, mar./abr. 1991.

**ARÉCHAGA**, Eduardo Jiménez de, **PAOLILLO**, Felipe H.. Contralor de la legalidade de los actos comunitarios. Interpretación unitaria del Derecho de Integración. **Derecho de la integración**, v. 1, n. 1, p. 10-31, dic. 1972.

**ARNAUD, Vicente Guillermo. Mercosur - Unión Europea, Nafta y los procesos de integración regional. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1996. 483p.**

**ARRAES, Maria Celina, ROCHA E SILVA, Olavo César. Cone Sul busca mercado comum. Rumos do desenvolvimento, n. 87, p. 11-13, jan./fev. 1991.**

**AZEVEDO, Araminta Mercadante de. Os aspectos institucionais da Integração Latino-Americana. Revista de Informação Legislativa, v. 30, p. 73-92, abr./jun. 1973.**

**BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO E INSTITUTO PARA LA INTEGRACIÓN DE AMÉRICA LATINA. El processo de integración en América Latina en 1991. Buenos Aires: BID e INTAL, 1992. 245p.**

**BANDEIRA, Moniz. O eixo Argentina-Brasil. Brasília: UNB, 1987. 120 p.**

**BAPTISTA, Luiz Eduardo. O novo exemplo do velho mundo. Rumos do desenvolvimento, n. 91, p. 17-19, set./out. 1991.**

**BAPTISTA, Luiz Olavo.** O impacto do Mercosul sobre o sistema legislativo brasileiro. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, a. 82, v. 690, p. 37-44, abr. 1993.

\_\_\_\_\_. **Dos contratos internacionais.** São Paulo: Saraiva, 1994. 222 p.

\_\_\_\_\_. Formas alternativas de solução de disputas. **AMAGIS**. v. 7, n. 17.

**BARBOSA, Rubens A..** As vantagens competitivas. **Correio Braziliense**, 8 abr. 1992. p. 7.

\_\_\_\_\_. A evolução do processo de integração na América do Sul. **Política Internacional & Comparada**. São Paulo: USP, junho 1991. 22p.

**BASSO, Maristela.** Mercosul: seus efeitos jurídicos, econômicos e políticos nos Estados-membros. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1995. 444 p.

**BAUMANN, Renato, LERDA, Juan Carlos.** **A integração em debate**, São Paulo: Marco Zero e UNB, 1987. 279p.

\_\_\_\_\_. Mercosul: para que?. **Folha de São Paulo**, 19 dez. 1991. Caderno Brasil, p. 2.

**BELLOTTO**, Manoel Lelo et al. **Simón Bolívar**. São Paulo: Ática, 1983. 208p.

**BORTOLAI**, Edson Cosac. Do juízo arbitral. **Revista de Processo**, São Paulo, a. 12, n. 45, p. 23-29. jan./mar. 1987.

**CARAMUTI**, Ofelia Stahringer de. **El Mercosur en el nuevo orden mundial**. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentinal, 1996. 415p.

**CARDENAS**, Emilio J.. Hacia un Derecho Comunitario latinoamericano. **Derecho de la integración**, v. 1, n. 1, p. 32-39, dic. 1972.

**CARMONA**, Carlos Alberto. Arbitragem e jurisdição. **Revista de Processo**, São Paulo, a. 15, n. 58, p. 33-39. abr./jun. 1990.

\_\_\_\_\_. A propósito do novo anteprojeto de lei sobre a arbitragem no Brasil. **Revista de Processo**, São Paulo, a. 14, n. 55, p. 244-251. jul./set. 1989.

**CARNEIRO**, Athos Gusmão. O juízo arbitral e a simplificação do processo. **AJURIS**, Porto Alegre, a. IX, n. 24, p. 51-54. mar. 1982.

**CARNEIRO, João Geraldo Piquet.** A compatibilização institucional e jurídica no Mercosul: a experiência da CEE. **Boletim de Integração Latino-Americana**, Brasília, n. 7, p. 14-19.

**CARRILLO, Pedro.** Jurisprudencia sobre la institución del arbitraje. **Revista juridica argentina la ley**, Buenos Aires, t. 32, p. 1034-1047. oct./dic. 1943.

**CASTELLOTTI, Flavio.** Mercosul consome 13,6% das exportações., **Folha de São Paulo**, 6 fev. 1995. Caderno Negócios, p. 3.

**CENTRO INTERUNIVERSITARIO DE DESARROLLO E INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS DE AMERICA LATINA DE LA UNIVERSIDAD SIMON BOLIVAR.** **Manual de integracion latinoamericana.** Caracas:IAEAL, 1987. 455p.

**CERVO, Amado Luiz et al.** **História da política exterior do Brasil.** São Paulo : Ática, 1992. 432p.

\_\_\_\_\_. É necessário coordenar uma diplomacia só para o Mercosul. **Correio Braziliense**, 3 de ago. 1992. p. 2.



**CORONADO, José.** Mercosul implica reforma constitucional, diz jurista. **Folha de São Paulo**, 20 out. 1991. p. 6.

**COUTO E SILVA, Clóvis V. do.** O juízo arbitral no direito brasileiro. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 620, p. 13-22. jun. 1987.

**CRETILLA JUNIOR, José.** Da arbitragem e seu conceito categorial. **Revista de informação legislativa**, Brasília, a. 25, n. 98, p. 127-150. abr./jun. 1988.

**CRUZ, Carmen.** Comissão do Mercosul procura igualar legislação dos países. **Correio Braziliense**, 14 dez. 1991. p. 11.

**DAVID, René.** *L'arbitrage dans le commerce international*. Paris: Economica, 1982.

**DEUTSCH, Karl W. et al.** *Integracion y formacion de comunidades politicas*. Buenos Aires: Intal/BID, 1966. 256p.

\_\_\_\_\_. *Análise das relações internacionais*. Brasília: UNB, 1982. 343p.

**DONGHI, Tulio Halperín.** *História de América Latina*, 3. Madrid: Alianza Editorial, 1985. 383p.

**DOZER, Donald Marquand. América latina.** Porto Alegre:Globo, 1966. 644p.

**DROMI, Roberto et al. Derecho comunitario - regimen del mercosur.** Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1995. 671p.

**ESCUDERO, Eduardo Vergara. Bases institucionales y juridicas del mercado comun centroamericano.** Santiago: Editoria Juridica de Chile, 1969. 80 p.

**FAIRBANKS, Armando. Juízo arbitral. Revista forense,** Rio de Janeiro, a. XLII, p. 47-48. jan. 1945.

**FARIA, José Angelo Estrela. O Mercosul:princípio, finalidade e alcance do Tratado de Assunção.** Brasília:Ministério da Relações Exteriores do Brasil, 1993. 193p.

**FARIA, Werter R.. Estrutura institucional de comunidades e mercados comuns. Boletim de integração latino-americana,** Brasília, n. 6, p. 3-7, jul./set. 1992.

**FIUZA, César. Teoria geral da arbitragem.** Belo Horizonte: Del Rey, 1995. 230 p.

**FLORES NETO**. Francisco Thompson. Integração e cooperação Brasil-Argentina. **Política Internacional & Comparada**. São Paulo: USP, junho 1991. 26p.

**GAY**, Gaston de Prat. **Politica internacional del grupo latinoamericano**. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1967. 141p.

**GOITIA**, Vladimir. Chega a hora zero do mercado comum latino. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 1 jan. 1995. Caderno Economia, p. 9.

**GOMES**, Luiz Souza. **América Latina**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966. 305p.

**GRANDI**, Jorge. El impacto del Mercado único Europeo para América Latina. **Integración latinoamericana**, Buenos Aires, a. 16, n. 167, p. 96-102, mayo 1991.

**GUERREIRO**, José Alexandre Tavares. **Fundamentos da arbitragem do comércio internacional**. São Paulo: Saraiva, 1993. 149 p.

**GUTIERREZ**, Miguel Angel. **Integracion - experiencias en Europa y America Latina**. Buenos Aires: EUDEBA, 1993. 203 p.

**HALPERIN, Marcelo.** El reto de la " nueva " integración. **Integración latinoamericana**, Buenos Aires, a. 17, n. 175, p. 32-40, ene./feb. 1992.

\_\_\_\_\_. Los particulares y el Mercosur. **Integración latinoamericana**, Buenos Aires, a. 17, n. 178, p. 61-62, mayo 1992.

**HIRST, Mónica.** Condiciones y motivaciones del proceso de integración y fragmentación en América Latina. **Integración latinoamericana**, Buenos Aires, a. 17, n. 175, p. 19-31, ene./feb. 1992.

**HUCK, Hermes Marcelo.** **Sentença estrangeira e lex mercatoria.** São Paulo: Saraiva, 1994. 140p.

\_\_\_\_\_. Deficiências da arbitragem comercial internacional. **Revista dos tribunais**, São Paulo, n. 593, p. 26-30. mar. 1985.

**INSTITUTO DE RELAÇÕES EUROPEU-LATINO-AMERICANAS (IRELA).** O mercado comum do cone sul. **Carta**, Brasília, p. 85-107, 1991-2.

**INSTITUTO INTERAMERICANO DE ESTUDIOS JURIDICOS INTERNACIONALES.**  
**Derecho de la integración latinoamericana.** Buenos Aires:De Palma, 1969. 1196p.

**INSTITUTO PARA LA INTEGRACIÓN DE AMÉRICA LATINA (INTAL).** Obstáculos jurídicos a la integración. **Derecho de la integración**, Buenos Aires, v. IX, n. 21, p. 7-9, mar. 1976.

**JIMENEZ, Adda Aravena.** **El tratado de Roma frente al derecho publico.** Santiago: Editorial juridica de Chile, 1968. 103 p.

**LALIVE, Pierre.** Ordem Pública Transnacional e Arbitragem Internacional. **Revista do direito do comércio e das relações internacionais**, Rio de Janeiro, p. 25-69. 1989.

**LAVINAS, Lena, CARLEIAL, Liana Maria da Frota, NABUCO, Maria Regina.** **Integração, região e regionalismo.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. 311 p.

**LEÃES, Luiz Gastão P. de Barros.** Juízo arbitrai. **Revista dos tribunais**, São Paulo, n. 547, p. 254-258. maio 1981.

**LEMES, Selma Maria Ferreira.** Arbitragem, alternativa para conflitos judiciais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 ago. 1993. Caderno cotidiano, p. 2.

\_\_\_\_\_. Mercosul - conciliação e arbitragem. **Folha de São Paulo**, 11 mar. 1992. Caderno Brasil, p. 2.

**LERER, Silvio.** Los nuevos métodos de solución de conflictos. **La ley**, Buenos Aires, 7 mar. 1994. p. 1-3.

**MADARIAGA, Salvador de Bolívar.** México:Editorial Hermes, 1953. 770p.

**MAGALHÃES, José Carlos de.** Do Estado na arbitragem privada. **Revista de informação legislativa**, Brasília, a. 22, n. 86, p. 125-138. abr./jun. 1985.

\_\_\_\_\_, **BAPTISTA, Luiz Olavo.** Arbitragem comercial. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1986. 163 p.

**MARQUES, Renato L. R.** Mercosul. **Conjuntura econômica**, São Paulo, v. 45, n. 10, p. 104-107, out. 1991.

**MELLO, Celso D. de Albuquerque.** **Direito internacional público.** Rio de Janeiro:Freitas Bastos, v. 1, 1982. 603p.

**MELO, Osmar Alves.** Confederação da América Latina. **Correio Braziliense**, 3 abr. 1991. p. 7.

**MONTECINOS, Jorge Lorenzo Valenzuela.** Integração Latino-Americana e a iniciativa Bush. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 30-37, jul./set. 1991.

**MONTI, Angel.** El proyecto de Occidente: alternativas de contenido esencial e intento de prognosis. **Integración latinoamericana**, Buenos Aires, a. 17, n. 175, p. 47-51, ene./feb. 1992.

**MONTORO, André Franco.** Tarefa dos partidos políticos no processo de integração da América latina. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 28, n. 110, p. 15-30, abr./jun. 1991.

**MOURA, Geraldo Bezerra de.** A competência da O.A.C.I. em matéria de arbitragem internacional. São Paulo: R.T., 1967. 125 p.

**NAVES, Candido.** Juízo arbitral. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925. 147 p.

**ONDARTS, Guillermo.** La nueva integración. **Integración latinoamericana**, Buenos Aires, a. 17, n. 175, p. 3-12, ene./feb. 1992.

**OTERMIN, Jorge Pérez. El Mercado comun del sur desde Asunción a Ouro Preto.**

Montevideo: Fundacion de Cultura Universitaria, 1995. 152p.

**PAES LANDIM, José Francisco. Direito e integração. Brasília:UNB, 1981. 128p.**

**PEREIRA, Lia Valls. A integração dos países do cone sul. Boletim de diplomacia econômica, Brasília, n. 7, p. 9-13.**

**PEREIRA, Luiz César Ramos. O juízo arbitral e o projeto de lei sobre arbitragem. Revista dos Tribunais, São Paulo, n. 564, p. 275-278. out. 1982.**

**PESCATORE, Pierre. La importancia del derecho en un proceso de integración económica. Derecho de la integración, v. VII, n. 15, p. 11-21, mar. 1974.**

**PORTO, Sérgio José. Perspectiva da arbitragem comercial no Brasil. Revista dos Tribunais, São Paulo, n. 638, p. 42-49. dez. 1988.**

**RECONDO, Gregorio. La integración cultural latinoamericana:entre el mito y la utopia. Integración latinoamericana, Buenos Aires, n. 149, set./oct. 1989.**



**REGO, Rogério et al. Seminário sobre integração latino-americana. Brasília:UNB, 1982. 204p.**

**RIZZO, Amorino, RODRIGUEZ, Raquel Elena.** El arbitraje es una solución eficiente de conflictos en el ámbito del Mercosur?. **La ley**, Buenos Aires, 28 mar. 1994. p. 1-4.

**RIVAS, Adolfo Armando.** El arbitraje según el derecho argentino. **Revista de processo**, São Paulo, a. 8, n. 31, p. 70-93. jun./set. 1983.

**RODAS, João Grandino.** **Contratos internacionais.** São Paulo: R.T, 1985. 188 p.

**RODRIGUES, Fernando.** Disputa pela hegemonia política e econômica é maior obstáculo. **Folha de São Paulo**, 18 dez. 1994. Caderno Especial, p. interna.

**ROSAS, Roberto.** Juízo arbitral. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 568, p. 9-11. fev. 1983.

**ROSSI, Clóvis.** Cúpulas marcam avanço dos blocos econômicos. **Folha de São Paulo**, 4 dez. 1994. Caderno Brasil, p. 12.

**SANTOS, Marcelo O. F. Figueiredo.** **O comércio exterior e a arbitragem.** São Paulo: Editora Resenha Tributária, 1986. 96 p.

**SEITENFUS, Ricardo A. S.. O governo Itamar e o mercosul. Folha de São Paulo, 15 out. 1992.**

Caderno Brasil, p. 2.

**SEITENFUS, Vera Maria P. et al. Temas da integração latino americana. Porto Alegre: Vozes e Editora da Universidade, 1990. 282p.**

**SOARES, Guido. O Direito supranacional nas comunidades européias e na América latina. Revista dos Tribunais, São Paulo, a. 80, v. 668, p. 11-34, jun. 1991.**

\_\_\_\_\_. **Orgãos das soluções extrajudiciárias de litígios. São Paulo: R.T., 1985. 104 p.**

\_\_\_\_\_. **Arbitragens Comerciais Internacionais no Brasil. Revista dos tribunais, São Paulo, n. 641, p. 29-57. mar. 1989.**

**SOUZA, James J. Marins de. O juízo arbitral e sua viabilidade na solução de litígios. Revista de Processo, São Paulo, a. 16, n. 64, p. 186-192. out./dez. 1991.**

**STRENGER, Guilherme Gonçalves. Do juízo arbitral. Revista dos Tribunais, São Paulo, n. 607, p. 24-32. maio 1986.**

**STRENGER, Irineu. Contratos internacionais do comércio.** São Paulo: R.T., 1992. 596 p.

**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Sentenças estrangeiras.** Brasília, 1978. 728 p.

**TELLES, Olivia Silva.** Convenção pode facilitar comércio exterior do país. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 mar. 1994. Caderno cotidiano, p. 2.

**TONELLI, Pedro.** Mercosul: entre euforia e realismo. **Correio Braziliense**, 20 set. 1991. p. 7.

**TOTTI, Paulo.** O cronograma para criar o Mercosul. **Gazeta Mercantil**, 30 jun. 1992. p. 6.

\_\_\_\_\_. O que realmente impede o Chile e a Bolívia de entrarem no Mercosul. **Gazeta Mercantil**, 10 jul. 1992. p. 3.

\_\_\_\_\_. Mercado comum incerto. **Gazeta Mercantil**, 29 out. 1991. p. 1 e 6 (cont.).

**VACCHINO**, Juan Mario. El papel del parlamento en la integración regional: condiciones y modalidades de una participación necesaria. **Integración latinoamericana**, v. 146, a. 14. p.3-15, jun/jul. 1989.

\_\_\_\_\_. **Integración latinoamericana**. Buenos Aires: De Palma, 1983. 251p.

**VEIGA**, Pedro da Motta. Siete hipótesis sobre los procesos de regionalización y la integración del Cono Sur. **Integración latinoamericana**, Buenos Aires, a. 17, n. 175, p. 13-18, ene./feb. 1992.

**VELLOSO**, Adolfo Alvarado. El arbitraje: solución eficiente de conflictos de intereses. **Revista de processo**, São Paulo, a. 12, n. 45, p. 95-105. jan./mar. 1987.

**VENTURA**, Deisy de Freitas Lima. **O Mercosul em movimento**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1995. 173 p.

**VICUNA**, Francisco Orrego. Los presupuestos jurídicos de un proceso de integración económica efectivo. **Derecho de La Integración**, n. 24, v. X, p. 11-19, mar. 1977.

**VIGEVANI**, Tulio, **VEIGA**, João Paulo. Mercosul e os interesses políticos e sociais. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 44-51, jul./set. 1991.

**VILA, Manuel Perez. Doctrina del libertador.** Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 1976. 327p.

**VILELA, Anna Maria.** A unificação do direito na América Latina. **Revista de direito civil**, n. 27, p. 53-67.

**ZEA, Leopoldo.** La integración latinoamericana. **Carta**, Brasília, p. 69-77, 1991-2.